

**esec**

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO



INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE COIMBRA

Francisco Manuel Cardoso Fontes

**Democracia, Direito e Informação:  
o encerramento das delegações do *JN* e do *Público* em Coimbra**

Dissertação de Mestrado em Comunicação Social: Novos *Media*, apresentada ao  
Departamento de Comunicação e Ciências Empresariais da Escola Superior de Educação  
de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Constituição do júri

Presidente: Prof. Doutor Gil António Baptista Ferreira

Arguente: Prof. Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez

Orientadora: Prof. Doutora Susana Maria Cerqueira Borges



## **Agradecimentos**

Agradecer é restituir a generosidade que nos confiaram.

À Professora Doutora Susana Borges, a minha orientadora nesta dissertação, uma profunda gratidão por ter sido a guia sempre presente, paciente e generosa.

Aos meus professores, por revelarem outros caminhos, em particular ao Professor Doutor Gil Baptista Ferreira pelos incentivos ao desenvolvimento deste trabalho.

Aos entrevistados, Eduardo Dâmaso, Graça Barbosa Ribeiro, Miguel Gonçalves, Marisa Santos, Pedro Rodrigues e António José Silva, um muito obrigado.

Às funcionárias e funcionários das bibliotecas municipais do Porto e Coimbra, e da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, um reparo pela forma dedicada e simpática de prestação de um serviço público.

Aos amigos, que aqui relembro, sem os nomear, e à minha família, o afeto, pelo apoio incondicional e sempre presente.



## **Democracia, Direito e Informação: o encerramento das delegações do *JN* e do *Público* em Coimbra**

**Resumo:** tendo como ponto de partida o conceito de liberdade de informação, consagrada na *Constituição da República Portuguesa*, procura-se avaliar em que medida a informação de proximidade produzida pelos jornais de difusão nacional tem procurado dar resposta ao direito fundamental dos cidadãos a serem informados.

Observa-se que os jornais, as rádios e as estações de televisão, nas últimas décadas, em vez de aprofundarem e aperfeiçoarem essa resposta, têm desinvestido e retirado do território as suas estruturas redatoriais de proximidade aos contextos geográficos e sociais. Tal movimento acontece ao arrepio da missão de que historicamente estão imbuídos, e das atribuições de um Estado de Direito aos órgãos de comunicação social, de contribuírem para o aprofundamento da democracia em sociedades cada vez mais diversas e pluriculturais.

Através de um estudo de caso relativo ao distrito de Coimbra, de dois jornais de difusão nacional, o *Público* e o *JN*, que incluirá uma análise comparada com um intervalo de 25 anos, procurar-se-á identificar o que mudou, se houve uma densificação ou uma rarefação no cumprimento do direito do cidadão à informação.

**Palavras-chave:** Democracia; Liberdade de Informação; Liberdade de Imprensa; Direito à Informação; Jornais; Comunicação; Esfera Pública; Participação Política; Cidadania

## **Democracy, Rights, and Information: the closure of *JN*'s and *Público*'s newspaper offices in Coimbra**

**Abstract:** Taking the concept of freedom of information, recognized in the Constitution of the Portuguese Republic as a fundamental right, as a starting point, the aim is to evaluate how the proximity information of Portuguese newspapers has tried to meet this fundamental right of citizens.

During the last decades, radio and television broadcasters did not expand and improve the editorial structures which ensured proximity to geographical and social realities. Instead, they disinvested and dismantled proximity structures.

This movement runs contrary to their social mission and to the media's obligations in an institutional state. They have to contribute to the deepening of democracy in increasingly more culturally diverse societies.

A case study concerning two nationwide newspapers, "Público" and "JN", including comparative analyses with a 25 year interval will try to identify the changes and to show if citizens' right to information has been complied with in a densified or scarced manner.

**Keywords:** Democracy, Information Freedom, Freedom of Press, Right to Information, Newspapers, Media, Public Sphere, Political Involvement, Citizenship

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	1
1. ESTADO DA ARTE E CONCEITOS FUNDAMENTAIS .....	5
1.1. Considerações sobre o princípio da Publicidade.....	7
1.2. Das Liberdades.....	15
1.3. O construtivismo, do social ao das notícias .....	25
1.4. A ordem no espaço, e a razão da existência de redes de captura: O caso da Filial ou Delegação .....	29
2. O ESTUDO DE CASO .....	33
2.1. Metodologias.....	36
2.2. A Filial do <i>JN</i> e a Delegação do <i>Público</i> em Coimbra: o nascimento e morte da anciã e da jovem .....	40
2.2.1. <i>Público Edição Lisboa</i> : abril 1992.....	42
2.1.2. <i>Público Edição Porto</i> : abril 1992 .....	43
2.1.3. <i>Jornal de Notícias</i> : abril 1992.....	45
2.1.4. <i>Público Edição Lisboa</i> : abril 2017.....	52
2.1.5. <i>Público Edição Porto</i> : abril 2017 .....	52
2.1.6. <i>Jornal de Notícias</i> : abril 2017.....	54
3. CONTEXTOS E REALIDADES MEDIÁTICAS.....	59
3.1. As redações de Coimbra do <i>Público</i> e <i>JN</i> .....	61
3.2. As fontes institucionais e a reconstrução das relações com os <i>media</i> .....	65
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	69
5. CONCLUSÃO .....	79
6. BIBLIOGRAFIA .....	88
ANEXOS .....	91
A. Empresas jornalísticas, órgãos de comunicação social, rádios, TV's e programas online.....	93
B. Entrevistas .....	98

## **Siglas e abreviaturas**

*CRP - Constituição da República Portuguesa*

ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social

*JN - Jornal de Notícias*

*CM - Correio da Manhã*

*DN - Diário de Notícias*

TAGV - Teatro Académico de Gil Vicente

AAC - Associação Académica de Coimbra



## Gráficos

Gráfico 1: <i>Público Edição Lisboa</i> - total de publicações e da inclusão de fotografia, com indicação de localidade, tipo de item informativo e secção onde aparece.....	42
Gráfico 2: <i>Público Edição Porto</i> - total de publicações e da inclusão de fotografia, com indicação de localidade, tipo de item informativo e secção onde aparece.....	43
Gráfico 3: <i>JN</i> - total das publicações por local, com indicação do tipo de item informativo e da sua extensão .....	45
Gráfico 4: <i>JN</i> - total de tipo de item informativo com foto e por localidade .....	46
Gráfico 5: <i>JN</i> - total das publicações por secção e sua dimensão .....	47
Gráfico 6: <i>JN</i> e <i>Público</i> - Fontes utilizadas por jornal, e por tipo de item informativo...	48
Gráfico 7: <i>JN</i> e <i>Público</i> – tipo de peça informativa por secção de publicação.....	51
Gráfico 8: Total dos itens informativos, por tipo, extensão, secção, inclusão de foto e localidade .....	52
Gráfico 9: Total de itens informativos, por tipo, extensão, secção, inclusão de foto e localidade .....	54
Gráfico 10: Fontes utilizadas na produção informativa, por tipo de item e por jornal ....	56
Gráfico 11: Fontes utilizadas na produção informativa, por tipo de item e por jornal ....	57
Gráfico 12: Empresas jornalísticas ativas ou inativas em abril 1992 e abril de 2017 (Fonte ERC) .....	93
Gráfico 13: Operadores de rádio ativos e inativos em 2017 (Fonte ERC).....	94
Gráfico 14: Publicações periódicas noticiosas do distrito de Coimbra, de abril 1992 - abril 2017 (fonte ERC).....	95
Gráfico 15: Serviços de programas distribuídos exclusivamente por internet no distrito de Coimbra - abril de 1992 a abril de 2017 (Fonte ERC) .....	96



## INTRODUÇÃO

Suponhamos, no entanto, que, entre os que ficavam, aparecia alguém dotado de calma e paciência, porventura levado por sua natureza ou por circunstâncias particulares de sua vida ou de sua saúde a afastar-se do relativo tumulto dos grandes centros, e que, demorando muito ou pouco pelo interior do País, se debruçava sobre a existência daqueles que constituíam a grande massa. Suponhamos que esse homem sensível, atento ao pormenor e ao mesmo tempo à linha de conjunto que informava o dia-a-dia de seus observados, era simultaneamente bastante cientista para querer entender a lei interna de um determinado fenómeno e não tão especializado que só lhe viesse a interessar o mundo sob o ponto de vista de sua especialidade: alguma coisa como quê?

Agostinho da Silva (1996, p. 115)

A importância das notícias, dos órgãos de comunicação social, do jornalismo, foi reconhecida em todas as sociedades, desde as primitivas às atuais. A necessidade de saber, para se poder orientar, sempre fez parte do quotidiano dos homens. Poderemos entender os *media*, tal como afirma Denis McQuail, como uma instituição social, «separada, mas dentro da sociedade» (2003, p. 5), que a influencia com as suas práticas, mas sujeitando-se também a determinadas regras.

Nesta função social de informação é atribuída especial relevância ao jornalista, profissional apetrechado com um saber próprio, que é incumbido de selecionar do quotidiano os acontecimentos, aqueles que se convencionam serem do interesse para conhecimento do público, e conferir-lhes existência pública, atribuindo-lhes significados e interpretando-os para que possam ser compreendidos.

A produção quotidiana das notícias parte de uma organização, resultante de um conjunto de rotinas jornalísticas, e é condicionada por fatores de ordem social e económica. Na fabricação do discurso jornalístico, o profissional socorre-se de um modelo de representação cognitiva dos acontecimentos que seja simultaneamente entendido por jornalistas e leitores.

Nessa dinâmica, os meios de comunicação dão um contributo para a «construção da realidade promovida pela sociedade» (Luhmann, 2005, p. 167). A natureza e a relação entre ambos remetem para uma dinâmica permanente, que se interpenetra no tempo e no espaço. Essa interceção é tão intensa que a condução dos destino das sociedades «depende cada vez mais dos *media* de massas e há poucos assuntos com significância que possam ser abordados sem consideração pelo seu papel» (McQuail, 2003, p. 4 s).

Aos órgãos de comunicação social é conferido um «lugar central» na esfera pública, com a função de «captar, organizar e tornar pública e disponível ao debate uma vasta gama de perspetivas e opiniões» (Ferreira, 2012, p. 90). Para Jürgen Habermas, «as dinâmicas da comunicação de massa são orientadas pelo poder dos *media* de selecionarem e moldarem a apresentação das mensagens e pelo uso estratégico do poder social e político para influenciar as agendas, assim como o surgimento e o enquadramento dos temas públicos» (*apud* Ferreira, 2012, p. 90 s).

Independentemente de interrogações que são colocadas sobre os temas que são lançados na esfera pública, da influência que podem ter as agências de comunicação, e até da desigualdade dos atores que participam na discussão, é reconhecido o contributo do jornalismo para o aprofundamento das democracias contemporâneas. Para a vida cultural das sociedades contemporâneas, os *media* «constituem uma fonte básica de definições e imagens da realidade social e a expressão mais alargada da identidade comum» e são «o maior foco de interesse do tempo de lazer (...), mais do que qualquer outra instituição» (McQuail, 2003, p. 4).

No estudo de caso que desenvolvemos no âmbito desta dissertação procuramos questionar o encerramento de redações em Coimbra dos jornais de âmbito nacional *JN* e *Público*: verificar como se repercutiu na produção noticiosa e num menor acesso à informação de proximidade (local/regional) por parte dos públicos em geral, bem como interrogar sobre as repercussões para os direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o direito a ser informado, o direito a informar-se e o direito a informar, consagrados no artigo 37/1 da *Constituição da República Portuguesa*.

Se, como afirma Nelson Traquina, «o jornalismo é a vida nas suas diversas dimensões» (2007, p. 9), as narrativas que os jornais fazem sobre ela tendem a assumir tanto impacto quanto maior for o espaço em que são difundidas e quanto mais vasto o universo dos cidadãos que lhes pode aceder. Nestas premissas se reforçou o fundamento para a escolha de jornais generalistas e de difusão nacional.

No capítulo primeiro procedeu-se a uma análise teórica do conceito de Publicidade e da evolução e derivações do conceito de Liberdade, centrando-nos na dimensão informativa e, recorrendo à sociologia do jornalismo, adotámos a perspetiva construtivista sobre as notícias. Finalmente, enquadrámos a filial do *JN* e a delegação do *Público* nas redes de informação, na organização burocrática das empresas para captura de notícias.

No capítulo segundo centrámo-nos no estudo de caso desta dissertação, com a análise da produção noticiosa das redações de Coimbra do *JN* e do *Público*, em abril de 1992 e em abril de 2017. Comparou-se, respetivamente, a produção de um período de pleno funcionamento das duas redações com a de um período posterior à sua extinção.

O capítulo terceiro é dedicado aos contextos e realidades mediáticas, em que se analisam as existências e as mudanças nos órgãos de comunicação social do distrito de Coimbra, a partir de entrevistas aos primeiros e últimos chefes de delegação dos dois órgãos e a responsáveis pela comunicação em instituições locais.

No capítulo quarto analisam-se os resultados, questiona-se a responsabilidade social dos *media* jornalísticos e interroga-se a contração do direito fundamental à informação.

No capítulo quinto sistematizam-se as principais conclusões do estudo e sugerem-se caminhos para o aprofundamento da investigação destes temas.



## **1. ESTADO DA ARTE E CONCEITOS FUNDAMENTAIS**





## 1.1. Considerações sobre o princípio da Publicidade

Sabe o que o meu marido dizia das notícias?  
Chamava-lhes o primeiro esboço da história.  
É bem visto, não é?  
Nem sempre acertamos. Nem sempre somos perfeitos, mas acho que se persistirmos...  
É esse o trabalho, não é?

Fala da atriz Meryl Streep no papel de Katharine Graham,  
no filme *The Post* (2017), do realizador Steven Spielberg

Desde os primórdios da humanidade que a necessidade de informação se assume como um elemento vital para a vida em sociedade. Estudos antropológicos revelaram que a mesma ideia de notícia era comum a distintas culturas primitivas porque satisfazia um instinto básico do ser humano: o de saber e de conhecer para além da sua experiência direta (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 5).

As notícias respondem a uma necessidade essencial de segurança, poder e confiança, e quando esse instinto de estar informado é obstruído, aumenta o sentimento de insegurança. O ser humano, segundo Kovach & Rosenstiel (2004, p. 6), carece da informação para viver a sua própria vida, para «estabelecer vínculos, para identificar amigos e inimigos».

Séculos atrás, os governantes socorriam-se da disseminação das notícias para fomentar a coesão da sociedade e incutir uma sensação de partilha de objetivos. Já na antiguidade clássica, na primeira democracia ateniense, surgiu uma espécie de protojornalismo por via oral, pelo qual se tornava público o mais relevante da vida da *Polis*. A sociedade romana, por sua vez, tinha o «relato diário do Senado» e da «vida política e social» na «chamada *acta diurna*, que era transcrita para papiro e afixada em locais públicos» (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 20).

Nos finais da Idade Média, encontram-se trovadores que, através de notícias cantadas, transmitem de terra em terra as informações relevantes do reino. Idênticas atividades noticiosas podemos encontrar nos escritos dos escrivães ou cronistas dos descobrimentos quinhentistas portugueses, de Álvaro Velho, Jerónimo Münzer, Gomes Eanes de Zurara, ou mesmo na ‘célebre’ carta sobre o achamento do Brasil de Pero Vaz de Caminha, na

qual poderemos identificar algumas características de uma reportagem de cariz mais literário. Recuperando as palavras de Katharine Graham, estavam estes ‘repórteres’, ao mesmo tempo que relatavam para a nação e para o mundo, a escrever o primeiro esboço da história da expansão portuguesa por latitudes então desconhecidas ou incógnitas.

O jornalismo moderno começa a esboçar-se nos inícios do século XVII no convívio dos bares e em outros locais públicos de Inglaterra e, mais tarde, nas *coffee houses* americanas, a partir de informações que os viajantes traziam sobre o que haviam visto e ouvido, e que por vezes reproduziam nos livros de registo na altura comuns nos balcões desses bares.

Os primeiros jornais surgem por iniciativa de tipógrafos, que publicavam informações das cartas comerciais e as recolhidas nesses estabelecimentos sobre mexericos, contendas políticas e navegação. Em resultado do desenvolvimento dos primeiros jornais, os meios políticos ingleses começam a articular a ideia de opinião pública e os tipógrafos auto-investidos de jornalistas «começaram a formular uma teoria sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa». Por volta de 1720, destacam-se os escritos de dois jornalistas que escreviam sob o pseudónimo de ‘Cato’, a afirmar que «a verdade deveria ser uma defesa contra a difamação», numa altura em que o direito inglês criminalizava quaisquer críticas ao governo, fossem verdadeiras ou não (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 21).

As ideias de ‘Cato’ tiveram grande influência nas colónias americanas e foram assimiladas pelos fundadores dos EUA. A «noção de imprensa como baluarte da liberdade» enraizou-se na doutrina jurídica norte-americana. Num litígio que em 1971 envolveu o *New York Times* e o *Washington Post*, sobre a proibição à divulgação de documentos secretos do governo, os “Papéis do Pentágono”, o Supremo Tribunal invocou a Primeira Emenda para proclamar: «Os fundadores dos EUA concederam à imprensa livre a proteção necessária ao cumprimento do seu papel fundamental na nossa democracia. A imprensa deve servir os governados e não os governantes» (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 21 s).

Em síntese, podemos afirmar que o jornalismo é a atividade criada pelas sociedades para disseminar de forma independente a informação verdadeira de que o cidadão necessita para se orientar, tomar decisões e ser livre. Quando o jornalismo se orienta pelos valores

da sua *praxis*, pelo seu *ethos*, contribui para o aprofundamento dos direitos de cidadania e serve a democracia. «[C]hega a ser difícil separar o conceito de jornalismo do conceito de comunidade e (...) de democracia» (Kovach & Rosenstiel, 2004, p. 16).

Atualmente, o espaço global da comunicação e informação é reconhecido pela Declaração Internacional sobre a Informação e a Democracia como «bem comum da humanidade», que cria uma «base de legitimidade para o estabelecimento de garantias democráticas» (AAVV, 2018). A Declaração, redigida por uma comissão de 25 personalidades de 18 países presidida por Christophe Deloire, secretário-geral da Repórteres sem Fronteiras (RSF), e pela vencedora do Prémio Nobel da Paz, Shirin Ebadi, reforça o direito fundamental do cidadão à informação. No mesmo documento, é assumido que o direito à informação é compreendido como direito à informação confiável e que os seres humanos são detentores de um direito fundamental ao recebimento de informação reunida e selecionada de forma livre, «de acordo com um ideal de compromisso com a verdade, a pluralidade de pontos de vista e um método racional de apuramento dos factos».

O direito dos cidadãos à informação radica no princípio histórico da confiança pública, o conceito da publicidade, que tem como precursor um texto de finais do século XVIII, do filósofo inglês Jeremy Bentham. Em *Da Publicidade*, Bentham atribui a esse princípio a função de vigilância e controlo dos abusos dos governantes, no qual os jornais, enquanto instrumentos de transmissão da informação, assumem-se como um meio decisivo. A publicidade é, assim, um princípio fundamental para a vivência democrática. A “superintendência do público” é o freio “mais constante e universal” às tentações a que está sujeito o exercício do poder político porque, na visão de Jeremy Bentham, “o público compõe um tribunal que é mais poderoso do que todos os tribunais juntos” (2011, p. 278).

Slavko Splichal afirma que Bentham «não relacionou a formação do juízo esclarecido a uma discussão pública racional», tendo concebido a ideia de publicidade como «um meio de “vigilância desconfiada” dos legisladores», a lembrar o modelo penitenciário que descreveu em *The Panopticon Writings* (2002b, p. 12). O autor argumenta que não há interesse com força superior ao que resulta do respeito pela opinião pública, que a eficácia

da publicidade «se estende a tudo – legislação, administração, magistratura», concluindo que «sem publicidade, nenhum bem é permanente: sob os auspícios da publicidade, mal algum pode continuar» (Splichal, 2011, p. 287).

Identifica, no entanto, três exceções à aplicação da regra da publicidade: se «favorecer os projetos de um inimigo»; se «prejudicar desnecessariamente pessoas inocentes»; ou se «impuser uma punição excessivamente severa a um culpado» (Bentham, 2011, p. 289). De um modo muito genérico e simplificado, poderíamos dizer que essas exceções continuam hoje a ser condicionantes éticas à liberdade de informação. O aprofundamento dessa soberania popular, ou de escrutínio público, que o filósofo utilitarista advoga, carece de liberdade de imprensa e de publicidade de todos os atos relevantes para a vida política e social.

Quando desenvolve o conceito de “utilitarismo”, ou de “utilidade”, que atravessa todo o seu pensamento filosófico, entende-o como «aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem a aumentar ou a diminuir a felicidade da pessoa», ou do coletivo das pessoas: a comunidade. É um princípio que tanto se aplica aos atos praticados pelo indivíduo como pelo governo (Bentham, 1973, p. 10). Jeremy Bentham «toma por certo que a publicidade serve alguns fins utilitários, e que a ‘interação’ entre a assembleia e o público através dos jornais aumentaria a satisfação de ambos os lados». Mas, seguindo este pensamento, o princípio da publicidade vê-se «reduzido à publicação de discussões parlamentares e desviado dos direitos e liberdades individuais» (Splichal, 2002b, p. 12).

O debate público como o "corpo material" do princípio da publicidade não é - e não tem sido historicamente - limitado à imprensa e aos *media* de massa; universidades, associações e até cafés continuam a ser locais do "uso público da razão" (Splichal, 2002b, p. 12 s).

Coexiste como que uma rede de esferas públicas diferenciadas, específicas, sejam de natureza cultural, literária, científica, política, cujos «limites são permeáveis», em que cada uma delas «está aberta também às demais» (Habermas, 2000, p. 500).

Nas esferas públicas, os processos de formação da opinião e da vontade são institucionalizados e, por mais especializados que possam ser, estão orientados para a difusão e a interpenetração (...). Todas as esferas públicas parciais remetem a uma esfera

pública abrangente em que a sociedade em seu todo desenvolve um saber de si mesma. O esclarecimento [Iluminismo] europeu elaborou essa experiência, incluindo-a em suas fórmulas programáticas (Habermas, 2000, p. 500).

São, no entanto, os órgãos de comunicação o meio de eleição para a concretização dos direitos fundamentais de pensar e de publicar livremente, «pois são de longe os meios mais inclusivos de expressar e de influenciar a opinião pública em termos do tamanho das audiências e do número de áreas problemáticas» que abordam (Splichal, 2002b, p. 13).

Se em Jeremy Bentham o princípio da publicidade se assume como um pilar do regime parlamentar, com reflexo no controlo do abuso do poder e na formação de uma opinião pública que expresse a vontade coletiva, em Immanuel Kant a publicidade terá de traduzir uma harmonização do ético (“pertencente à doutrina da virtude”) com o jurídico (“concernente ao direito dos homens”) (Kant, 1990, p. 165).

«Princípio central da teoria de Kant é o da publicidade, entendido como um “conceito transcendental no direito público”» (Borges, 2014, p. 91). A fórmula transcendental do direito público é enunciada nos seguintes termos: «*são injustas todas as ações que se referem ao direito de outros homens, cujas máximas não se harmonizem com a publicidade*» (Kant, 1990, p. 165). Trata-se de uma proposição «simplesmente *negativa*», pois «serve apenas para conhecer por meio da mesma o que *não é justo* em relação aos outros» (Kant, 1990, p. 165).

Fundamental para qualquer discussão normativa sobre a liberdade de imprensa é o “princípio da publicidade” universal de Kant, que medeia entre a política e a moral no direito público. Kant argumentou que esse “mecanismo da natureza” deveria ser usado como um meio para criar uma máxima legal que todas as pessoas aceitariam e a que obedeceriam. Kant postulou a “fórmula transcendental da justiça pública” (Splichal, 2002b, p. 14).

Nesse sentido, o direito dos homens «deve considerar-se sagrado, por maiores que sejam os sacrifícios que ele custa ao poder dominante», e para Kant não há possibilidades de uma concordância prática, ou intermediação, dos interesses em jogo, «entre direito e utilidade» (Kant, 1990, p. 164).

O vínculo entre a moral e a política é estabelecido através do princípio da publicidade, observadas as condições de liberdade, de igualdade e de independência. As leis são justas e legítimas se forem formuladas de tal modo que possam emanar da vontade coletiva de

um povo inteiro e se os indivíduos forem pela razão, e só pela razão, coagidos a cumpri-las (Borges, 2014, p. 92).

Assim se afirma o princípio: «[o] que um povo não pode decidir a seu respeito também o não pode decidir o legislador em relação ao povo» (Kant, 1990, p. 91).

A publicidade, em Kant, «é um princípio moral e jurídico, através do qual se assegura, quer a liberdade individual de raciocínio (pensamento), quer a ordem legal na esfera pública». Enquanto «método de esclarecimento do público», o mesmo princípio da publicidade «assegura duas liberdades fundamentais: a de pensamento e a de expressão». (Borges, 2014, p. 91 s). A liberdade individual de raciocínio implica a «saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado». De ser capaz de utilizar o seu intelecto, de fazer os seus próprios juízos, de ser determinado e de ter coragem para não se deixar orientar por outros (Kant, 1990, p. 11).

Esse processo humano é aquilo a que Kant designa como *Aufklärung*, traduzido por “iluminismo”, “iluminação”, “esclarecimento”, “ilustração” intelectual, a que muito poucos ascendem, «apenas os que conseguiram mediante a transformação do seu espírito arrancar-se à menoridade e iniciar então um andamento seguro» (1990, p. 12). No entanto, o filósofo entende como «perfeitamente possível que um povo a si mesmo se esclareça», e «isso é quase inevitável, se para tal lhe for dada liberdade», a liberdade de «fazer uso público da sua razão em todos os elementos» (Kant, 1990, p. 12 s).

Slavko Splichal menciona que, ao longo da história, o princípio da publicidade «obteve dois - à primeira vista, diferentes - significados: um refere-se à liberdade (ou direito) do indivíduo de formar, expressar e publicar opiniões; o outro denota a necessidade social de prevenir ou impedir os abusos de poder» (2002b, p. 7). A primeira dimensão remete para um princípio funcional, desde que seja desperta «a participação dos indivíduos num discurso público racional». A segunda pretende «expor ações que (podem) ter consequências importantes para quem não participa nelas, para o controlo externo» (Splichal, 2002b, p. 7).

As vozes que nos séculos XVIII e XIX se ergueram a favor da liberdade de expressão fizeram eco a uma necessidade de um pensamento livre publicamente expresso, ou de

“uso público da razão”, e de assunção da maioria, na linha do pensamento kantiano. No período em que a reivindicação de soberania dos governos ainda não era justificada pelo consentimento do povo, a liberdade de imprensa era considerada uma garantia contra o exercício ilegítimo do poder pelo Estado ou sociedade sobre o indivíduo. Uma imprensa livre não representa um fim em si, mas um meio de liberdade do indivíduo para expressar e publicar opiniões (Splichal, 2002b, p. 13).

Nos séculos que se seguiram à conceptualização da publicidade por Immanuel Kant - como fórmula transcendental da justiça pública e segundo o princípio de «uso público da razão» - em contraste com o «sistema de desconfiança» concebido por Jeremy Bentham, assiste-se a uma incorporação deste entendimento do filósofo utilitarista pela prática reguladora (Splichal, 2002a, p. 1). Tal «sistema de desconfiança», consequentemente, «sublimou-se na lenda do quarto estado, ou quarto poder - de jornais independentes do controle governamental e partidário, representando a opinião pública e tendo o poder de controlar os outros estados» (Splichal, 2002a, p. 1)

Com o mito do quarto estado, a ideia mais ampla e abrangente de público/idade [público/publicidade] *eclipsou-se* mesmo antes de uma tentativa de promulgá-lo constitucional ou legalmente: reduziu-se em grande parte ao conceito de "liberdade de imprensa" como quarto poder, e sobre "o direito de publicar a verdade sobre o governo" (Splichal, 2002a, p. 1).

Na língua alemã o termo publicidade (*Öffentlichkeit*) surge no século XVIII, por analogia aos termos *publicité* e *publicity*, para qualificar a qualidade do que é público, e leva à criação conceptual da esfera pública (Habermas, 2012, p. 71).

Se é apenas neste período que a esfera pública reclama o seu nome, podemos presumir que, pelo menos na Alemanha, foi só então que essa esfera se formou e assumiu a sua função; ela está especificamente associada à “sociedade burguesa” que, nessa mesma época, se estabelece de acordo com leis próprias como domínio de troca de mercadorias e do trabalho social. Ainda assim, já muito anteriormente se fala em “público” e naquilo que não é público, ou seja, o que é “privado” (Habermas, 2012, p. 71).

A ideia de um «público que forma juízos», *Publikum*, segundo Habermas, surge a partir do século XVIII, e «[t]udo o que é submetido ao juízo do público ganha “publicidade”» (2012, p. 102).

Embora ainda se mantenha como referência fundamental da vida política, a opinião pública hoje «é essencialmente uma opinião de massa: constituída já não verdadeiramente

por públicos, como em épocas anteriores, mas sim por esta nova sociabilidade a que damos o nome de massa, formas de agregação social dos indivíduos que têm por base relações sociais frágeis» (Esteves, 1997, p. 2).

O próprio termo Publicidade regista, em consequência, uma mutação semântica radical: perde o sentido original que revestiu nos primórdios do pensamento moderno, em que designava o acto de tornar público, de publicitar, de dar a conhecer em termos ilustrados ideias, opiniões, conhecimentos, factos ou pessoas e passa a assumir um carácter essencialmente demonstrativo e aclamativo a publicidade a que hoje nos referimos na linguagem corrente, com um sentido fortemente comercial e técnico (Esteves, 1997, p. 7).

No entendimento de Habermas, o princípio da publicidade, «imposto inicialmente com uma função claramente crítica contra a práxis secreta do Estado absolutista e ancorado nos procedimentos dos órgãos do Estado de direito, foi refuncionalizado para finalidades demonstrativas e manipulativas» (2011, p. 29). Atualmente, segundo Esteves (1997, p. 6), a publicidade «tal como é praticada na dita Opinião Pública já não visa a formação de qualquer opinião, mas apresenta-se simplesmente como uma espécie de reflexo multifacetado de opiniões já constituídas e cristalizadas».

[É] uma pura estratégia de inculcação de produtos de todo o género, tanto de objectos como de mensagens, com a consequente transformação do cidadão de produtor de opinião pública em consumidor de mensagens que se apresentam como reflexos dessa opinião e com a inscrição de todas as dimensões da vida social com as marcas da lei do mercado. Invariavelmente, o seu efeito é o de transformar a Opinião Pública na opinião dominante e dominadora, cuja força não provém do raciocínio, da razão ou da justiça, mas só do peso do número (Esteves, 1997, p. 6 s).

Slavko Splichal realça que as funções comerciais da imprensa ao longo do tempo foram sendo "reprimidas", por serem entendidas como «incongruentes com os objetivos gerais atribuídos aos sistemas de *media* nas sociedades democráticas» (2002b, p. 6).

Embora antigamente "o público" tenha sido entendido predominantemente como um fundamento normativo da democracia, como um fórum público moldado em discussões críticas sobre assuntos públicos por indivíduos, educados e informados, a interagir constantemente, os meios de comunicação modernos criaram um novo tipo de "público" que é em grande parte despolitizado, comercializado e excluído da deliberação pública (Splichal, 2002a, p. 6).

Uma crítica incisiva a tais mudanças que, salvo os contextos particulares de cada época, se ajusta aos *media* até à atualidade, foi atribuída ao inovador do jornalismo sensacionalista Joseph Pulitzer, em 1904, «quando escreveu que “o comercialismo, que é apropriado no escritório de negócios, torna-se uma degradação e um perigo quando invade



as salas de redação”». No mesmo sentido, outros ainda afirmavam que o editor ao encarar «a imprensa como um negócio exclusivamente comercial punha fim ao seu poder moral» de jornalista (Splichal, 2002b, p. 6). Não obstante o alerta de Pulitzer, mais tarde enfaticamente reafirmado por John Dewey, Slavko Splichal sublinha que «a "disfunção comercial" superou, na prática, as "funções" da imprensa» (2002b, p. 6).

A crítica de Habermas sobre a queda do público, meio século depois (1965/1980), expõe novamente a importância de um *ideal normativo de publicidade* como o objetivo de ser alcançado pelos *media*, e também aponta para o princípio kantiano da publicidade como o ponto fraco nas teorizações sobre as funções dos *media* na democracia (Splichal, 2002b, p. 6 s).

Para Slavko Splichal, as questões da “separação de poder(es)” entre a esfera económica e o Estado, tal como no seio da própria esfera económica, «não são menos relevantes para a liberdade de expressão e publicação do que a separação dos poderes dominantes “clássicos”» (2002b, p. 10).

As primeiras dissertações sobre a liberdade de expressão e liberdade de imprensa não se referiram às condições económicas de uma imprensa livre, ou consideraram a interferência económica funcionalmente equivalente à interferência política. Na era do Iluminismo, o princípio da publicidade e o uso público da razão não eram subordinados, mas opostos à esfera económica e ao seu direito dominante de propriedade privada, o que levou Marx a concluir que “o principal da liberdade de imprensa está em não ser um negócio”» (Splichal, 2002b, p. 10 s).

## 1.2. Das Liberdades

(...) o jornalismo, sem liberdade, ou é farsa ou é tragédia (Traquina, 2007, p. 12)

Se o iluminismo enquanto movimento intelectual e filosófico vem afirmar uma fé quase absoluta na razão humana, na visão de Slavko Splichal também «preparou o terreno para as revoluções democráticas» e «influenciou profundamente as ideias do séculos XIX e XX» (2002a, p. 84).

Com a sua adoração da liberdade pessoal, da igualdade dos cidadãos, do direito humano de raciocinar livremente em questões religiosas e políticas, e do respeito pela razão humana como o árbitro supremo e o poder motivador histórico, o iluminismo estimulou reformas humanas e o progresso ao longo do século XIX. Uma parte significativa dessas reformas dizia respeito à imprensa, que se tornou uma ferramenta poderosa para

disseminar ideias de esclarecimento e libertar a mente e a ação humana (Splichal, 2002a, p. 84).

Mesmo antes de o governo democrático ser reivindicado através da legitimidade da soberania do povo, já a liberdade de imprensa proclamada nos séculos XVIII e XIX, derivada da premissa kantiana de usar a razão em público, era «considerada uma garantia contra o exercício ilegítimo do poder do Estado e outras instituições autorizadas, como a Igreja» (Splichal, 2002a, p. 84 s).

A afirmação da nova legitimidade jornalística ocorre perante o antagonismo do poder político, inserido num processo secular em luta pela liberdade, e, consequentemente, a conquista de uma nova forma de governação: a democracia (Traquina, 2007, p. 28).

Numa das obras basilares da teoria da democracia, *O Contrato Social*, de 1762, Jean-Jacques Rousseau proclama, praticamente em postulado inicial, que «o homem nasceu livre e em toda a parte vive aprisionado» (1981, p. 11). Nela, Rousseau desenvolve o conceito de “interesse público”, legitimador da governação da coisa pública num Estado regido por leis (1981, p. 42), e a ideia de opinião pública através do conceito de “vontade geral”, que «tende sempre para a utilidade pública» (1981, p. 33).

Com Rousseau, «o termo “opinião pública” ganha claramente um sentido político que seria desenvolvido nos inícios do século XIX pelos filósofos ingleses Bentham e Mill», afirma Nelson Traquina (2007, p. 30). Por outro lado, Slavko Splichal aponta que as ideias do filósofo francês sobre a “opinião pública” são «muito menos coerentes do que a sua teoria da democracia política» e justifica com os conceitos de “vontade geral” divergentes em *Emílio* e em *O Contrato Social*, obras que publicou no mesmo ano (2002a, p. 90 s). Em *Emílio*, a opinião pública é encarada como negativa, como tirana, escravizante, ou como um jugo, «a conclusão de que “é a sepultura da virtude de um homem” dificilmente é compatível com a sua ideia de opinião pública como quarto poder e uma forma de vontade geral», como expôs em *O Contrato Social* (Splichal, 2002a, p. 92).

Ao olhar para a história, encontramos a paternidade das ideias democráticas na Grécia antiga, e em Sócrates, um protagonista dos ideais de liberdade de pensamento e expressão, trazidos até nós através dos escritos de Platão e Xenofonte. Mas é em John Milton, através do panfleto *Areopagítica*, divulgado em 1644, que encontramos os laivos modernos da

proclamação das liberdades de pensamento e expressão, contra a censura do Parlamento à livre publicação.

John Milton, escrevendo no quadro do puritanismo independentista, deu um forte contributo para que os direitos individuais fossem gradualmente adquirindo uma posição de centralidade no sistema político-jurídico inglês, orientação que viria a triunfar na Gloriosa Revolução de 1688 (Machado, 2009, p. 8).

Numa Inglaterra de protestantes e católicos, tal vigor na defesa da liberdade religiosa, de consciência e expressão, segundo Jónatas Machado, «não deixaria de ter um impacto revolucionário nos sistemas teleológico-políticos existentes à época» (2009, p. 10).

Em defesa do livre uso da razão em público, John Milton proclama perante os Lordes e os Comuns do Parlamento inglês que a obstrução à liberdade de imprensa provoca perda e prejuízo maiores «do que se um pirata inimigo bloqueasse todos os (...) portos, baías, enseadas», porque «retarda e impede a importação da (...) mais preciosa mercadoria, a verdade» (2009, p. 83).

Quando um homem escreve para o público, faz apelo a toda a sua razão e capacidade deliberativa: investiga, medita, trabalha com afinco, e possivelmente troca ideias com amigos sensatos; só depois disso se considerará tão bem informado acerca do que escreve quanto qualquer outro que tenha abordado o mesmo tema (Milton, 2009, p. 66).

Jónatas Machado afirma que as ideias de John Milton sobre a liberdade de expressão não deixaram de «influenciar fortemente» pensadores do seu tempo, como John Locke (2009, p. 10) que, na sua *Carta Sobre a Tolerância*, publicada em 1689 no exílio na Holanda, sobre a liberdade religiosa, apresenta também uma reflexão filosófico-política sobre a legitimidade do poder, a igualdade perante a lei e os direitos humanos, que terão um momento histórico de proclamação em 1789, na Revolução Francesa.

Em *Segundo Tratado Sobre o Direito Civil*, de 1690, John Locke proclama a «tolerância para com os defensores de opiniões opostas», à luz de «uma pretensa preocupação com o bem público e com a observação das leis; e (...) sob o pretexto da religião». Estabelece ainda uma clara distinção entre as questões civis e da religião, e rejeita a ingerência do magistrado em assuntos da fé, porque «[n]ão lhe foi outorgado tal poder por Deus» (1994, p. 242 s).

O cuidado da alma de cada homem e das coisas do céu, que não pertence à comunidade e nem pode estar a ela submetido, deve ser deixada inteiramente a cargo de cada um. Assim

como a salvaguarda das vidas dos homens e das coisas que lhe pertencem em vida são obrigação da comunidade civil; e a preservação destas coisas aos seus proprietários é dever do magistrado (Locke, 1994, p. 275).

Quando surgem divergências de opinião entre o magistrado, que legisla com a finalidade de «promover a piedade, o bem público e a paz entre os homens», e os súbditos, que pensam o contrário dessas leis, o conflito é confiado à dirimção de Deus, que «no dia do juízo final retribuirá a cada um segundo o seu merecimento; ou seja, segundo sua sinceridade e sua integridade no esforço de promover a piedade, o bem público e a paz entre os homens» (Locke, 1994, p. 275 s).

John Locke adverte que «[o]s governos justos e moderados estão a são e salvo em toda a parte. Mas a opressão desenvolve fermentos e leva os homens a lutar para se libertarem do jugo incómodo e tirânico» (2001, p. 103).

Suprimi a injusta discriminação de direitos, mudai as leis, suprimi a pena de tortura e tudo ficará protegido e em segurança (...). [T]udo o que almejamos é que todos os homens possam gozar dos mesmos direitos (Locke, 2001, p. 104). Não é a diversidade de opiniões (que não pode ser evitada), mas a recusa de tolerância para com os que são de opinião diferente (o que poderia ter sido concedido), que causou tantas lutas e guerras que tiveram lugar no mundo cristão por motivos religiosos (Locke, 2001, p. 107).

Debatendo-se com idênticos temas de reflexão, Baruch Spinoza concebe a liberdade como «uma virtude», «uma perfeição», qualidade que só é atribuída a Deus, o único ser «absolutamente livre» (1970, p. 20 s), e que tem «o poder pelo qual existem e agem os seres da natureza» (Spinoza, 1970, p. 17).

No seu *Tratado Político*, que deixou incompleto e foi publicado postumamente em 1677, Spinoza afirma que o homem, tal como «todo o ser na natureza tem da natureza tanto direito quanta capacidade tem para existir: a capacidade pela qual existe e age qualquer ser da natureza não é outra senão o próprio poder de Deus» (1970, p. 17).

[C]hamo livre a um homem na medida em que vive sob a conduta da razão porque, nesta mesma medida, é determinado a agir por causas que podem ser adequadamente conhecidas unicamente através da sua natureza, ainda que essas causas o determinem necessariamente a agir (Spinoza, 1970, p. 23).

A democracia em Spinoza é o poder público; ou seja, «o poder do número», que é confiado a quem, pela vontade geral, cuida da coisa pública (1970, p. 26). E, «quanto mais numerosos forem os homens que tenham posto as suas forças em comum mais direito

terão eles todos», e consequentemente «terão mais poder (...), um direito superior sobre a natureza» (1970, p. 26).

Jónatas Machado vê ainda no trabalho de Milton «a inspiração remota para a metáfora do “mercado livre de ideias”» proposta pelo juiz norte-americano Oliver Wendell Holmes, que é uma alusão à liberdade de expressão «como o direito de concorrência de ideias» (2009, p. 12). Esta mesma conceptualização de “mercado livre de ideias” está também implícita nas argumentações em prol da liberdade de expressão de outros autores, como John Stuart Mill, como exporemos mais adiante. O *Areopagítica*, traduzido para o francês por Mirabeau, deu em 1790 a John Milton o reconhecimento como um dos «Pais Fundadores» da Revolução Francesa (Machado, 2009, p. 11).

As teses de John Milton sobre liberdade de expressão são, dois séculos depois, aprofundadas por John Stuart Mill em *Sobre a Liberdade*. Para este autor, «não é compreensível que nos países constitucionais o governo (...) tente muitas vezes governar a expressão da opinião», proclamando ainda a sua oposição a qualquer forma de silenciamento, mesmo que estivesse em causa opinião contrária assumida apenas por uma pessoa. Suprimindo-a, se essa opinião estivesse certa, perdia-se a oportunidade de corrigir o erro com a verdade (2010, p. 9 s).

Mas o estranho mal de silenciar a expressão duma opinião está a defraudar a raça humana; a posteridade assim como a presente geração; os que divergem da opinião e ainda mais os que a mantêm. Se a opinião está certa, ficam privados da oportunidade de trocar o erro pela verdade; se está errada, perdem, o que quase constitui um benefício, a compreensão mais nítida e a ideia mais viva da verdade, produzida pela sua colisão com o erro (Mill, 2010, p. 10).

Para Jónatas Machado, as reflexões de John Stuart Mill continuam a ter uma grande atualidade e pertinência, «[t]anto mais que não faltam hoje vozes que pretendem “dinamizar a discussão” no espaço público a partir da marginalização e do silenciamento das vozes discordantes» (2010, p. 35).

O aperfeiçoamento moral da sociedade pode ser conseguido, não pela força, mas pela argumentação, pela demonstração e pela persuasão. Nos processos dialógicos e conversacionais, os domínios íntimos da consciência devem prevalecer sobre o paternalismo do Estado. O exercício de uma ampla liberdade individual é visto como promovendo, a longo prazo, a maior utilidade para o maior número (Machado, 2010, p. 36).

Na mesma linha de pensamento, o francês Alexis de Tocqueville, na sua extensa obra *A Democracia na América*, escrita após uma pesquisa de campo em 1831 e 1832, rende tributo aos ingleses que, ao partirem três séculos antes para o continente americano, fundaram no novo mundo uma sociedade democrática, por inspiração naquilo que na sua pátria vivenciavam.

[E]stavam todos acostumados, na mãe-pátria, a participar dos negócios públicos; conheciam o júri; tinham liberdade de palavra e de imprensa, liberdade individual, ideia do direito e costume de recorrer a ele. Levaram para a América essas instituições livres e esses modos viris, e elas os sustentaram contra as usurpações do Estado (Tocqueville, 2004, p. 367 s).

Alexis de Tocqueville faz notar que os americanos souberam tomar da «aristocracia de Inglaterra a ideia dos direitos individuais e o gosto pelas liberdades locais» (2004, p. 369), mas ao mesmo tempo que as suas leis autorizam a liberdade «e até mesmo a licença da palavra em todas as coisas», submetem os autores dramáticos a «uma espécie de censura», em que as «representações só podem ocorrer quando os administradores do município permitem» (2004, p. 97). No entanto, confia no livre pensamento e na capacidade de o expressar publicamente, porque a história demonstra que «as luzes servem para os homens defenderem sua independência», e «isso é verdade sobretudo nas eras democráticas» (Tocqueville, 2004, p. 369).

Ao longo de *A Democracia na América*, o autor aborda ainda a presença dos jornais na sociedade americana, e uma das características que encontra neles é a sua capacidade de estimuladores da opinião pública, ao introduzirem temas pertinentes para a vida em comunidade.

Quando os homens não estão mais ligados entre si de maneira sólida e permanente, não é possível conseguir que um grande número deles aja em comum (...); somente um jornal é capaz de depositar no mesmo momento em mil espíritos o mesmo pensamento. Um jornal não tem por efeito apenas sugerir a um grande número de homens um mesmo projeto; ele lhes fornece os meios de executar em comum os projetos que teriam concebido por conta própria (Tocqueville, 2004, p. 137).

Alexis de Tocqueville considera que a imprensa «é, por excelência, o instrumento democrático da liberdade (...), análogo do poder judiciário» (2004, p. 398), por ambos poderem dar voz à parte mais fraca, e de a poderem igualar ou elevar, o que nos remete para uma das dimensões daquilo que Jeremy Bentham denominava como tribunal da

opinião pública; os juízos que o público pode fazer por efeito da publicidade e da ação dos jornais.

Em certas nações que se pretendem livres, cada um dos agentes do poder tem a faculdade de violar impunemente a lei sem que a constituição do país dê aos oprimidos o direito de se queixar diante da justiça. Nesses povos, não se deve mais considerar a independência da imprensa como uma das garantias, mas como a única garantia que resta da liberdade e da segurança dos cidadãos. (...) A soberania do povo e a liberdade de imprensa são, pois, duas coisas inteiramente correlativas (Tocqueville, 2005, p. 209).

Este escrutínio público dos poderes instituídos, e de defesa contra os seus abusos, inspira a conceptualização contemporânea da imprensa como o quarto poder. A alusão ao princípio da publicidade subjacente naquele excerto da obra de Alexis de Tocqueville tanto nos pode remeter para a abordagem utilitarista de Bentham, de vigilância e condicionamento dos abusos do poder, como para a abordagem iluminista de Kant, em que a ideia da publicidade «é fundamental para os direitos dos cidadãos e representa o princípio fundamental de uma ordem democrática» (Splichal, 2002a, p. 111) .

Para Slavko Splichal, «[g]rande parte do “paradigma de controlo” que sustenta a necessidade e utilidade da liberdade de imprensa está focado no papel dos jornais», no contributo que podem dar «para a “felicidade” e “prazer” do povo, para “verificar o governo”, ou “organizar a mente das pessoas”» (2002a, p. 83). A publicidade das ações do governo preconizada por Jeremy Bentham, e radicada no “direito do público de saber”, «que depois da Segunda Guerra Mundial se tornou quase sinónimo de “liberdade de imprensa” nos Estados Unidos», «obscureceu a dimensão criativa da publicidade e degradou a ideia de liberdade de imprensa para a liberdade de distribuição, em vez de expressão» (Splichal, 2002a, p. 83).

Ao contrário da liberdade individual de expressão, a liberdade de imprensa foi vista – particularmente por profissionais dos *media* e da comunicação – como liberdade de jornalistas, editores ou empresas editoriais, baseada no argumento de que a imprensa exerce funções importantes para a sociedade e / ou cidadãos, sendo assim um “instrumento” para a realização de outros direitos e liberdades dos cidadãos (Splichal, 2002, p. 83 s).

Esta responsabilidade social dos *media*, inspirada nas teorias utilitaristas de Bentham e Stuart Mill, é reafirmada pela Comissão Hutchins no seu relatório de 1947, e que hoje se pode observar vertida em códigos deontológicos e em legislação regulatória, como são

exemplos a prática do contraditório, o relato com rigor e verdade ou a separação entre informação e opinião.

As conceitualizações da liberdade de imprensa que, nos séculos XIX e XX, se inspiravam na ideia de “tribunal” de Jeremy Bentham sobre a publicidade «desviaram-se nitidamente das ideias democráticas de liberdade pessoal de expressão e publicação de opiniões.» Slavko Splichal sublinha que «liberdade e a obrigação moral de publicação devem pertencer a indivíduos, ou estarão seriamente ameaçadas» (2002a, p. 85).

Segundo Slavko Splichal, a ideia de liberdade de imprensa que ficou consagrada na Declaração dos Direitos da Virgínia, em 1776, e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa, em 1789, surge de um contexto particular dos séculos XVII e XVIII, «quando os jornais se transformam em meros mediadores entre conversas democráticas», que decorriam em clubes e em locais públicos e semipúblicos, sobre temas suscetíveis de discussão pública (2002a, p. 2). O mesmo autor acrescenta que o «jornal assumiu pela primeira vez o papel de carta pública e conversa pública, mas no final do século XIX tornou-se uma potência intelectual global», e a noção de “quarto poder”, «com os jornais como legítimos agentes corporativos, ganhou popularidade sobre a ideia de Kant de “uso público da razão” enfatizando o direito pessoal de publicar opiniões, pois correspondia então à conceção dominante de governação» representativa (2002a, p. 2).

A ideia de liberdade de imprensa – em contraste com a liberdade pessoal de publicar – era perfeitamente congruente com a conceção de *representação*, uma vez que derivava do princípio de público [publicidade] “com o consentimento do povo”, executado pelos jornais como “os representantes do povo” com a intenção de cumprir o “objetivo comum e permanente” das pessoas, geralmente definido pelo “direito a saber” (Splichal, 2002a, p. 2).

Este conceito de imprensa como “quarto poder”, ou “cão de guarda”, «pressupõe que a imprensa é uma entidade corporativa que serve interesses coletivos», e «a liberdade de imprensa é justificada pela sua função de representar o povo ou o público», em contraste com a conceitualização iluminista «como liberdade pessoal e direito de publicar opiniões». Trata-se de perspetivas distintas «sobre o lócus dos direitos humanos – localizado na imprensa ou no indivíduo» (Splichal, 2002a, p. 2 s). A primeira perspetiva, segundo Slavko Splichal, está refletida na definição da liberdade de imprensa como o



“grande baluarte da liberdade” na Carta dos Direitos da Virgínia, e a segunda, como “livre comunicação de pensamentos e opiniões”, que inclui “impressão livre”, consagrada na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (2002a, p. 3).

Nestas perspetivas distintas estão patentes as concepções de liberdade de imprensa dos EUA e da Europa, que irão marcar o posicionamento e o sistema legal dos *media*.

[N]a fundação do ideal americano, encontramos uma abstenção do Estado relativamente a uma participação direta no espaço público – o Estado coloca-se ao serviço do espaço público gerado pelos indivíduos – e na regulação desta nova ideia de liberdade de imprensa, deriva da importância e do enraizamento desta própria liberdade na construção da sociedade americana. Já em França, o papel do Estado é claramente mais manifesto e inscrito no próprio princípio, isto é, responsabiliza o Estado pela geração do plano estrutural de liberdade de imprensa e confia-lhe a capacidade de garantir os direitos de cada um dos indivíduos, acautelando os abusos (Miranda, 2018, p. 3).

Nas duas visões há uma «divergência primordial»; a visão americana sustenta-se num «sentido moral das responsabilidades», enquanto a perspetiva francesa integra já em si a noção de responsabilidade (Miranda, 2018, p. 3). Contudo, os *media* contemporâneos «não possuem uma dimensão própria de liberdade, nem a individual fundamentada pela autonomia proposta por Kant e desenvolvida pela teoria liberal, nem a coletiva proposta pelo utilitarismo clássico, segundo a qual a satisfação média é o fim último» (Marques, 1997, p. 1).

Por carecerem de uma dimensão própria de liberdade, os *media* utilizam os conceitos disponíveis «para se legitimar e se enraizar na realidade, segundo os seus interesses imediatos, mas sem deixar de considerar as prerrogativas entre a expressão e a informação» (Marques, 1997, p. 1).

A «ambivalência da liberdade nas sociedades modernas (...) deu lugar à distinção de duas formas: a liberdade negativa e a liberdade positiva – caracterizadas, porém, de modo não inteiramente convergente ao longo dos tempos» (Esteves, 2003, p. 306).

Profundamente intrínseca às concepções liberais, a ideia da liberdade negativa gira em torno do direito individual privado, onde se define a capacidade de cada homem poder individualmente desenvolver o seu pensamento e as suas escolhas, livre da ingerência dos outros, e onde o indivíduo adquire a possibilidade de agir plenamente, logo que não interfira na liberdade dos outros. De índole comunitária, que encontra a sua raiz nas teorias estatais, a ideia de liberdade positiva coloca a tónica na comunidade e na interdependência entre os indivíduos (Miranda, 2018, p. 3 s).

Sobre estas questões, João Pissarra Esteves diz que para as democracias atuais a proposta do sociólogo Isaiah Berlin «revela-se muito profícua», pois «[p]artindo de velhos temas do pensamento kantiano chega à caracterização da liberdade negativa como ausência de coerção, consagrada pelo conjunto das liberdades cívicas e direitos individuais que se opõem aos abusos da autoridade» (2003, p. 306). Quanto à liberdade positiva – acrescenta – Isaiah Berlin «consagra a capacidade de cada um ser senhor de si mesmo, já não numa conceção puramente individualista do ser humano, mas que, a partir da capacidade de autogoverno de cada um, procura fundar base sólida da democracia política (Esteves, 2003, p. 306).

O pluralismo, com a dose de liberdade "negativa" que acarreta, parece-me um ideal mais verdadeiro e mais humano do que as metas daqueles que buscam nas grandes estruturas disciplinadas e autoritárias o ideal do autodomínio "positivo" por parte de classes, povos ou de toda a humanidade. É mais verdadeiro, pois pelo menos reconhece o fato de que as metas humanas são muitas, nem todas comensuráveis, e em perpétua rivalidade umas com as outras. Supor que todos os valores possam ser graduados numa única escala parece-me falsificar nosso conhecimento de que os homens são agentes livres, representar a decisão moral como uma operação que uma régua de cálculo poderia, em princípio, executar (Berlin, 2002, p. 272).

Para João Pissarra Esteves, o debate em torno da liberdade entronca na questão da modernidade, e na sua capacidade de «a todo o momento procurar as melhores respostas, sem se acomodar a soluções definitivas» (2003, p. 307). Socorrendo-se das palavras de Albrecht Wellmer, o autor defende que «[o] projeto de modernidade está associado à ideia universalista de liberdade que, por sua vez, não é o género de coisa que possa ser realizada em definitivo ou num sentido perfeito; (...) a ideia da realização definitiva de um estado ideal não faz sentido quando aplicada à história humana» (Esteves, 2003, p. 332).

Na mesma linha de pensamento, Isaiah Berlin afirma não se lhe afigurar viável «obter respostas bem definidas e certas, mesmo num mundo ideal de homens inteiramente bons e racionais, e [de] ideias inteiramente claras», mesmo que isso possa «enlouquecer aqueles que buscam soluções finais e sistemas únicos e abrangentes, de eternidade garantida» (2002, p. 271).

No final, os homens escolhem entre valores supremos; e assim o fazem porque sua vida e seu pensamento são determinados por categorias e conceitos morais fundamentais que são, (...) uma parte de seu ser, pensamento e senso de identidade - uma parte do que os

torna humanos. (...) Os princípios não são menos sagrados porque sua duração não pode ser garantida. Na verdade, o próprio desejo de uma garantia de que nossos valores sejam eternos e seguros em algum céu objetivo é talvez apenas um desejo intenso das certezas da infância ou dos valores absolutos de nosso passado primitivo (Berlin, 2002, p. 272).

### **1.3. O construtivismo, do social ao das notícias**

Se o acesso à realidade quotidiana se opera pela linguagem, a assunção do indivíduo como sujeito social é o resultado da tensão interpretativa do mundo (entre o eu e a sociedade), e das suas duas dimensões: da realidade objetiva e da realidade subjetiva.

Reconhecer-se e ser reconhecido como membro de uma sociedade significa partilhar subjetivamente a realidade objetiva dessa mesma sociedade: a conversão da realidade objetiva (exterior) em realidade subjetiva (interior) consiste num exercício de interpretação (do mundo) pelo qual os acontecimentos são investidos de sentido (Esteves, 2011, p. 73).

Berger & Luckmann apontam três momentos desse processo dialético do fenómeno social, o de exteriorização, o da objetivação e o da interiorização, e referem que o mesmo acontece em relação a um membro individual da sociedade, «o qual simultaneamente exterioriza o seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva» (2004, p. 173).

Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. (...) Ao mesmo tempo que o aparelho de conversa mantém continuamente a realidade, também cotidianamente a modifica (Berger & Luckmann, 2004, p. 202 s).

Deste modo, a linguagem objetiva o mundo, nesta dupla dimensão, de apreendê-lo e de o produzir. O elemento fundamental desta dinâmica social é a interação, são as trocas comunicacionais nas formas que podem revestir na socialização.

Na interação podemos distinguir uma dimensão física/material, constituída pelos indivíduos propriamente ditos e pelos espaços físicos concretos da sua existência, e uma dimensão simbólica, que é constituída, esta, pelos chamados *frames*: os quadros simbólicos que ordenam a interação, a partir dos quais e em função dos quais os participantes se assumem como sujeitos da comunicação (Esteves, 2011, p. 83).

Sem entrar na enunciação e comparação das teorias sociológicas, cuja pertinência extravasa este trabalho académico, podemos dizer em síntese, e tomando por empréstimo

as palavras de João Carlos Correia (2009, p. 61), de que as ideias da tipificação, da classificação da realidade, são inerentes a qualquer sociologia do conhecimento.

Partindo da presunção de que «a tipificação é o reconhecimento de uma situação graças à rotina interiorizada na vida quotidiana e à prescrição de uma receita» (Correia, 2009, p. 61), poderemos partir dela para entrarmos numa abordagem à teoria da notícia.

Gaye Tuchman mostrou como o trabalho quotidiano de recolha e de produção de notícias pode ser entendido como uma questão de “routinizing the unexpected”. No fundo, o jornalismo lida de perto com a proliferação e uma estratégia de controlo da erupção generalizada do “novo”. (...) Enquanto organização burocrática especializada na formulação de significados partilhados pela sociedade, tem que instaurar rotinas, procedimentos burocráticos, mecanismos de tipificação (Correia, 2009, p. 61 s).

Se as tipificações se traduzem numa «espécie de cristalização da experiência», e de certo modo concedem segurança à vida em sociedade, no jornalismo o «recurso a esquemas cognitivos marcados por esta busca de familiaridade e tipicidade conduz a uma visão convencional associada ao senso comum» (Correia, 2009, p. 62).

O “senso comum”, segundo Nelson Traquina, «é o produto das expectativas criadas pela experiência e equivale àquilo que a maioria dos jornalistas toma como adquirido; joga um papel central porque ajuda a determinar o que pode ser aceite como “facto” sem verificação» (Traquina, 1999, p. 23).

As formas de construção da realidade informativa definem-se como o resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas discursivas, que funcionam como tipificações da realidade. As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia (Correia, 2009, p. 63).

Gaye Tuchman afirma que «os relatos informativos não só conferem às ocorrências a sua existência como acontecimentos públicos, como também lhes atribuem um certo carácter, na medida em que ajudam a dar forma à definição pública dos acontecimentos, atribuindo-lhes de forma seletiva pormenores ou “particularidades” específicas» (2002, p. 97).

[D]ois processos ocorrem simultaneamente: uma ocorrência é transformada em acontecimento, e um acontecimento é transformado em notícia. O quadro simbólico das notícias organiza a realidade do quotidiano e é parte constituinte dessa mesma realidade, dado que (...) o carácter público das notícias é uma das características essenciais das próprias notícias (Tuchman, 2002, p. 100).

A autora (Tuchman, 2002, p. 98) afirma que a produção noticiosa se insere num determinado contexto e que a natureza pública das notícias é indexical e reflexiva.

As notícias estão inseridas na organização social do trabalho informativo: nos meios conflituais das cadeias de responsabilidade territoriais, institucionais e de tópicos (...), que requerem uma permanente negociação; nas tipificações temporariamente estabelecidas, enraizadas no ritmo de trabalho; e na constituição mútua dos factos e das fontes, realizada quer pela ancoragem da rede de notícias em instituições legitimadas quer pelas negociações entre concorrentes-colegas» (Tuchman, 2002, p. 98)

Citando a socióloga norte-americana, Nelson Traquina explica que as empresas jornalísticas procuram «impor ordem no espaço» (1999, p. 170) ao criar uma rede para “capturar” os acontecimentos relevantes e com aptidão de noticiabilidade. Para essa cobertura do espaço, acrescenta Nelson Traquina (1999, p. 170), as empresas utilizam três estratégias: a «territorialidade geográfica», ou seja, divisões em áreas de responsabilidade, a «especialização organizacional», dedicando uma atenção contínua a organizações que produzem acontecimentos noticiáveis, e criam uma «especialização em termos de temas», organizando o jornal em secções.

A consequência fundamental da extensão na “rede” é impor ordem no mundo social porque permite que acontecimentos noticiáveis ocorram mais em certas localidades não noutras. No caso português, é inegável a existência de grandes “buracos” na “rede”: a razão principal é a extrema concentração de recursos das empresas jornalísticas, em termos de territorialidade geográfica, em Lisboa (Traquina, 1999, p. 170).

Esta situação de “buracos” na rede que, nos anos 90 do século passado, Nelson Traquina (1999, p. 170) identificou, com base num estudo do Sindicato dos Jornalistas de 1988, deu gradualmente lugar a uma acentuada “descobertura” ou desterritorialização organizacional em Portugal por parte das empresas jornalísticas.

Em muitas empresas a “delegação” ou “filial” que, fora da sede, geria uma malha mais extensa de correspondentes disseminados pelo seu território de abrangência, desapareceu, fecharam-se escritórios de redação e dispensaram-se jornalistas experientes com vínculo permanente, angariando-se um ou outro recém chegado à profissão para funções de tarefeiro, remunerado à peça noticiosa publicada, ou mediante uma avença mensal, com o estatuto legal de profissional liberal, o que pode levar ao questionamento da liberdade interna da imprensa, da liberdade de criação e expressão desses jornalistas. Isso sucedeu com a delegação do jornal *Público* e a filial do *JN* em Coimbra, que são objeto de estudo

nesta dissertação. Os dois órgãos, perto do final da segunda década do século XXI, apenas dispõem de uma delegação fora da sede, no Porto ou em Lisboa, conforme a sua redação principal é numa ou noutra destas cidades. Os “buracos” na “rede” deram lugar a autênticos “desertos” territoriais, com irremediáveis desconexões nessa mesma “rede”.

Sem ainda entrar na análise das implicações do desmantelamento de redes de captura de notícias, a que será dedicado um capítulo posterior, passemos à enunciação da teoria construtivista das notícias, pela qual optamos neste trabalho académico.

No presente trabalho temos vindo a esboçar os contornos destas realidades complexas que são a produção das notícias e a sua natureza construída, ou dito de outra forma, procuramos perceber porque são as notícias como são, para delimitarmos este paradigma teórico do jornalismo que emergiu nos anos 70 do século passado. A teoria construtivista, que se refere às notícias como uma construção, surge em oposição à teoria do espelho, e à própria ideologia do jornalismo, de que as notícias refletiam a realidade. Esta perspetiva teórica argumenta que as notícias contribuem para a construção da própria realidade, e enquanto construção são narrativas ou histórias. Nas palavras de Jorge Pedro Sousa, a comunicação jornalística «é um dos agentes que intervêm no processo de construção social da realidade, conforme ele foi enunciado por Berger e Luckmann, embora a construção última de sentido dependa do recetor» (2000, p. 202).

Os conteúdos e a forma como estes são veiculados por cada meio e cada órgão de comunicação social produzem determinado tipo de efeitos pessoais, sociais, ideológicos e culturais, que, por sua vez, se vão repercutir sobre o próprio sistema de meios, retro-alimentando o processo. É que não só as pessoas escolhem os meios que consomem como também influenciam os meios de comunicação, em conjunto com fatores sociais, ideológicos, culturais, tecnológicos, etc. (Sousa, 2000, p. 205).

Em síntese, para os que perfilham a orientação teórica construtivista, «as notícias são histórias que resultam de um processo de construção, linguística, organizacional, social, cultural, pelo que não podem ser vistas como o espelho da realidade, antes são artefactos discursivos não ficcionais – indiciáticos – que fazem parte da realidade e ajudam-na a construir e reconstruir (Sousa, 2002, p. 5).

Assim, o conceito de distorção é visto como inadequado e as atitudes políticas dos jornalistas – observados como relativamente autónomos, embora constrangidos pela linguagem, pelas organizações noticiosas, pelas negociações com as fontes, etc. – não são

entendidas como um factor determinante no processo jornalístico de produção de informação. As rotinas são vistas como o resultado de um esforço organizacional para assumir uma vantagem estratégica (Sousa, 2002, p. 5).

As rotinas, para Nelson Traquina, são «um elemento crucial nos processos de produção de notícias», e apropriando-se das palavras de Philip Schlesinger acentua: «As rotinas de produção englobam a ideologia e são constitutivas dela» (2007, p. 98).

[A]s notícias registam as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: Quem? O Quê? Onde? Quando?, a necessidade de seleccionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia, dando vida ao acontecimento, constrói o tempo e constrói a realidade (Traquina, 2007, p. 100).

Citando Robert Carl Manoff, refere Nelson Traquina que a «escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre». Trata-se de uma escolha «orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção, e fornecem o reportório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas» (2007, p. 100).

#### **1.4. A ordem no espaço, e a razão da existência de redes de captura: O caso da Filial ou Delegação**

*as delegações (...) eram peças essenciais dessa estratégia. O Público queria acompanhar, relatar, investigar, a vida e as instituições do País fora de Lisboa.*

Eduardo Dâmaso (fundador do jornal e primeiro chefe da Delegação do Público em Coimbra)

No sentido de “capturar” os acontecimentos, as empresas jornalísticas criam uma rede noticiosa, com áreas de responsabilidade territorial. É assim que surgem as filiais ou delegações, constituídas por um espaço físico com a imagem institucional da empresa, que além de um conjunto de redatores, com um responsável editorial, dispunham de funcionários administrativos e comerciais, estes para angariar anunciantes, patrocinadores e assinantes.

Retomando o que se referiu anteriormente quando se aludiu à organização social do trabalho jornalístico, a existência de redações desconcentradas, antes de mais, é uma afirmação no território do órgão de comunicação social, perante a comunidade, perante as instituições, perante as fontes, perante os leitores e perante os anunciantes.

Centrando-nos na rede de captura caracterizada por Gaye Tuchman, já enunciada antes, relativamente à produção das notícias, a territorialidade geográfica permite chegar mais rápido ao local do acontecimento, e dar dimensão pública a uma narrativa jornalística correspondente ao valor notícia da matéria prima. Em muitos casos é essa rapidez que faz com que um acontecimento do interesse dos leitores se transforme em notícia, ou pelo menos com a riqueza de pormenores possíveis de captar quando está a acontecer, ou acabou de acontecer.

Se uma outra das dimensões de ‘ordem no espaço’ caracterizada por aquela socióloga norte-americana é a criação de “sentinelas” em instituições que habitualmente produzem acontecimentos noticiáveis, essas tornam-se mais eficazes se existe uma relação de proximidade, seja geográfica, seja relacional, entre jornalista e interlocutores institucionais. Frequentemente o valor notícia de qualquer acontecimento só é devidamente avaliado quando a atividade da instituição é acompanhada no tempo. Numa escala local / regional, que é a dimensão de abrangência de uma ‘delegação’ ou ‘filial’, podem ser encontradas situações dessas em ocorrências produzidas por uma Câmara Municipal, uma Universidade, um organismo descentralizado da administração central, um produtor cultural, um tribunal.

[U]ma rede de notícias é importante para as organizações de notícias, porque a notícia é um bem de consumo perecível que deve ser produzido fresco todos os dias e que depende das atividades em curso sobre a sua matéria-prima (Tuchman, 1985, p. 45).

A terceira dimensão estratégica de ‘a ordem no espaço’ de Gaye Tuchman refere-se à especialização em termos de temas. Se a proximidade geográfica e a proximidade às instituições produtoras permitem capturar e dar existência pública ao acontecimento, a especialização por temas permite ao órgão jornalístico dar coerência e coesão ao seu fio noticioso, com uma maior diversidade social e territorial.



Gaye Tuchman afirma que «[q]uanto mais estreita é a interseção na malha de rede – quanto mais a rede se assemelha a uma manta mais ela pode capturar». Esta rede de captura é «expandida eletronicamente» pela rede de telecomunicações, que permite fazer chegar os textos do local onde o repórter se encontra, de uma filial ou delegação, à redação central da empresa jornalística (1985, p. 34 s).

A rede de informação impõe uma ordem no mundo social porque torna possível que os acontecimentos informativos ocorram em algumas zonas e não noutras, e que essas mesmas ocorrências possam ser valoradas pelos jornalistas, e pelos responsáveis editoriais para se tornarem públicas (Tuchman, 1985, p. 36).

Originalmente projetada para atrair o interesse dos leitores, capturando os relatos apropriados disponíveis em locais centralizados, a rede de informação incorpora três suposições sobre os interesses dos leitores:

1. Os leitores estão interessados em eventos que acontecem em locais específicos.
2. Preocupam-se com as atividades de organizações específicas.
3. Estão interessados em tópicos específicos (Tuchman, 1985, p. 38).

A autora explica que, «[c]ongruentemente, a rede de informação é lançada através do espaço, concentrada em organizações específicas e destaca tópicos», e que dessas três estratégias de organizar os repórteres, a territorialidade é a mais importante (1985, p. 38).

Na criação das áreas de responsabilidade territorial a organização tem presente que na sua missão informativa se ‘jogam’ duas dimensões: «crê que os seus leitores particulares querem saber, e está financeiramente disposta a fazê-los chegar» (Tuchman, 1985, p. 39).

[A] rede de informação não só exclui certos acontecimentos da sua consideração (...), mas também ordena prioridades para determinar que tipo de funcionário produz um item (...). Além disso, a rede de informação está ancorada em responsabilidades concorrentes que se sobrepõem entre si, ordenadas por uma hierarquia editorial burocrática. Ao julgar o valor relativo dos vários itens capturados pela rede de informação, diretores e chefes criam e recriam permanentemente padrões negociados de julgar. Ao levar a cabo os seus juízos, por sua vez os diretores e chefes afirmam e reafirmam a validade da ancoragem da rede informativa como marco que impõe ordem e coerência sobre o mundo social (Tuchman, 1985, p. 51).



## **2. O ESTUDO DE CASO**



Noticiar é tornar público um acontecimento em resultado de um complexo processo, que se inicia com a identificação e seleção, prosseguindo com a construção de uma narrativa; ou seja, da notícia, recorrendo a um quadro de referências, e à sua contextualização, de modo a tornar inteligível, e com sentido, para o leitor o mundo aí retratado.

Os acontecimentos são interpretados a partir de um enquadramento de significados, discursos, imagens, valores que se convencionou designar como consenso; ou seja, aquilo que se julga ser o que a sociedade pensa a cada momento. Esta função de tornar público, de mostrar a realidade, mas uma realidade seletiva construída pelos jornalistas, é exercida por profissionais detentores de um saber próprio, guiados por um código deontológico, subordinados a normas regulatórias e penais, e depositários de uma missão conferida pela sociedade. Fazendo uma aproximação à teoria democrática, o jornalismo ainda hoje tem inerente uma missão de vigilância dos poderes e de denúncia dos seus abusos, ao mesmo tempo que fornece as informações necessárias para que o cidadão possa orientar a sua vida em sociedade.

As notícias são também um produto que se comercializa, e dos mais perecíveis que a humanidade ‘inventou’.

Mesmo limitado e constrangido, o poder do jornalismo e dos jornalistas aponta para a importância das suas responsabilidades sociais. A afirmação do reconhecimento das suas responsabilidades, por parte dos jornalistas e também por parte dos donos das empresas jornalísticas, não é possível reduzindo as notícias a uma simples mercadoria, e ignorando a existência dos ideais mais nobres do jornalismo, que fornecem uma manta de legitimidade ao negócio (Traquina, 2007, p. 211).

Nesta dissertação procuramos refletir se a extinção dos centros produtores desconcentrados dos diários *JN* e *Público* provocou uma diminuição da cobertura noticiosa no distrito de Coimbra e, nesse sentido, uma limitação ao direito de ser informado - liberdade de expressão e informação -, consagrado no artigo 37º/1 da *Constituição da República Portuguesa (CRP)*.

Procura-se identificar se emergiram outras formas de mediação que possam remediar lacunas emergentes do encerramento das delegações desses jornais de difusão nacional, verificar se esse eventual défice foi compensado, e em que medida, se por mudanças

editoriais na imprensa regional, se pelo surgimento de outros *media*, de formas ‘apócrifas’ ou de ‘para-jornalismo’.

São interpelados agentes da sociedade civil, habituais “fornecedores” de informação para os órgãos de comunicação social, indagando se se sentiram excluídos das agendas mediáticas e se desenvolveram estratégias para comunicar diretamente com os seus públicos sem a mediação jornalística.

Através da produção noticiosa objeto de análise, procurará observar-se se se indiciam mudanças nas rotinas jornalísticas, nas narrativas noticiosas e nos critérios de noticiabilidade, bem como se há alterações das vozes da sociedade.

A hipótese que testamos nesta dissertação é a de que os encerramentos da filial do *JN* e da delegação do *Público*, em Coimbra, provocaram uma diminuição da cobertura noticiosa local, com uma contração da liberdade de informação, consagrada no artigo 37º/1 da Constituição. Aqui o que nos interessa é uma dimensão desse direito fundamental, o direito dos cidadãos, a informarem, a informarem-se e a serem informados. Extravasa o âmbito desta dissertação a outra dimensão, a liberdade de imprensa, ou seja, o direito dos jornalistas e da comunicação social, esta consagrada no artigo 38º da *CRP*.

## **2.1. Metodologias**

A hipótese foi verificada através de um estudo de caso em que analisámos a produção informativa referente ao distrito de Coimbra publicada nos diários *JN* e *Público*, este último nas suas edições do Porto e de Lisboa.

Estabeleceu-se um marco de análise, que foi o mês de abril do ano de 1992, simbolicamente por ser o ano em que a democracia portuguesa atingiu 18 anos. Optou-se por um segundo momento de análise, abril do ano de 2017, ou seja, 25 anos depois, o período que se convencionou ser o de uma geração. Na escolha do ano de 1992 teve-se em atenção que se tratava de um período em que o crescimento da imprensa no pós 25 de abril já se encontrava consolidado, com o *Público*, que tinha sido o grande inovador dos diários

portugueses, já no seu terceiro ano de existência. A opção pelo ano de 2017 partiu de mais dois pressupostos, para além do enunciado atrás. Já tinham decorrido nove anos sobre o encerramento da delegação do *Público* e quase três anos sobre a extinção da filial do *JN*, estando já consolidadas localmente as novas rotinas de produção noticiosa dos jornais, e a inexistência dessas redações ‘naturalizada’ pela sociedade. Pretendeu-se ainda encontrar um período temporal próximo do momento presente.

Para contrair a dimensão do *corpus*, de modo a que fosse adequado à escala deste trabalho académico, optou-se por uma amostra aleatória de um dia de publicação de cada uma das cinco semanas do mês, definindo-se previamente a sequência, a começar no sábado e a terminar na quinta-feira. Nesse sentido, a recolha foi feita a partir das edições do *JN* e *Público* (edição Porto e Lisboa) dos dias 4, 5, 13, 21 e 29 de abril de 1992 e dos dias 1, 2, 10, 18 e 26 de abril de 2017.

Para operacionalizar a quantificação e classificação das peças jornalísticas publicadas nos jornais, recorreu-se a metodologias quantitativas, no primeiro caso, e a metodologias qualitativas, no segundo.

Com o objetivo de realizar uma análise de conteúdo ao *corpus* noticioso foi elaborada uma ficha de análise, codificando-se os seguintes itens:

- Ano
- Mês
- Dia
- Jornal
- Tipo de peça informativa
- Extensão da peça informativa
- Secção de publicação
- Assunto
- Local
- Fontes
- Com Foto

- Enquadramento

Centrando-nos agora na explicitação dos subitens da ficha de análise, relativamente ao tipo de peça informativa partiu-se da classificação tradicional dos géneros jornalísticos e codificaram-se ‘notícia’, ‘reportagem’, ‘entrevista’, ‘opinião’. Recorreu-se à classificação ‘outros’ para designar as informações das secções ‘cartaz cultural’ e ‘informação útil’, que aqui abrangeu apenas as farmácias de serviço, embora em relação a outros universos geográficos os dois jornais incluíssem ainda, nomeadamente, números de telefone de emergência, contactos de floristas e endereços de caixas Multibanco.

Quanto à extensão da peça informativa, codificaram-se quatro subitens a partir da noção de ‘parágrafo’, um jargão das redações que tipifica a dimensão da peça e se interliga com o valor notícia do acontecimento. Os subitens contemplados foram: ‘1-2’, ‘3-5’, ‘6-10’ e ‘>10’ parágrafos.

Preferiu-se a designação de “peça informativa” em vez de “peça noticiosa” pelo seu carácter mais genérico, em virtude de peça noticiosa ser um termo inadequado para abarcar a informação útil publicada nos jornais, que umas vezes aparece acoplada à secção de notícias ‘Local’ e outras vezes em secções dedicadas ao lazer ou no cartaz cultural.

Relativamente ao item ‘Secção de publicação’, em remissão para a organização convencional de um jornal, codificaram-se os seguintes subitens: ‘primeira página’, ‘destaque’, ‘última’, ‘local’, ‘nacional’, ‘educação’, ‘política’, ‘justiça’, ‘internacional’, ‘cultura’, ‘desporto’, ‘cartaz’ e ‘outra’, esta para identificar a publicação de ‘farmácias’ em páginas variáveis do jornal.

No ‘Assunto’ foram codificados os subitens que remetem para a subdivisão temática de um jornal, a dos conteúdos: ‘sociedade’, ‘cultura’, ‘educação’, ‘ciência’, ‘justiça’, ‘economia’, ‘política’, ‘desporto’, ‘saúde’, ‘cartaz’ e ‘outros’ para incluir a informação útil ‘farmácias’.

Em ‘Local’, equivalente ao ‘onde’, indica-se o concelho do acontecimento relatado.

Sobre as ‘Fontes’, optou-se por uma classificação simples de ‘Fontes Oficiais’ e ‘Fontes da Sociedade Civil’, inspirada nas formulações mais recentes da Esfera Pública de Jürgen



Habermas (1997, p. 91 ss), para avaliar se houve alterações entre os dois períodos de referência. As fontes oficiais são as mais diretamente utilizadas nos canais de rotina do quotidiano de uma rede de captura informativa, de que fazem parte as delegações e as filiais, como observaremos mais adiante.

A inclusão de fotos, para além da inclusão da peça em determinada secção do jornal, permite aferir a importância que na edição é dada ao acontecimento.

O item ‘Enquadramento’ possibilitará uma avaliação prévia, de índole qualitativa, do *corpus*, sobre o significado que o jornal atribui aos acontecimentos produzidos no distrito de Coimbra.

Complementarmente à análise da produção noticiosa dos dois jornais da amostra, no sentido de se aprofundarem as razões da criação e do fecho das redações regionais, realizaram-se entrevistas por questionário ao primeiro e à última chefe da delegação do *Público* em Coimbra, Eduardo Dâmaso e Graça Barbosa Ribeiro, ambos jornalistas fundadores do diário. A mesma metodologia foi utilizada com o último chefe da filial em Coimbra do *JN*, Miguel Gonçalves. Para colmatar a impossibilidade de entrevistar o chefe da filial em 1944, ano da sua criação, recorreu-se à pesquisa bibliográfica.

Igualmente entrevistas por questionário foram realizadas a responsáveis pela comunicação em instituições do distrito, a Pedro Rodrigues da companhia de teatro A Escola da Noite, e a Marisa Santos, do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), da Universidade de Coimbra, bem como ao diretor da agência de comunicação local *Ideias Concertadas*, António José Silva. As entrevistas às fontes institucionais destinaram-se a avaliar as implicações que o encerramento das redações locais teve nas suas rotinas; se emergiram dificuldades acrescidas na comunicação das atividades através dos *media*, e se isso implicou a procura de formas de comunicação com os públicos sem a mediação jornalística.

A partir da recolha documental, daquilo que foi publicado pelo *JN* e *Público* referente ao distrito de Coimbra nos dias do mês de abril de 1992 e de 2017, reuniu-se um *corpus*

constituído por 205 itens informativos. De 1992 foram classificados 128 itens, e 77 do período de 2017.

Constata-se que a produção noticiosa da redação de Coimbra do *Público* foi canalizada para a *Edição Porto*, e para os leitores a norte do Rio Mondego, extraindo-se dela pontualmente uma ou outra peça para incluir na *Edição Lisboa*.

A direção do jornal *Público*, desse modo, decidiu que é materialmente diverso o direito dos recetores de informação residentes no Norte e no Sul, no que aos acontecimentos de Coimbra diz respeito. A partir dessa linha imaginária de corte no território português convencionam-se distintos valores notícia. Sobre esses territórios, o jornalista avalia o que é relevante para os cidadãos se manterem informados, compreenderem o que os rodeia, fazerem os seus próprios juízos e poderem interagir entre si com base num conhecimento comum da realidade.

Embora em termos de rede de captura a delegação de Coimbra do *Público* tenha estado adstrita primordialmente à *Edição Porto* do diário, optámos por tratar também a *Edição Lisboa*, por se entender que o objetivo nuclear desta dissertação é o de olhar para o direito dos recetores de notícias - o direito dos cidadãos portugueses em geral -, e não condicionar, à partida, o estudo a uma questionável perspetiva organizativa e burocrática do jornal.

Essa opção editorial do *Público* fez com que o distrito de Coimbra e a sua delegação, enquanto existiu, tenham tido menor expressão noticiosa na *Edição Lisboa* no período analisado. Em abril de 1992 a diferença é pequena entre ambas, em termos contabilísticos, isto porque momentos particulares da atualidade, nomeadamente ao nível da Educação, Cultura, Política e Desporto, fizeram com que os textos jornalísticos fossem publicados nas respetivas secções temáticas comuns a ambas, em vez do caderno Local.

## **2.2. A Filial do JN e a Delegação do *Público* em Coimbra: o nascimento e morte da anciã e da jovem**

O *Jornal de Notícias* lançou o seu primeiro número a 2 de junho de 1888, a partir da cidade do Porto. Com ligação ao Partido Regenerador, assume-se com a vocação de

acompanhar a atualidade do Porto e do Norte do País. Desde o seu primeiro número que, além do Porto e arredores, é diariamente vendido em Lisboa e Braga. Em 1928, abre a sua primeira filial, em Lisboa, seguindo-se em 1933 a filial de Braga. A filial de Coimbra é a terceira, inaugurada em 1944 (Sousa, 1988, p. 388 ss).

O diário *Público* aparece a 1 de novembro de 1989 com um ciclo de edições de teste. Oficialmente o primeiro número sai a 5 de março de 1990. Com sede em Lisboa, começa com uma redação no Porto e delegações em Coimbra e em Lagos. Pretendia assumir-se como um grande jornal europeu, e afirmar o seu produto através de uma boa rede de captura no território português e em alguns pontos estratégicos no estrangeiro.

A filial de Coimbra do *Jornal de Notícias* desaparece a 20 de outubro de 2014, com o despedimento do seu chefe, Miguel Gonçalves, e último jornalista dos quadros da empresa, em Coimbra. A delegação do *Público* em Coimbra é encerrada em 2008. Nessa altura, a sua chefe, Graça Barbosa Ribeiro, e uma colaboradora, a última que restava, já não produziam notícias locais. A primeira, estava ocupada com a secção Educação; a segunda, com as publicações *online*.

A importância estratégica que os dois órgãos atribuíam às redações em Coimbra é evidenciada pelo seu historial. No *JN* foi a terceira a nascer, e ‘viveu’ durante 70 anos. No *Público* foi uma das duas no território nacional aquando da fundação do diário.

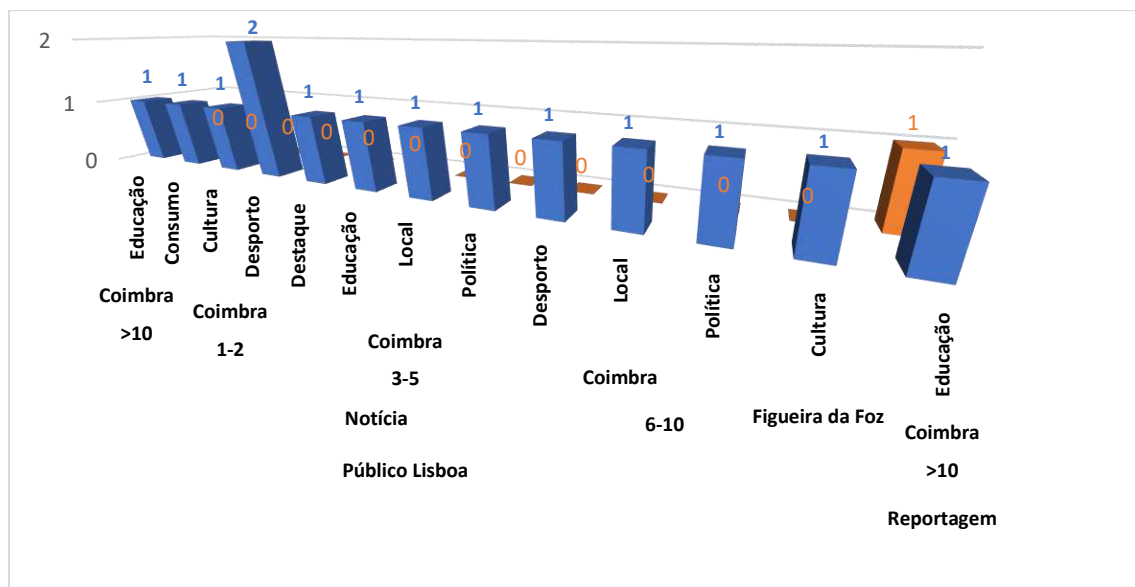
Os efeitos dessa aposta foram também notórios em termos de resultados comerciais e editoriais. «Coimbra foi, aliás, o distrito onde o *Público* mais depressa conquistou a liderança de vendas, batendo, inclusive, o *JN*» (entrevista a Eduardo Dâmaso). Em relação ao *JN*, Coimbra encontrava-se no quinto e sexto lugar do *ranking* de vendas por distrito, entre 1961 e 1988, numa disputa com o de Vila Real. Acima em vendas situavam-se, por esta ordem, os distritos do Porto, Aveiro, Braga e Viana do Castelo. Em 1961 eram vendidos em Coimbra 117 397 jornais, e em 1988 atingiam os 419 071. O máximo aconteceu em 1978 com 536 320 jornais (Sousa, 1988, p. 363).

Na década de 90 do século passado as redações dos dois jornais eram compostas por vários jornalistas dos quadros das empresas, em que se incluíam redatores e fotojornalistas.

Podemos observar pela ficha técnica que em 1992 o *JN* tinha ao serviço para a cobertura do distrito de Coimbra cinco redatores jornalistas e um fotojornalista, sem contar com a malha de correspondentes e de colaboradores em outras localidades estratégicas do distrito. Ao longo das décadas, o *JN* chegou a ter colaboradores para áreas temáticas específicas, como o Desporto, a Justiça e a Cultura.

### 2.2.1. Público Edição Lisboa: abril 1992

No período estudado foi encontrada apenas uma notícia publicada na *Edição Lisboa* que não teve publicação na *Edição Porto*, ou pelo menos não a teve no mesmo dia, nem nos restantes dias incluídos neste trabalho. A referida notícia surgiu no caderno *Local* de Lisboa a 4 de abril de 1992 sob o título *GNR a cavalo patrulha Coimbra*.



**Gráfico 1: Público Edição Lisboa - total de publicações e da inclusão de fotografia, com indicação de localidade, tipo de item informativo e secção onde aparece**

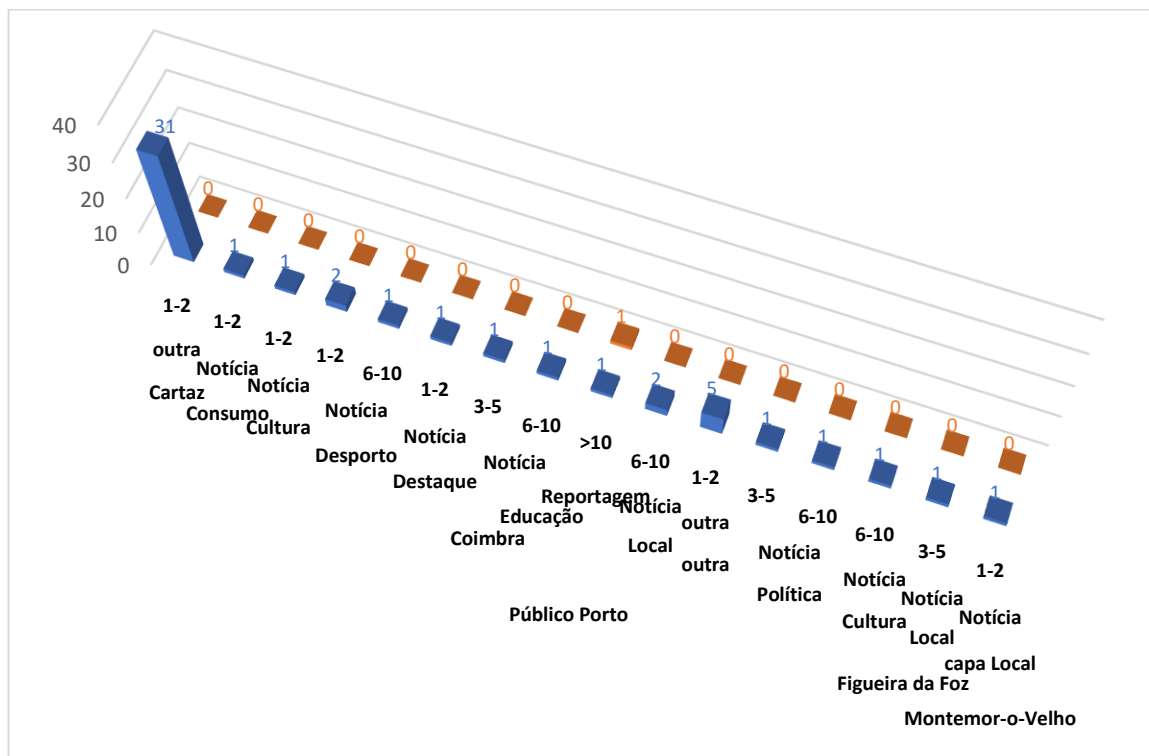
Analisando a produção noticiosa da *Edição Lisboa* do diário *Público* observamos que ela se centra quase exclusivamente nos acontecimentos da cidade de Coimbra, à exceção de uma notícia de natureza cultural sobre o festival de cinema da Figueira da Foz.

A maioria das publicações são notícias curtas, sobressaindo uma reportagem, com uma fotografia e uma entrada na página dos destaques da edição, sobre as eleições na

Associação Académica de Coimbra (AAC) que, nesse ano, inauguraram um novo ciclo com o triunfo de uma lista sem conotação a juventudes partidárias presidida por António Vigário, e que iria marcar um ciclo intenso de luta contra um novo regime de propinas no ensino superior. À efervescência do sufrágio estudantil no mesmo dia de publicação, 4 de abril, juntam-se outros dois acontecimentos que marcaram a atualidade de Coimbra, e que são igualmente noticiados na *Edição Porto* do *Público* e no *JN*: a denúncia da associação comercial de uma profunda crise no setor, e a ameaça de encerramento da Faculdade de Letras por dificuldades na contratação de docentes. Ambas as edições do *Público* noticiaram também no período de análise, por duas vezes, o momento singular da equipa de andebol da Académica, um *outsider* a liderar o campeonato nacional.

No período em estudo, em abril de 1992, foram contabilizados 14 itens noticiosos na *Edição Lisboa* e 51 itens informativos da *Edição Porto* do *Público*.

### 2.1.2. *Público* Edição Porto: abril 1992



**Gráfico 2:** *Público* Edição Porto - total de publicações e da inclusão de fotografia, com indicação de localidade, tipo de item informativo e secção onde aparece

Similarmente ao que se observa nas publicações da *Edição Lisboa*, também na *Edição Porto* se indicia que o *Público* centraliza a sua atenção nos acontecimentos da sede do distrito, Coimbra, lançando olhares pontuais para outros territórios sob a abrangência da delegação: uma notícia de um acidente em Montemor-o-Velho, incluída na primeira página do caderno Local, e uma discórdia política na Câmara da Figueira da Foz sobre o projeto de instalação de um aeroporto na cidade. A mesma questão aeroportuária merece notícia no *JN* do mesmo dia.

Ao determo-nos sobre as publicações do *Público* na *Edição Porto* no período analisado, que contabilizam 51, concluímos que a maioria delas não são de caráter noticioso, ou seja, não são produção jornalística. São publicações que poderemos designar como ‘informação útil’, que consistem em itens de cartaz cultural, nomeadamente de sessões de cinema, de teatro e de música, de exposições de artes plásticas e de feiras culturais e de lazer, bem como de quadros com as escalas de farmácias de serviço no dia.

Itens do ‘Cartaz’ foram contabilizados 31 e mais cinco de ‘Farmácias’, num total de 36 de ‘informação útil’. Os itens noticiosos no mesmo período são apenas 16, e um terço destes, cinco, são notícias breves, com uma dimensão até dois parágrafos.

Comparando a produção das duas edições do *Público*, observamos que a arrumação no jornal não apresenta diferenças, que as secções de publicação são as mesmas: *Cultura*, *Desporto*, *Local*, *Política*, *Consumo*, *Educação* e *Destaque*. Na *Edição Lisboa* não se encontram itens de ‘informação útil’ referentes ao distrito de Coimbra pelo facto de a organização burocrática da empresa contemplar a divisão geográfica, e uma segmentação territorial do universo de leitores.

Fazendo uma análise contabilística comparativa das duas edições em relação à produção noticiosa sobre o distrito de Coimbra observamos que é muito idêntica, 14 na de Lisboa, e 16 na do Porto, uma média de três por dia, tendo em conta que o período de análise é de cinco dias.

Comparando as notícias de uma e de outra edição, na de Lisboa é publicada a do policiamento da GNR a cavalo em Coimbra, que não encontrámos na *Edição Porto* no período de análise. Em contrapartida, na *Edição Lisboa* não aparecem as notícias

publicadas na *Edição Porto* referentes ao conflito entre autarcas da Figueira da Foz sobre o projeto de aeroporto, nem sobre um acidente de viação no concelho de Montemor-o-Velho, nem sobre a Queima das Fitas de Coimbra, esta com chamada na capa do caderno Local.

### 2.1.3. *Jornal de Notícias*: abril 1992

Remetemo-nos agora às publicações do *JN* no período de referência de 1992, que contabilizam as 62. Subtraindo a esse total as nove publicações informativas, de itens do cartaz de espetáculo e das grelhas de farmácias de serviço, totalizam 53 as publicações noticiosas. De imediato sobressai a observação de uma mais abrangente cobertura noticiosa do distrito de Coimbra, quando comparada com a do *Público*.

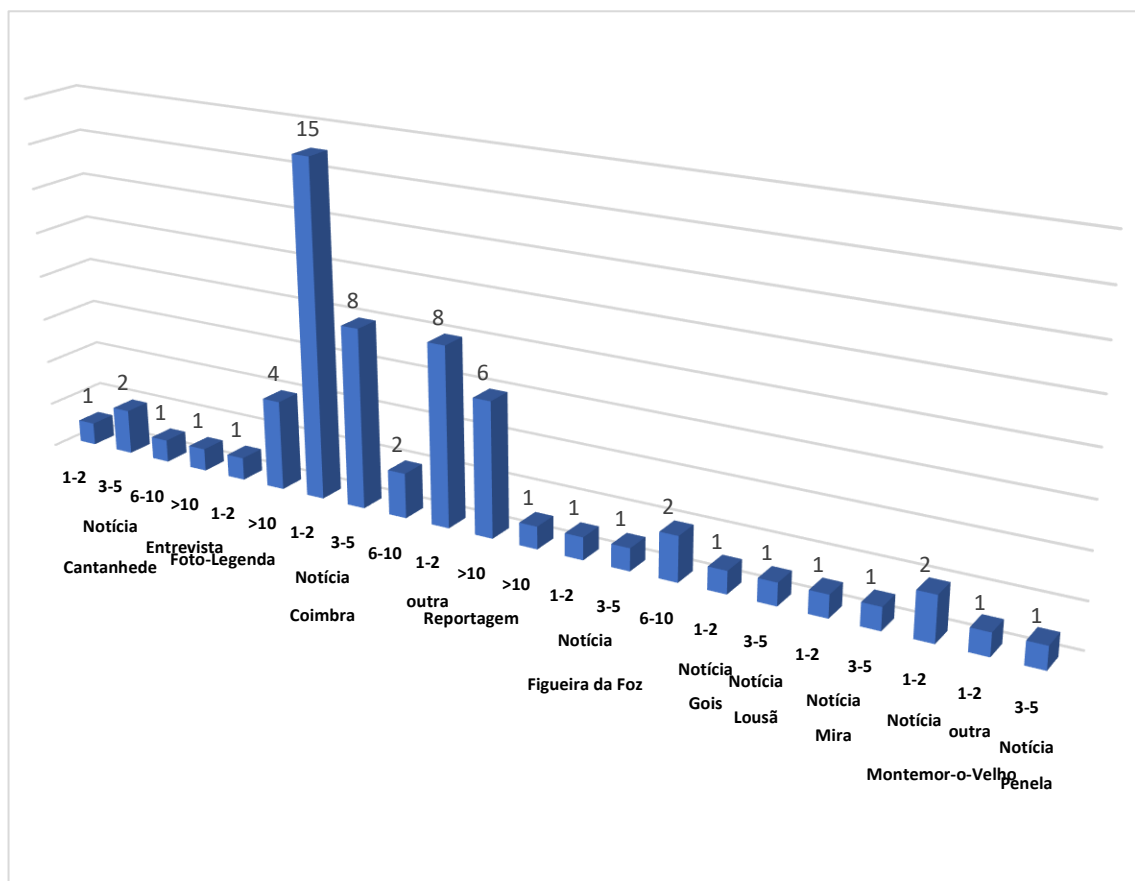
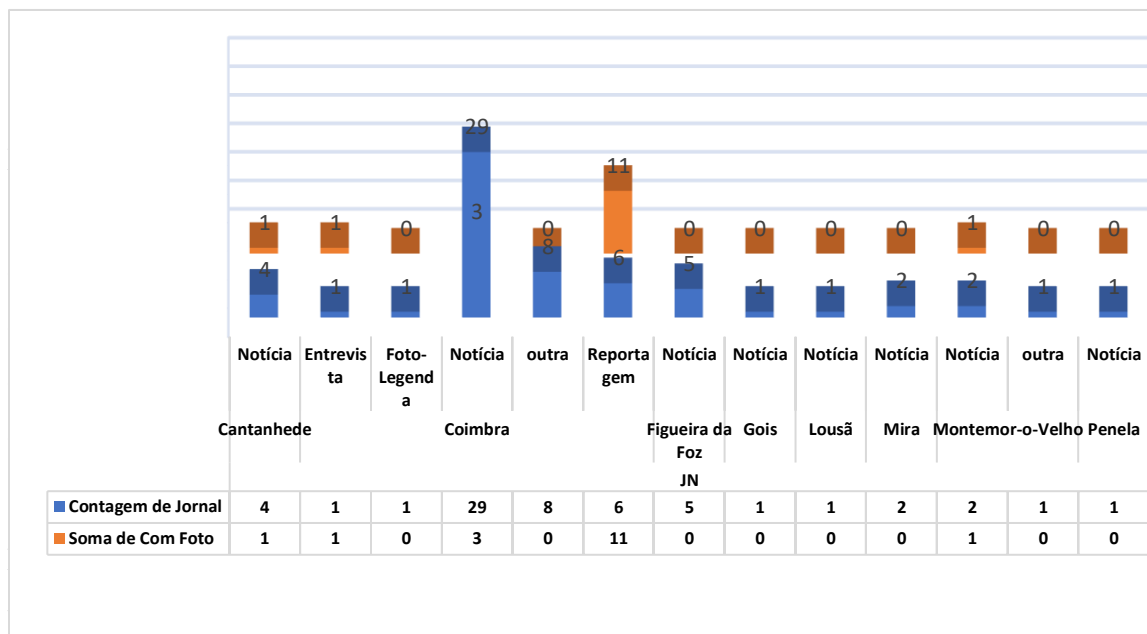


Gráfico 3: *JN* - total das publicações por local, com indicação do tipo de item informativo e extensão

Além de Coimbra, encontramos publicações noticiosas referentes aos concelhos de Cantanhede (3), Figueira da Foz (5), Gois (1), Lousã (1), Mira (2), Montemor-o-Velho (2) e Penela (1). Na generalidade, as publicações destas outras localidades do distrito são notícias breves ou de curta extensão, de três a cinco parágrafos.

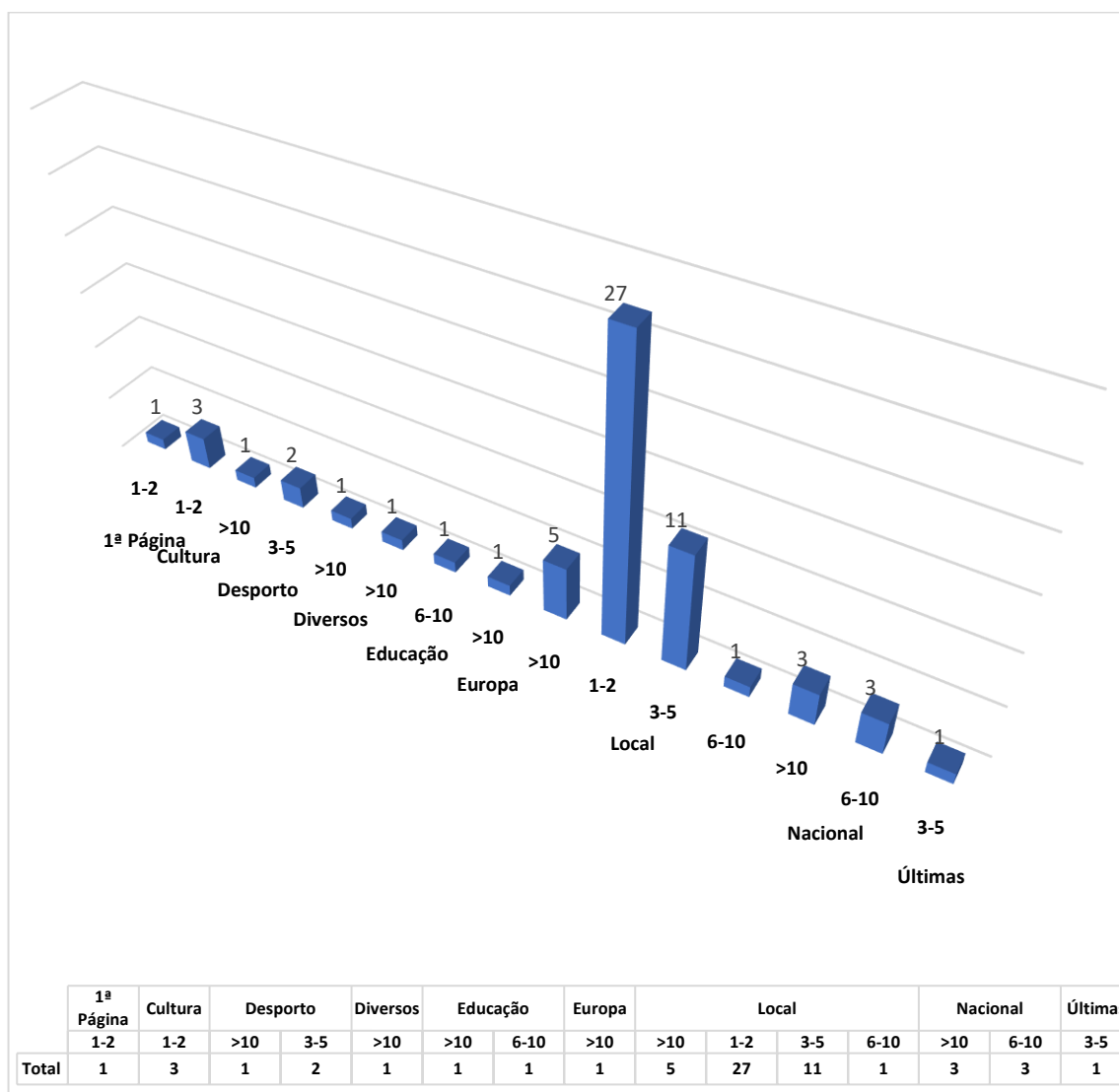


**Gráfico 5: JN - total de tipo de item informativo com foto e por localidade**

Mais de dois terços (45) dos itens noticiosos do distrito publicados pelo JN são notícias, sendo 29 só de Coimbra. Encontram-se ainda em Coimbra seis reportagens, uma entrevista e uma foto-legenda, bem como sete itens ‘outra’, de informação útil, que se referem ao cartaz cultural e às farmácias de serviço, publicados na secção *De Norte a Sul*. No cartaz cultural ‘nacional’, no período de estudo, encontram-se dois itens informativos, de uma exposição de pintura em Montemor-o-Velho e da exibição de um filme japonês em Coimbra.

Nas peças noticiosas de Coimbra são incluídas 15 fotografias, em seis reportagens e em uma entrevista. As notícias sobre a cooperativa vinícola de Cantanhede e de uma exposição em Montemor-o-Velho são também acompanhadas de uma fotografia.

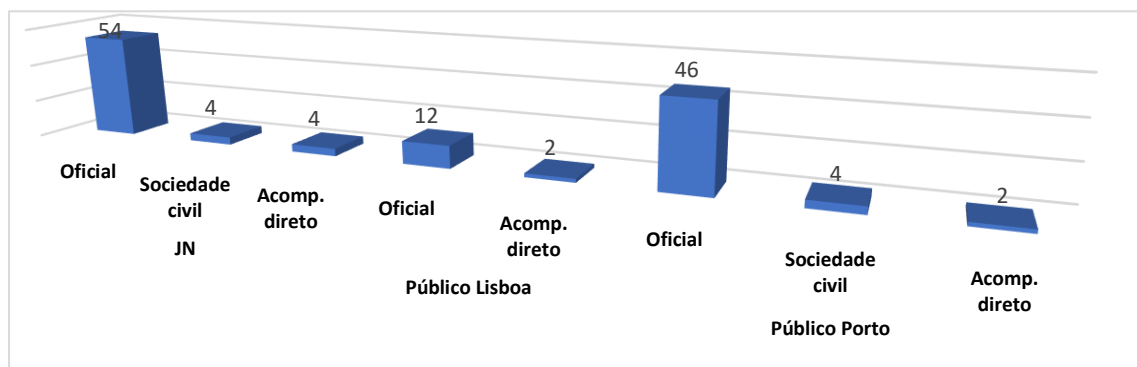




**Gráfico 5: JN - total das publicações por secção e sua dimensão**

Cerca de metade das publicações noticiosas do JN (37) foram inseridas nas páginas locais *De Norte a Sul*, e 27 destas são “breves”, com um ou dois parágrafos. Seis peças noticiosas foram publicadas na secção *Nacional*, duas com o tema ciência e as restantes referentes a acidentes, autarquias, incêndios e justiça. *Educação*, *Cultura* e *Desporto* foram outras secções temáticas que receberam publicações produzidas pelos jornalistas em Coimbra.

Trata-se de uma “arrumação” temática expectável da produção da filial do *JN*, tendo em conta as características da cidade, em que a instituição Universidade, por si própria, é indutora direta de acontecimentos nos domínios da educação, ciência, cultura e desporto.



**Gráfico 6: JN e Público - Fontes utilizadas por jornal, e por tipo de item informativo**

Observando as fontes utilizadas na produção dos itens informativos, conclui-se que 87,5% são de natureza oficial. São fontes das polícias, dos bombeiros, de representantes de instituições da administração central e local, de empresas ou dos meios associativo e cultural.

O recurso a fontes oficiais tanto acontece para a produção da notícia breve como para a reportagem, como acontece com a da vitória da lista sem conotação partidária nas eleições para a AAC. O género reportagem, com fotografia, é utilizado pelo *JN* e *Público* nas suas duas edições, todos eles dando-lhe uma dimensão de acontecimento ‘nacional’ ao optarem pela sua integração na secção temática *Educação*.

No âmbito deste estudo integraram-se entre as fontes oficiais aquelas que facultaram a informação útil para as grelhas das farmácias de serviço e a generalidade das do cartaz cultural. Verificamos que a construção da realidade através das notícias é predominantemente feita a partir das vozes poderosas da sociedade. As da sociedade civil têm presença episódica e frágil.

As peças classificadas como “acompanhamento direto” do jornalista dizem essencialmente respeito a notícias desportivas de um ou dois parágrafos e ficha técnica do jogo, a maioria de confrontos do campeonato nacional de juniores em futebol, entre a

Académica e os denominados clubes ‘grandes’. Todas estas peças figuraram na secção *Desporto* dos jornais.

Apenas em duas peças noticiosas publicadas a 13 de abril pelo *JN* a fonte foi classificada como da sociedade civil. Ambas se referem ao mesmo assunto. Uma notícia breve, em primeira página, que remete para uma reportagem no interior. Entendeu-se classificá-las como autónomas, pois os títulos utilizados são distintos, e a notícia breve, ou ‘entrada’ para a reportagem, está redigida de modo a ter uma ‘vivência’ própria.

A reportagem relata a odisseia de uma agente da PSP de Coimbra que vai ao Recife, no Brasil, resgatar a filha que fora raptada pelo pai, um antigo futebolista de um clube na cidade. A única fonte perceptível da história é a mãe da criança.

Em suma, poderemos dizer que o perfil de publicação nas edições do *Público* é de notícia curta, de assuntos de agenda em geral, do que é programado acontecer na cidade de Coimbra, ou de acontecimentos, de desastres, e de atividade das polícias.

No *JN*, a abordagem ao distrito é mais abrangente. Embora centrada no que acontece na cidade de Coimbra, lança um olhar pontual e breve para alguns municípios em redor da sede do distrito. Embora predomine a notícia breve, a produção é mais versátil, em assunto e dimensão, com vários trabalhos a ultrapassarem os 10 parágrafos. A filial de Coimbra produz também uma entrevista e várias reportagens.

Ao compararmos a produção noticiosa das duas edições do *Público* e do *JN* observamos que menos de uma dezena de peças abordam os mesmos assuntos. Se atendermos às rotinas jornalísticas, parece estarem a atuar em realidades distintas, seja sobre a produção das instituições, seja sobre as ocorrências que se transformam em notícia. No entanto, esta imparidade na cobertura dos acontecimentos do distrito pelos dois jornais refletirá o posicionamento de cada um no mercado das notícias, as contingências das redes de captura informativa, os constrangimentos temporais e organizacionais e o valor notícia dos assuntos, que tem implícitas as opções de noticiabilidade tomadas no momento da seleção e no processo de produção.

No seguimento desta última observação poderíamos ser tentados a concluir que, sendo poucos os acontecimentos que são notícia para um e para outro jornal, estaríamos perante distintos critérios de noticiabilidade. Na verdade, o jornalista aplica aqueles critérios que são privilegiados pelo órgão de comunicação para o qual trabalha, os quais, no caso de serem semelhantes aos de outros *media*, podem, não obstante, ser hierarquizados de modo diferente.

Contudo, essa perspicácia, ou saber, que os profissionais partilham e que não conseguem explicar de forma cabal, os valores-notícia, são mais gerais e estáveis do que se poderia julgar quando se analisam de forma abrangente os conteúdos dos *media* (Traquina, 2007, p. 172 s). Segundo Nelson Traquina, há valores notícia de seleção, aqueles que os jornalistas utilizam na seleção dos acontecimentos, e os valores notícia de construção, que guiam na produção da notícia, para aquilo que é prioritário, o que deve ser realçado e o que deve ser omitido (2007, p. 186 s).

Centrando-nos nos critérios substantivos do valor notícia de seleção (Traquina, 2007, p. 187 ss) a morte é um dos mais relevantes, o que explica o negativismo apresentado diariamente pelos órgãos de comunicação social. No *corpus* observamos esse critério nas notícias de acidentes e desastres, nos crimes contra as pessoas, particularmente no *JN*. A relevância como valor notícia observa-se em notícias do *JN* sobre o anúncio ministerial de envolvimento das Forças Armadas no combate aos incêndios, de uma reunião de autarquias internacionais desnuclearizadas, ou, no *Público*, na da reivindicação de poderes tributários para as autarquias. Ou, em ambos os jornais, nas notícias da ameaça de encerramento da Faculdade de Letras de Coimbra por dificuldades à contratação de docentes e na da crise no comércio de Coimbra, denunciada pela associação do setor.

Seguindo alguns dos critérios de Nelson Traquina neste estudo de caso, o valor notícia da notabilidade pela via do insólito é observável na reportagem sobre uma mãe, agente da PSP, que de Coimbra vai ao Brasil para resgatar de uma favela a filha que para aí fora levada pelo pai. O valor notícia da notabilidade no registo do inesperado é visível no destaque que *Público* e *JN* conferem à vitória de uma lista apartidária para a AAC, com

reportagens ilustradas com fotografia e publicadas na secção nacional *Educação*. O conflito / controvérsia enquanto valor notícia constata-se nas notícias que o *JN* e o *Público* na edição Porto publicam sobre a troca de acusações entre PS e PSD no executivo camarário da Figueira da Foz em torno do projeto de instalação de um aeroporto na cidade.

Nelson Traquina afirma, parafraseando o britânico Stuart Hall, que se os jornalistas não tiverem valores notícia «não podem tornar perceptíveis às suas audiências os acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis, que ajudam a formar o conteúdo básico do que é noticiável» (2007, p. 194). Assumidos como «não naturais, nem neutrais», e até equiparados a um código ideológico, como sublinha o académico John Hartley (Traquina, 2007, p. 194), alguns dos valores notícia «ajudam eles próprios a contruir a sociedade como “consenso”» (Traquina, 2007, p. 193), remetendo para a ideia de uma sociedade em que os valores são consensuais.

Prosseguindo com a análise dos conteúdos no período de referência, verificamos que a produção noticiosa do *JN* e da *Edição Porto* do *Público* é “arrumada” preferencialmente na secção local, no primeiro, e nas secções de âmbito nacional, no segundo.

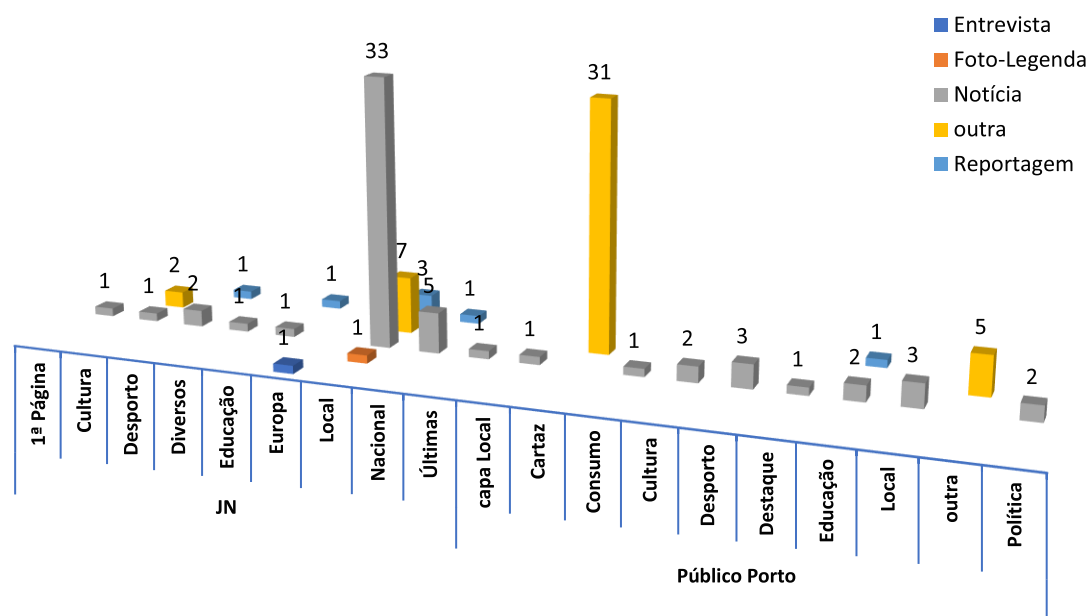


Gráfico 7: JN e *Público* edição Porto – tipo de peça informativa por secção de publicação

No *JN* são publicadas 37 peças na secção *De Norte a Sul* e 16 em secções nacionais, sobressaindo nestas *Nacional* (6), *Desporto* (3) e *Educação* (2). Na *Edição Porto* do *Público* são apenas publicadas quatro peças no caderno local e 12 em secções nacionais, com destaque para as de *Educação* e *Desporto*, com três cada. Nesta análise não foram considerados os itens informativos do cartaz cultural e das farmácias de serviço.

Fiel à matriz preconizada pelos fundadores, nas opções noticiosas o *JN* revela características de jornal popular, com a aposta numa informação de proximidade, em peças ilustradas com fotografia, apoiando-se em notícias de agenda, noticiando o pequeno evento quotidiano com recurso a colunas de “breves” ou acompanhando o dia-a-dia da atividade das polícias. Menos visível neste estudo é a marca de diário de referência inscrita na fundação do *Público*, embora se anteveja na atenção que dá a assuntos da cultura, da educação, ou da política, e à arrumação preferencial da produção noticiosa em secções nacionais.

#### 2.1.4. *Público Edição Lisboa: abril 2017*

Nas cinco publicações do período de estudo, dos dias 1, 2, 10, 18 e 26 de abril de 2017, na *Edição Lisboa* do *Público* apenas foi encontrada uma pequena notícia de três curtos parágrafos referente a uma atividade realizada em Coimbra a propósito do Dia do Livro Infantil, e inserida numa secção eventual do jornal denominada Crianças.

#### 2.1.5. *Público Edição Porto: abril 2017*

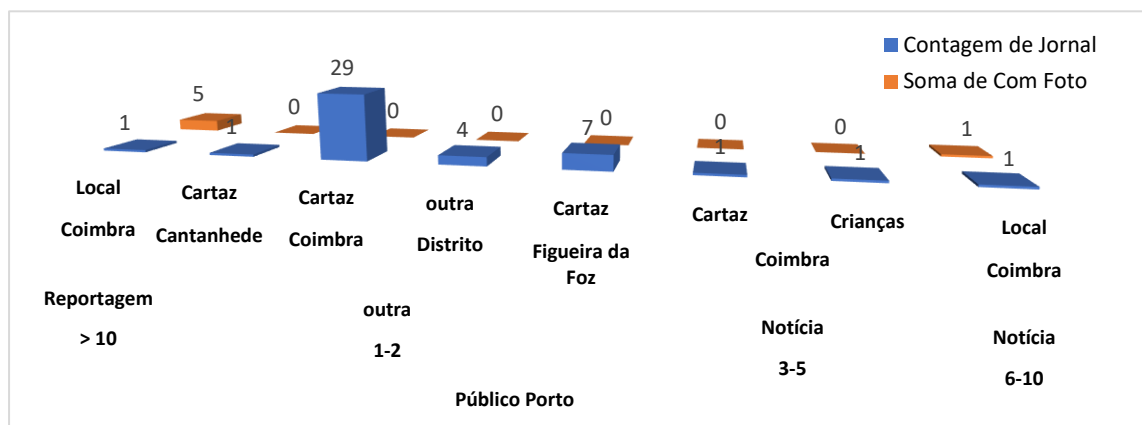


Gráfico 8: Total dos itens informativos, por tipo, extensão, secção, inclusão de foto e localidade

As publicações no período de referência na *Edição Porto* do *Público* totalizam as 45, ou seja, mais 44 que a congénere *Edição Lisboa* e mais 14 que o *JN*, como verificaremos mais adiante. Observando com mais profundidade a produção, certificamo-nos de que apenas são quatro os textos jornalísticos publicados. As restantes 41 publicações são classificadas como “informação útil” no jornal, sendo 37 entradas no cartaz de eventos culturais (programação de salas comerciais de cinema, e exposições e música em instituições culturais, autarquias e bares) das cidades de Coimbra (29), Figueira da Foz (7) e Cantanhede (1), e as restantes quatro são grelhas com a indicação das farmácias de serviço nas sedes de concelho do distrito.

Detendo-nos nos quatro produtos jornalísticos publicados (0,8% por dia da amostra estudada), constatamos que duas curtas notícias, com três parágrafos, estão inseridas no cartaz de eventos culturais, uma sobre o Dia do Livro Infantil, e outra sobre uma atividade lúdica com robôs, ilustrada com uma fotografia.

Um dos dois trabalhos restantes é uma reportagem de duas páginas sobre uma exposição nos relvados do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, composta por fotografias aí tiradas, ao longo de décadas, por frequentadores desse espaço. A reportagem utiliza uma fonte oficial, o diretor do jardim, e duas da sociedade civil, duas protagonistas das fotografias. A reportagem, publicada no caderno Local, é ilustrada com cinco reproduções de fotografias integrantes da exposição. A outra publicação é uma notícia sobre a renúncia ao mandato de um vereador eleito para a Câmara de Coimbra em representação de um movimento de cidadãos. A mesma notícia merece uma ‘breve’ na edição do mesmo dia do *JN*. No *Público* é inserida no caderno Local da *Edição Porto* e é ilustrada com uma minúscula fotografia a ladear um entretítulo, que nada tem a ver com o teor do texto, pois retrata um grupo de estudantes de traje académico a tocar na rua para turistas.

No período de estudo do ano de 1992 encontramos nas páginas do *Público* alguma diversidade temática, com textos jornalísticos de desporto, cultura, educação, consumo e política, e nos cadernos locais de política autárquica, acidentes e polícias. Em 2017, 25 anos depois, estamos perante ‘outro’ jornal, embora mantendo a fisionomia com a *Edição*

*Porto*, e dos quatro textos jornalísticos que encontramos, nas cinco edições estudadas, três são de temática cultural / lúdica e o outro é de política autárquica, de uma ocorrência extraordinária – um dissenso no seio de um movimento de cidadãos que trouxera uma forma diferente de estar na Câmara de Coimbra.

Uma observação prévia que se poderá já fazer é a de que se tornou quase inexistente a atenção do jornal *Público* sobre a realidade e os acontecimentos de Coimbra, e que a pouca visibilidade que teve foi superficial e monotemática.

### 2.1.6. *Jornal de Notícias*: abril 2017

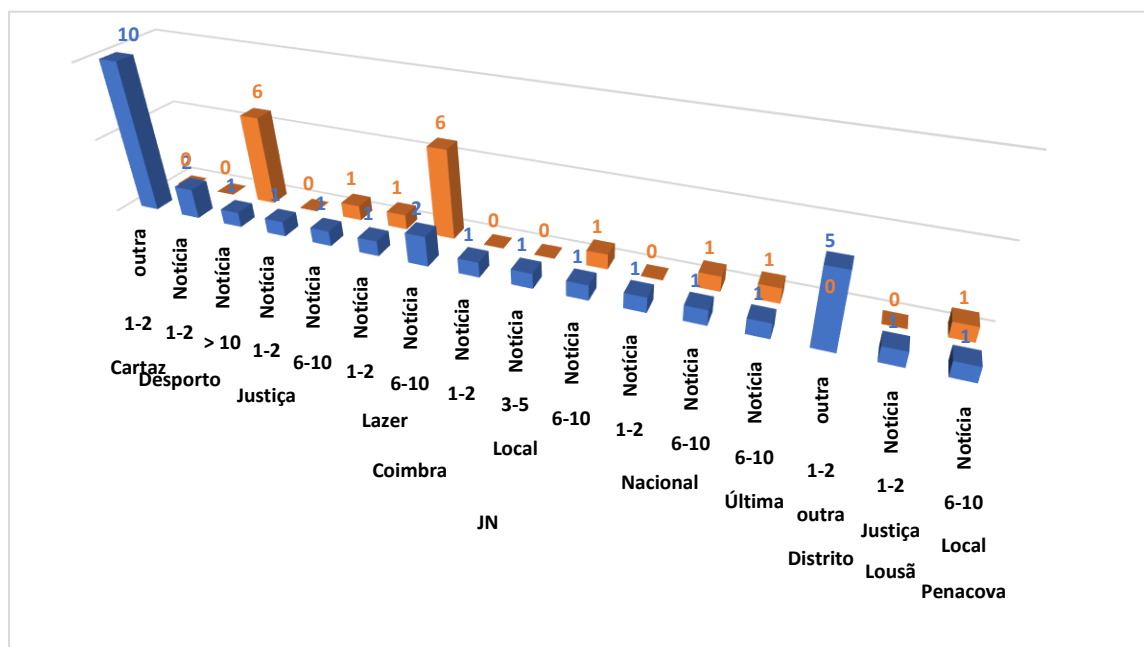


Gráfico 9: Total de itens informativos, por tipo, extensão, secção, inclusão de foto e localidade

Nas cinco edições da amostra de abril de 2017 encontramos 31 publicações do distrito de Coimbra no *JN*, no entanto cerca de metade (15) são itens de informação útil, de entradas no cartaz cultural (10) e de grelhas de farmácias de serviço em algumas cidades (5).

As 16 peças noticiosas, uma média de três por dia, comparativamente a 1992, revelam uma grande contração temática, e na sua dimensão: metade até cinco parágrafos, e a outra metade de seis a 10 parágrafos, à exceção de uma, mais extensa, sobre um julgamento, a



decorrer no Tribunal de Coimbra, de peritos judiciais acusados de falsas avaliações, que é ilustrada com seis fotografias.

Justiça, com quatro peças, é o tema mais frequente nas edições, que, além do julgamento dos peritos judiciais, noticiam mais um episódio do mediático julgamento de uma inspetora da PJ indiciada por homicídio da sogra, a absolvição pelo Tribunal de Coimbra de um homem acusado de tentar matar a mulher e a detenção de quatro suspeitos de tráfico de droga na Lousã.

Três peças noticiosas foram publicadas na secção de lazer do *JN*, e todas referentes à cidade de Coimbra. Uma delas reporta-se a um programa temático do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, com duas fotos, as outras duas são sobre projetos lúdicos de uma empresa, para um submarino e uma casa flutuante, que são ilustradas com três fotografias.

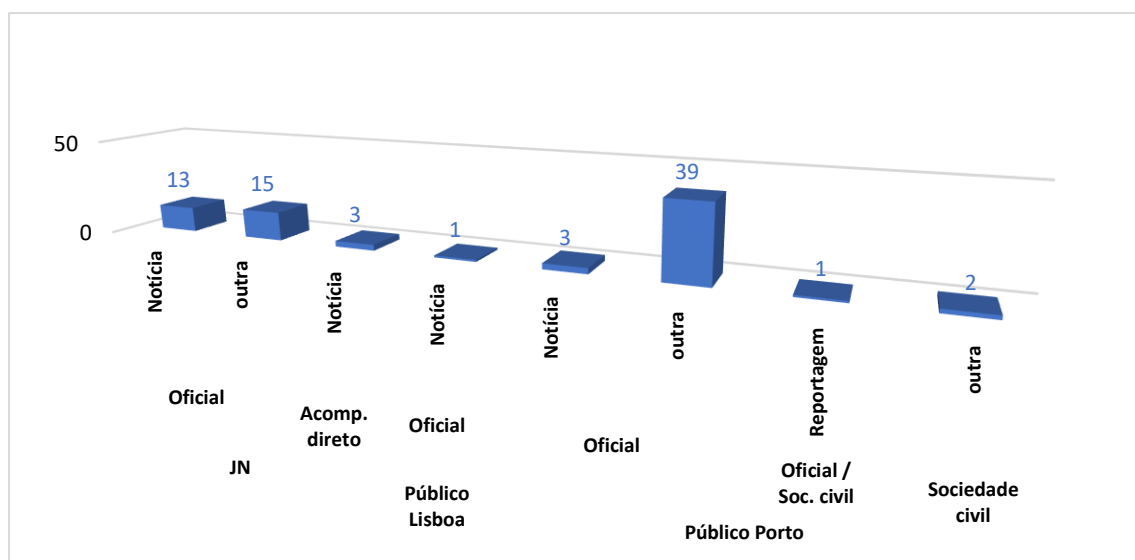
A última aula do constitucionalista Vital Moreira na Faculdade de Direito de Coimbra, com oito parágrafos, a revitalização da Fundação CEFA, com dois parágrafos, são as notícias publicadas na secção Nacional. Na de Desporto aparecem as ‘breves’ dos jogos de futebol do campeonato nacional de juniores entre a Académica e o Benfica e o Braga. Na página de fecho da edição do dia 2 de abril é publicada uma notícia com foto de um descarrilamento de um comboio de mercadorias em Coimbra, que obrigou ao transbordo dos adeptos que regressavam a casa após o jogo de futebol Benfica-Porto.

Na secção de notícias locais *De Norte a Sul* são publicadas quatro notícias, duas de assuntos de saúde, uma de lazer e uma quarta de política autárquica. As de saúde, ambas ilustradas com uma foto, referem-se às críticas da Ordem dos Médicos à inoperacionalidade de equipamentos hospitalares em Coimbra e ao parto numa habitação de Penacova com a ajuda de membros do corpo de bombeiros local. As outras duas referem-se a uma edição especial da Rádio Universidade de Coimbra na Queima das Fitas e à renúncia ao mandato do vereador da Câmara eleito por um movimento de cidadãos.

A notícia sobre a renúncia do vereador é a única comum ao *Público* e *JN* no período estudado.

Algumas das observações feitas anteriormente sobre a produção do *Público* neste período de referência de 2017 aplicam-se ao *JN*, que deixou de ter um olhar atento sobre a

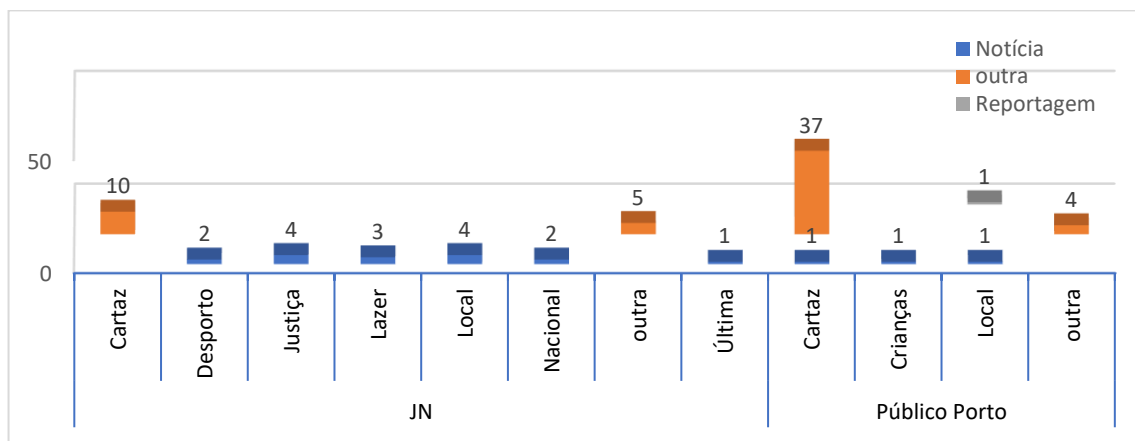
realidade e os acontecimentos do distrito de Coimbra e, não fossem circunstâncias especiais, como dois julgamentos mediáticos, a aposentação académica de Vital Moreira, um parto de urgência e um acidente de comboio em dia de Benfica-Porto em futebol, poder-se-ia também falar de um estado de quase invisibilidade, e de foco monotemático, com os assuntos do lazer a dominar.



**Gráfico 10: Fontes utilizadas pelo JN e nas duas edições o Público - por tipo de item e por jornal**

Ao nível das fontes utilizadas na produção informativa dos jornais no período de estudo de abril de 2017, observamos que, de entre os 77 itens contabilizados, apenas em seis não são utilizadas fontes oficiais, pois trata-se de duas notícias breves do JN que resultam do acompanhamento jornalístico de jogos de futebol e uma da última aula de Vital Moreira. Numa reportagem publicada na *Edição Porto* do *Público* há o recurso a uma fonte oficial e duas da sociedade civil. Registam-se ainda duas fontes da sociedade civil em itens informativos do cartaz de espetáculos.

Não obstante a quebra abrupta da produção noticiosa relativamente ao período de análise de 1992, verifica-se em 2017 um acentuar das fontes oficiais no *Público* e *JN*, que aumentam para 92,2%. Tal como observámos sobre o período anterior, a construção da realidade através dos *media* é feita a partir das vozes poderosas. As vozes da sociedade civil veem coartado um direito fundamental, o direito de informar e de serem informadas, e num contexto de diminuição da produção noticiosa no distrito são as mais sacrificadas.



**Gráfico 11: Fontes utiliza por JN e Público edição Porto - por tipo de item e por jornal**

Analisando a produção noticiosa do *JN* e da *Edição Porto* do *Público* verificamos que são preferencialmente escolhidas as secções nacionais no primeiro, e as locais no segundo. No *JN* são publicadas 12 peças em secções de temáticas nacionais, predominantemente nas de Justiça (4) e Lazer (3). Na secção local *De Norte a Sul* aparecem quatro peças. Na *Edição Porto* do *Público* são publicadas três notícias no caderno *Local*, duas nas páginas do noticiário geral e uma na do cartaz cultural *Sair*. Na secção *Crianças*, que aparece também na *Edição Lisboa*, surge uma notícia breve.

Mesmo perante a quebra abrupta de produção após o fecho das delegações, o enfoque que o *JN* continua a dar a questões da justiça, aos acidentes e à atividade das polícias confirma a orientação de jornal popular. No *Público*, embora a exiguidade das publicações não permita extrair ilações, cremos que o predomínio de publicações no caderno local pode ficar a dever-se a uma pretensão de apenas as direcionar para os leitores da *Edição Porto*. Relativamente aos critérios de noticiabilidade dos dois jornais, remetemos, no geral, para o que foi referido relativamente ao período analisado de 1992. Acrescenta-se apenas que dos valores notícia segundo Nelson Traquina, pelos quais optámos nesta análise, encontramos o critério de notoriedade na notícia da última aula de Vital Moreira, do insólito no parto assistido por bombeiros numa habitação de Penacova, ambos no *JN*. Neste jornal e na *Edição Porto* do *Público* encontramos o valor notícia do conflito / controvérsia, mas também o da relevância na divulgação da demissão de um vereador da Câmara de Coimbra eleito por um movimento de cidadãos.



### **3. CONTEXTOS E REALIDADES MEDIÁTICAS**



Tendo presente a hipótese principal desta dissertação, da ponderação da possibilidade de uma contração do direito fundamental de o cidadão ser informado, procurámos igualmente lançar um olhar sobre outros *media* no distrito de Coimbra (Ver anexo A), tendo em conta os registos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

Em abril de 1992, no distrito de Coimbra, encontravam-se registadas na ERC 36 empresas jornalísticas e, 25 anos depois, apenas 15 permaneciam ativas. Das 17 rádios generalistas registadas no distrito em 1992, encerrou a do concelho da Pampilhosa da Serra, e outras quatro - duas no concelho de Coimbra, a de Cantanhede e a de Penacova - transformaram-se em rádios de temática musical. Em abril de 2017, apenas 29 das 114 publicações noticiosas existentes em 1992 se mantinham ativas. Duas são diários, da cidade de Coimbra – *Diário de Coimbra* e *Diário as Beiras*.

A análise da evolução dos registos da ERC permite identificar um empobrecimento do panorama mediático do distrito de Coimbra, patente na diminuição das empresas, dos operadores unipessoais, e dos órgãos de comunicação social. O encerramento de delegações de órgãos nacionais em Coimbra criou crateras na rede de cobertura. Ao invés de um fortalecimento com a ocupação de territórios abandonados, a rede de malha mais estreita dos pequenos órgãos locais também se ‘esburacou’, quebrando também eles, unilateralmente, o compromisso com os leitores /ouvintes, e refutando a função social que lhes tinha sido atribuída.

No caso particular da delegação do *Público* e da Filial do *JN* recorreu-se a entrevista por questionário aos primeiros e últimos responsáveis por essas redações locais (Anexo B – I, II e II).

As relações da sociedade com os *media* e sobre o impacto do encerramento dessas redações locais são avaliadas a partir de entrevistas por questionário a responsáveis pela comunicação de instituições e de uma agência de comunicação (Anexo B – IV, V e VI).

### **3.1. As redações de Coimbra do *Público* e *JN***

O diário *Público*, quando apresenta aos leitores o seu nº 1, na segunda-feira de 5 de março de 1990, assume-se como um projeto para «rasgar novos horizontes e introduzir um novo

ritmo na imprensa portuguesa», a partir de uma «sintonia jornalística permanente e criativa com a atualidade», num «mundo em acelerada mutação» (Editorial *Nasceu um Jornal*).

É inovador na sua conceção gráfica, é inovador e renovador no modo de fazer jornalismo, em fidelidade ao seu *ethos* e aos valores da profissão. O vigor com que se afirma como projeto e publicação força a mudanças nos outros órgãos de comunicação social portugueses, que pontualmente o vão copiando.

Queria afirmar-se como um grande jornal europeu, capaz de estar presente nos lugares e nos tempos onde se escrevia a história e contá-la através do seu olhar, e não pela interposição sucessiva da escrita e da edição de profissionais estranhos (...). [O] olhar e a ligação para dentro do país eram essenciais e faziam parte da sua genética (Eduardo Dâmaso, fundador do jornal e primeiro chefe da delegação de Coimbra).

No arranque, o *Público* possuía duas redações, em Lisboa e Porto, que atualmente ainda mantém, e duas delegações, a do Algarve e a de Coimbra, que mais tarde se alargaram a outras capitais de distrito, embora aquelas duas e a de Braga surgissem como as mais estruturantes da sua rede nacional. As delegações «de Coimbra, Braga e Algarve eram peças essenciais dessa estratégia. O *Público* queria acompanhar, relatar, investigar, a vida e as instituições do País fora de Lisboa. Queria contrariar o tradicional centralismo asfixiante de Lisboa sobre o resto do País», conta Eduardo Dâmaso, e explica que a escolha de Coimbra derivava da sua importância intrínseca, da centralidade ancestral de uma região a despontar em dinamismo, e também do desejo do jornal em chegar a públicos mais jovens.

Esta orientação programática do jornal antevê-se em três publicações do nº 1 do *Público*: no Editorial *Nasceu um Jornal*, assinado pela Direção, em *O Pacto do Público*, uma espécie de contrato social, e no seu *Estatuto Editorial*. Enquanto «projeto de renovação dos *media* portugueses», era «essencial a existência de um jornal diário de expansão nacional, ultrapassando as fronteiras geográficas e os bloqueios culturais que têm separado o país de si mesmo», declarava-se em *O Pacto do Público*. No seu *Estatuto Editorial* proclamava que «a existência de uma opinião pública informada, activa e interveniente é



condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e de opinião». No entanto, a partir da segunda década de vida o projeto fundador do *Público* é subvertido. Extingue redes de captura, acantona-se nas redações de Lisboa e Porto, também cada vez mais reduzidas, diluindo matrizes e valores, fraquejando no propósito de ultrapassar «fronteiras geográficas e bloqueios culturais», e esmorecendo no seu contributo fundamental para a democracia, para uma sociedade aberta e uma opinião pública informada à escala nacional.

Graça Barbosa Ribeiro, última chefe da delegação de Coimbra, encerrada em 2008, destaca que o *Público* extinguiu também outras delegações e em vários momentos despediu e dispensou colaboradores nas redações de Lisboa e Porto, atos «justificados com as dificuldades que o jornal atravessava». Jornalistas da Delegação de Coimbra foram transferidos para as redações de Lisboa e Porto, e o gradual processo de esvaziamento de recursos humanos e da diluição do interesse editorial pelo distrito fez com que, na altura do fecho, a própria Graça Barbosa Ribeiro já praticamente só se dedicasse a produzir peças noticiosas de qualquer parte do país para a secção Educação, e que uma colaboradora estivesse adstrita à edição *online* do jornal, sem qualquer inserção local, pois «fisicamente podia trabalhar em qualquer lugar». A ex-responsável recorda que na fase de sua existência efetiva, antes do fenecimento, a delegação contribuía para o noticiário de todas as secções do jornal.

O fecho da Filial do *JN* em Coimbra, a 20 de outubro de 2014, foi justificado com a «redução da despesa», afirma Miguel Gonçalves, seu último chefe, despedido pela empresa nessa mesma altura. No entanto, em simultâneo, o *JN* abriu um escritório comercial. A Filial de Coimbra tinha sido criada em 1944, e fora a terceira no país, depois de Lisboa e de Braga. Sem espaço físico, a representação do jornal em Coimbra passou a ser feita por um jornalista com avença mensal, dedicado a assuntos de Justiça a nível nacional, e por dois colaboradores remunerados por cada peça que fosse encomendada, produzida e publicada.

Miguel Gonçalves considera que com o fecho de redações de órgãos nacionais em Coimbra «piorou bastante a cobertura noticiosa de proximidade», com menos notícias e as poucas publicadas a «não oferecerem, regra geral, grandes pormenores aos leitores». Eduardo Dâmaso afirma que além da diminuição das notícias, os «conteúdos empobreceram e, com isso, os próprios títulos». Graça Barbosa Ribeiro admite que a diminuição do espaço num jornal dedicado a uma região «é, naturalmente e sempre, empobrecedor, em todos os aspetos».

A reação das fontes e dos leitores ao fecho da Filial do *JN* em Coimbra foram «negativas e, em alguns casos, muito negativas», segundo Miguel Gonçalves, enquanto que no caso do *Público* «não houve reações de leitores | sociedade civil», na opinião de Graça Barbosa Ribeiro. Eduardo Dâmaso - que em 2005 deixara o *Público*, onde exercera o cargo de subdiretor, para ingressar como diretor-adjunto no *DN*, e em 2007 passar a exercer o mesmo cargo no *Correio da Manhã* (*CM*) – diz ter escutado «um lamento ou outro» de cidadãos sobre tais encerramentos.

Depois, sobretudo quando impulsionei a instalação de uma delegação do *CM* em Coimbra [outubro de 2008], percebi melhor a dinâmica negativa que estava a criar-se na região. (...) Aí percebi a satisfação de muita gente pelo avanço do *CM* e a tristeza por ver outros a fechar ou a diminuir o número de pessoas (Eduardo Dâmaso, diretor da revista *Sábado*, desde março de 2017).

A diminuição da produção de notícias locais e regionais, para além das consequências evocadas anteriormente, na opinião de Eduardo Dâmaso, «estrangula a diversidade das publicações e tem um efeito pulverizador da capacidade de escrutínio dos diversos poderes». O primeiro chefe da delegação do *Público* em Coimbra acrescenta que desse modo «as oportunidades de a região ser objeto de notícia reduziram-se, praticamente, às tragédias», enquanto que os poderes locais e regionais passaram a ser «menos observados, menos escrutinados. Abriu-se caminho a formas alternativas de comunicação para se ‘venderem’, no plano nacional, através de agências de comunicação», aspeto que aprofundaremos mais adiante, quando se abordar a reconstrução das relações das fontes institucionais com os *media*.

### 3.2. As fontes institucionais e a reconstrução das relações com os *media*

O encerramento de redações locais de órgãos de comunicação social de âmbito nacional, como são exemplos a filial do *JN* e a delegação do *Público*, trouxe outras dificuldades e novos desafios às instituições que quotidianamente recorriam à mediação jornalística para dialogar com os seus públicos, com a sociedade. Sem redações e sem jornalistas de proximidade, os responsáveis pela comunicação dessas instituições perderam os interlocutores e, por efeito perverso disso mesmo, até viram degradar o valor-notícia dos acontecimentos de Coimbra, como constatou o diretor da agência de comunicação *Ideias Concertadas*, António José Silva.

Mais do que demonstrar que a informação do nosso cliente que era de Coimbra era importante ser publicada, tínhamos primeiro de tentar convencer de que Coimbra era importante que também aparecesse nos órgãos de comunicação social. Isso não foi conseguido, e dessa perspetiva é uma grande perda para as cidades que tinham redações locais de órgãos de comunicação social. É uma grande perda porque deixam de ter influência, de facto, junto dos órgãos de comunicação nacional (António José Silva).

Marisa Santos e Pedro Rodrigues, respetivamente responsáveis pela comunicação do Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV - Universidade de Coimbra) e da companhia profissional de teatro A Escola da Noite e da sala de Teatro da Cerca de S. Bernardo, afirmam que o fecho das delegações locais implicou a não publicação de notícias sobre as atividades das suas instituições.

«Sim, verificámos a ausência de notícias nos órgãos de comunicação social nacionais», afirma Marisa Santos, e Pedro Rodrigues sublinha: «notamos, sobretudo no *JN* e no *DN*, que deixámos de ter notícias das nossas atividades, a não ser quando replicam, nas versões *online*, os “takes” da Agência Lusa».

O diretor da agência *Ideias Concertadas*, que há duas décadas se dedica à comunicação institucional em Coimbra, diz ter observado, «numa primeira fase uma diminuição drástica» da cobertura noticiosa, a seguir ao encerramento das redações locais, mas esses mesmos órgãos «rapidamente começam a publicar nos seus canais *online* tudo e mais alguma coisa que lhes chegasse às redações em forma de *press release*». António José Silva salienta que além da «perda real de cobertura» noticiosa, constata também uma perda

para o jornalismo, dado que não observa o saber próprio da profissão em ‘notícias’ publicadas nas edições *online* dos jornais, que quase se limitam a «copiar e colar» *press release* que a sua agência envia. Pela via dos *press release* – explica - «parece que as instituições locais passaram a ter maior visibilidade nos órgãos nacionais (...), mas é uma cobertura aparente», pois quando é monitorizado o impacto dessas notícias publicadas *online*, medindo a interação nas redes sociais e no *site* da instituição noticiada, «o retorno é residual», ao contrário de outras publicadas nas páginas do jornal ou difundidas pela televisão.

Perante as grandes dificuldades na interlocução com as redações centrais dos *media*, António José Silva diz que muitas vezes a ponderação da estratégia passa, ou por tentar que a *Lusa* pegue no assunto, e assim garantir o seu tratamento jornalístico e uma boa replicação pelos órgãos de comunicação social, ou por elaborar cuidadosamente um *press release* e fazê-lo chegar às redações no arranque do dia, pelas 08:00h.

Se nós disparamos o *press release* (...) sabemos que aquilo vai bater na caixa de email dos editores da manhã do *online* e todos vão copiar e colar naquele instante porque (...) antes das nove da manhã têm de ter na ‘rua’ dez coisas diferentes e novas para refrescar. Este lado pernicioso faz-nos isto: que é olharmos e comunicarmos em função dos ciclos noticiosos dos *media online* (António José Silva).

O alheamento dos *media* das atividades desenvolvidas pela A Escola da Noite e pelo TAGV obrigou os seus responsáveis pela comunicação a reformular as práticas. Pedro Rodrigues, há nove anos a desempenhar a função, adianta que perante o alheamento dos jornalistas acabaram com os ensaios abertos à imprensa e com as propostas de entrevista a artistas acolhidos, reforçando, em alternativa, a informação nas redes sociais. Marisa Santos – com 21 anos de atividade em estruturas artísticas de Viseu, Leiria e Coimbra - refere que o TAGV passou a endereçar «convites aos jornalistas nacionais para momentos âncora da programação, deslocações a Lisboa e Porto, entre outras» iniciativas.

Pedro Rodrigues assume que reforçaram a comunicação direta com os públicos, sem a mediação jornalística, através das redes sociais e reformulação da *newsletter*. Marisa Santos refere que as duas estratégias - a direta e a mediada pelos jornalistas – sempre se complementaram, porque os *social media* não substituem a ação dos *media* tradicionais.

António José Silva interroga se «grande parte» do que diariamente os *media online* publicam em forma de notícia não parte do trabalho de agências de comunicação e de assessores de imprensa, pois há no país «300 agências a fazer a mesma coisa» que a *Ideias Concertadas*.

Quem não tem agências de comunicação por detrás não aparece. (...) [A] não ser que morda o cão, ou não aparece, porque o jornalista não vai atrás. As instituições perceberam e entraram na lógica da assessoria, e quem não tiver não consegue furar o esquema (...). Eu quero acreditar que há assuntos de inegável interesse para a sociedade e com valor-notícia que são ignorados (António José Silva).



#### **4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**





A hipótese que colocámos neste estudo é a de que os encerramentos da filial do *JN* e da delegação do *Público* em Coimbra desencadearam uma diminuição da cobertura noticiosa local, e a consequente contração de um direito fundamental, a liberdade de informação, consagrado no artigo 37/1 da *Constituição da República Portuguesa*.

Da análise comparativa da produção nos dois períodos escolhidos concluímos que não só a quantidade da produção diminuiu drasticamente após o fecho das redações locais, como se depreciou em termos qualitativos, pela quase ausência de diversidade temática, e pela pouca profundidade das narrativas dos acontecimentos.

Temas ‘matriciais’ do quotidiano de Coimbra, como educação, ciência, associativismo estudantil, cultura e política, que estão presentes no período de análise de abril de 1992, praticamente desapareceram da agenda jornalística dos dois órgãos em abril de 2017. Neste segundo período sobressai a informação útil publicada nos jornais, das farmácias de serviço, e do lazer, do cartaz cultural. A própria produção noticiosa indicia também alguma inclinação temática para o recreio e o lúdico.

Além desses temas, o acompanhamento dos acontecimentos da realidade do distrito de Coimbra – que no segundo período de referência praticamente desaparece como espaço geográfico do olhar do jornalista, para apenas se centrar na cidade capital – quase se limita à tragédia e ao desastre, como apreciara Eduardo Dâmaso, bem como a algum dissenso político local, e a notícias breves, sem grandes pormenores, como referira Miguel Gonçalves. Ambos os jornais parecem ter deixado de ter uma agenda dos acontecimentos a acompanhar no distrito de Coimbra.

A divergência em relação a estas apreciações gerais relativamente ao período de referência posterior ao encerramento das redações locais diz respeito ao *JN*, que publica quatro notícias da temática Justiça, mas se as analisarmos com detalhe há a circunstância de três delas terem particularidades próprias de um significativo mediatismo: o julgamento de peritos judiciais, um ato processual do julgamento de uma inspetora da PJ acusada do homicídio da sogra e a absolvição de um homem indiciado pela tentativa de assassinio da esposa. Por inversão de pressupostos, poderá questionar-se se o *JN* teria selecionado da

realidade do distrito outros acontecimentos para noticiar se na agenda não tivessem entrado aqueles da justiça, ou se seguiria a tendência aventada por Eduardo Dâmaso e por Miguel Gonçalves.

Se já no período estudado de abril de 1992 predominava o recurso a fontes oficiais, no segundo período, de abril de 2017, verifica-se que as fontes oficiais são quase as únicas. São as fontes poderosas que constroem a realidade através dos *media* e são elas que têm acesso ao espaço público, deixando um espaço residual para a presença da sociedade civil.

Em síntese, poderemos dizer que o enquadramento das publicações do *Público* no período de abril de 2017, já depois do fecho das redações em Coimbra, é de predomínio da informação útil, em particular de itens do cartaz cultural, e de peças noticiosas sobre cultura e lazer. A matriz das notícias é de “breves”, até três parágrafos. A exceção mais destacada é uma reportagem cultural de duas páginas na *Edição Porto* que recorre a fotografias documentais e a uma fonte oficial e a duas da sociedade civil.

Nos cinco dias estudados desse período a *Edição Lisboa* apenas publicou uma notícia de três parágrafos de um evento literário em Coimbra, inserido na página do cartaz cultural, a confirmar a ideia enunciada anteriormente, de que a linha imaginária de corte geográfico do país, supostamente paralela à margem sul do Rio Mondego e próximo deste, decidida pela direção do *Público*, impõe diferentes visões da realidade nacional aos seus leitores, consoante sejam do Norte ou do Sul. Esta opção traduz-se em implicações mais profundas, e num acentuar daquilo que o jornal, no *Pacto do Público* com a sociedade, declarara combater a partir do seu nº 1 – as «fronteiras geográficas e os bloqueios culturais». Mas, o que presentemente se verifica é que o *Público* deixa pelo caminho outro compromisso assumido, de contribuir para uma sociedade aberta e para o aprofundamento da democracia, que inscreveu, e ainda mantém gravado, no seu *Estatuto Editorial*. Será eufemístico pensar numa sociedade aberta quando se condiciona o valor notícia dos acontecimentos do país à localização das suas redações, a Lisboa (a nacional) e ao Porto (da edição local).

A delegação do *Público* em Coimbra, embora trabalhasse para todas as secções do jornal, foi pensada adstrita à *Edição Porto*, e isso é observado nos dois períodos de análise deste estudo de caso. Quando o jornal desmantela a sua rede de captura informativa no território, pelo que se observa na sua ficha técnica, o grosso das suas capacidades fica concentrado nesses dois polos. Por opção editorial, ou por incapacidade da rede de captura informativa, ou por conjugação de ambas, verifica-se uma depreciação do valor noticioso de Coimbra, com a diminuição da produção noticiosa, quer para as secções nacionais do jornal, quer para os cadernos *Local Porto* e *Local Lisboa*. No entanto, a ideia de opção editorial ganha mais força ao não verificarmos um recurso acrescido à produção da agência Lusa.

Estamos apenas perante um indicador, que poderia, ou não, ser confirmado num estudo mais consistente e alargado, mas que não nos impede de lançar a seguinte interrogação: ocorreram mudanças sociológicas entre 1992 e 2017 com tal impacto, ou trata-se de uma depreciação profunda da cotação do valor notícia dos acontecimentos do distrito de Coimbra, sejam emanados da sociedade civil, sejam das fontes organizadas?

Retomando a teoria construtivista, poderemos interpelar se a opção editorial do *Público*, com as edições Porto e Lisboa, ao construir uma realidade social a partir da «realidade predominante» (Berger & Luckmann, 2004, p. 38) não está a contribuir para a construção de uma realidade da vida quotidiana a Norte e para a construção de uma outra realidade da vida quotidiana a Sul? E isso não será contraditório com o seu Estatuto Editorial?

O *JN*, no mesmo período, não difere das premissas gerais apontadas ao *Público*, com a divergência relativamente à temática da Justiça, já referida, com a notícia do julgamento dos peritos judiciais a ocupar página e meia e ilustrada com meia dúzia de fotos.

Encerradas as apreciações aos conteúdos, questionemos a responsabilidade social dos órgãos de comunicação social e interroguemos sobre a contração do direito fundamental à informação, o direito do cidadão de informar, de se informar e de ser informado.

O artigo 37 (*Liberdade de expressão e informação*) /1 da *Constituição da República Portuguesa* consagra, na primeira parte, o direito de expressão do pensamento e na segunda o direito de informação, este com «três níveis: o direito “de informar”, o direito

“de se informar”, e o direito “de ser informado”» (Canotilho & Moreira, 2007, p. 573). No primeiro nível, segundo os autores, encontra-se o direito a difundir sem impedimentos informações a outrem, mas também a dimensão positiva, «o direito a meios para informar». O segundo nível integra a «liberdade de recolha de informação, de procura de fontes de informação». O terceiro nível consiste num «direito a ser mantido adequadamente e verdadeiramente informado, desde logo, pelos meios de comunicação e pelos poderes públicos» (Canotilho & Moreira, 2007, p. 573). No texto original, de 1976, do 37º/1 da *CRP* apenas se consagrava o direito de expressão e de divulgação livre do pensamento, bem como o direito de se informar. A versão atual do artigo foi introduzida pela revisão constitucional de 1982.

Ora, o fecho das redações do *JN* e do *Público* limita aos cidadãos e às instituições de Coimbra o direito de informar e também o daqueles de se informarem e de serem informados, bem como o direito a serem informados e de se informarem os cidadãos nacionais sobre os acontecimentos locais. Quando se compara, por exemplo, o comportamento dos jornais relativamente aos cidadãos do Porto e de Lisboa, temos de concluir que discriminam negativamente os de Coimbra, e lhes limitam a fruição desses direitos. Jónatas Machado (2002, p. 473) realça que cada um desses direitos na Constituição Portuguesa é autónomo enquanto categorias jurídico-dogmáticas, em virtude de serem autonomamente enumerados, apesar de estarem intimamente relacionados.

Relativamente ao conceito de liberdade de expressão, consagrado no mesmo artigo da Lei Fundamental, refere que a doutrina «assinala a este direito duas partes componentes, sendo uma de natureza individual, assente no desenvolvimento e na expressão da personalidade, e outra de natureza democrático-funcional, escorada na dinamização da opinião pública e na participação política» (Machado, 2002, p. 473).

Lançando novamente o olhar sobre os resultados do estudo de caso, as rotinas jornalísticas que privilegiam as fontes oficiais e que levam ao silenciamento de outras fontes, ou à redução da expressão das fontes no que aos acontecimentos de Coimbra diz respeito,

condicionam a participação política dos cidadãos e o seu efeito dinamizador da opinião pública. Em suma, condicionam a qualidade da vida democrática.

A íntima relação que se estabelece entre os factos e a formação de opiniões e juízos de valor pressupõe a garantia da liberdade de informar e do direito de ser informado como condição do sentido útil da liberdade de expressão. Os dois direitos são um elemento fundamental no processo de formação da opinião pública, particularmente num tempo em que a criação de uma esfera de publicidade está intimamente ligada à atividade dos meios de comunicação social. Eles são direitos fundamentais do *status activus* dos cidadãos, possibilitadores da sua participação democrática (Machado, 2002, p. 474).

O relevo atribuído ao direito à informação no 37º/1 da Constituição, segundo Jónatas Machado (2002, p. 474), traduz o reconhecimento aos órgãos de comunicação social do «papel fundamental» no «processo de formação e alteração da opinião pública», não obstante a função «extremamente importante» dos partidos políticos ou das associações cívicas.

No direito a ser informado é patente a dimensão político-democrática, a par da sua referência individual. É que só o cidadão bem informado está em situação de construir o seu próprio juízo e de participar no processo democrático da maneira pretendida pela Constituição. (...) [I]nclui, não apenas os conteúdos de natureza política, mas também económica, cultural, religiosa, desportiva, artística, etc., da mais diversa proveniência (Machado, 2002, p. 476 s).

O mesmo autor sublinha que a diversidade de interesses em causa nesse direito fundamental «incluem o de ser informado, divertido, estimulado das mais diversas formas, e mesmo provocado, quando isso conduzir à reflexão e ao crescimento» (Machado, 2002, p. 477).

Retornando aos resultados apurados neste estudo de caso, a produção dos dois jornais sobre a realidade de Coimbra não consegue cumprir estas expectativas dos cidadãos, ancoradas no texto constitucional. Somos levados a concluir que a produção do *JN* e do *Público* após o fecho das suas redações de Coimbra não assegura cabalmente o direito à informação, nem a escassa e ‘monolítica’ produção noticiosa contribui para que os cidadãos possam formar a sua própria opinião sobre a realidade. Poderá dizer-se que o *JN* e o *Público* encerraram as suas redações em Coimbra, e que mantiveram colaboradores jornalistas na região, mas a realidade exposta neste estudo de caso atraiçoa qualquer afirmação perentória de manutenção do compromisso com os leitores e dos seus deveres

para com a sociedade, que legitimou a sua existência pública enquanto órgão de comunicação social.

O fecho de uma redação local é habitualmente um ato económico, de corte de custos, por parte das empresas detentoras dos órgãos, tal como extraímos das entrevistas aos ex-chefes das delegações em Coimbra. O direito de propriedade e o direito à iniciativa privada são direitos económicos. Os direitos consagrados no artigo 37º são classificados como direitos, liberdades e garantias. Embora todos eles se enquadrem no capítulo dos direitos fundamentais, poderão diferenciar-se pela sua força jurídica em situações de colisão, como se enuncia no parágrafo anterior, neles confronta-se o exercício de um direito de propriedade com «direitos-garantia», ou «direitos-direitos» (Andrade, 2004, p. 121 s). O artigo 61º/1 refere que: «A iniciativa económica privada exerce-se livremente nos quadros definidos pela Constituição e pela lei e tendo em conta o interesse geral». Embora o direito à propriedade privada (artigo 62º) se equipare ao regime constitucional dos direitos, liberdades e garantias, a garantia que a Constituição assegura é a de não ser privado daquilo que é seu, mas «está assim longe do conceito amplo de direito de propriedade, que inclui (...) a liberdade de uso, de fruição, de disposição, sem limites ou intromissões de terceiros e, desde logo, do Estado» (Canotilho & Moreira, 1978, p. 163).

As normas que preveem os direitos, liberdades e garantias são normas *preceptivas* e conferem verdadeiros poderes de exigir de outrem (pelo menos, do Estado), um certo comportamento – geralmente a abstenção, mas também prestações obrigatórias ou a aceitação dos efeitos produzidos -, ao mesmo tempo que impõem o dever correspondente. São direitos cujo conteúdo é determinável ao nível constitucional e que não necessitam, por isso, para valermos como direitos, de uma intervenção legislativa conformadora (Andrade, 2004, p. 195).

Nas situações de colisão de direitos fundamentais, são necessárias leis harmonizadoras que ponham em concordância os direitos, de modo a que possam ser exercidos, salvaguardando o núcleo de cada um.

O que aparentemente se passa com o desmantelamento das redes de captura de informação dos órgãos de comunicação social é o sacrifício de um conjunto de direitos fundamentais dos cidadãos, que radicam em valores da comunidade, em favor do direito à propriedade, e de uma iniciativa económica privada – ou liberdade comercial, como diria Marx - que

vai contra o interesse geral, em sentido contrário ao que prescreve o 61º/1 da *CRP*. Slavko Splichal afirma que uma das fontes de legitimação da imprensa é a de ser «órgão do público», e que a sua autonomização no regime de propriedade privada pôs em causa «o princípio universal da publicidade, e especificamente a liberdade positiva pessoal para expressar e publicar opiniões» (2002a, p. 196).

Quando o tema da crise dos *media* emerge na esfera pública, a discussão torna-se bipolar, ou pela via das dificuldades económicas da empresa, ou pela dos jornalistas, na perda e desregulação laboral e nos riscos para a liberdade interna da empresa. O terceiro elemento da equação, o cidadão leitor, que é a razão de ser dos *media* e dos jornalistas, é simplesmente olvidado. A própria Lei de Imprensa (Lei n.º 2/99), que transcreve direitos fundamentais dos jornalistas, nomeadamente o da sua liberdade de expressão, que é condicionadora do direito de propriedade do seu patrão, reduz o catálogo dos direitos, individuais e sociais, da «liberdade de expressão e informação» ao condicionamento à concentração de grupos de *media* e ao direito de resposta.

Uma questão que se poderá colocar é a de se saber se, no âmbito do direito a constituir, o Estado estará disposto a mais algum esforço legislativo, e eventualmente financeiro, para salvar a democracia naquilo que é o contributo que os órgãos de comunicação social podem dar, tal como o faz, nomeadamente, com os partidos políticos, ao financiá-los. Relembrando as palavras de Jónatas Machado: os *media* têm um «papel fundamental» no «processo de formação e alteração da opinião pública», não obstante a função «extremamente importante» dos partidos políticos ou das associações cívicas. Ou avançar com propostas similares às dos reformadores da imprensa de finais do século XIX, de «fundos de caridade», para libertar os *media* de algum comercialismo (Splichal, 2002a, p. 193), que atualmente têm sido seguidas em projetos experimentais sustentados por ‘mecenass’, alguns deles apresentados num painel do 4º Congresso dos Jornalistas portugueses. Ou, ainda, intentar outras ‘utopias’, por exemplo um modelo participativo como o aventado por Julia Cagé (2016), ou reinventar um modelo a partir de soluções ‘clássicas’, tal como a proposta de Michael Schudson.

Na minha opinião, o melhor modelo é misto: um jornalismo parcialmente dependente do governo, e portanto, orientado para a esfera política; parcialmente dependente do mercado, e portanto substancialmente ligado às preferências das audiências; e parcialmente ligado apenas a si próprio, aos valores e cultura distintos do jornalismo, e assim parcialmente isolado das exigências do Estado e do mercado (Schudson, 2011, p. 145).

Ao partirmos para este trabalho de investigação colocámos entre as hipóteses secundárias a verificação de mudanças no espectro mediático de Coimbra, que pudessem ‘compensar’ a diminuição de cobertura noticiosa pelo encerramento de redações locais de órgãos de comunicação social de dimensão nacional. Procurou-se entrevistar diretores dos dois jornais diários do distrito, Agostinho Franklin, do *Diário as Beiras*, e João Luís Campos, do *Diário de Coimbra*, mas nenhum deles respondeu a vários pedidos enviados para os seus emails pessoais e profissionais. Contudo, um leitor atento aos jornais pôde verificar que no período deste estudo de caso ambos os jornais diminuíram as suas redações e acabaram com correspondentes em zonas estratégicas do distrito, como Cantanhede e Oliveira do Hospital, mantendo apenas os da Figueira da Foz.

Ao nível do denominado jornalismo cidadão, em pesquisas *online* não foram encontrados projetos estruturados de abordagem sistemática aos acontecimentos da realidade. No entanto, o que mais se aproxima é o blogue *Questões Nacionais* (<http://questoesnacionais.blogspot.com/>), uma espécie de diário sobre assuntos sociais e políticas locais, da autoria do comerciante da Baixa de Coimbra Luís Quintans, que, com algum humor, apresenta-se com estatuto editorial e uma organização redatorial composta por diretores, editor executivo, chefe de redação e fotógrafos. Na década de 90 do século passado dois blogues destacaram-se na cidade de Coimbra, essencialmente em assuntos da vida política e social, o *Porta-Aviões* e *O Sexo e a Cidade*, ambos fonte de notícia para órgãos nacionais, em várias ocasiões. Este último transformou-se mais tarde no jornal *online Notícias de Coimbra*, um projeto do antigo angariador de publicidade para órgãos locais, Fernando Moura, que se tornou ‘jornalista’, mas sem deixar a atividade de ‘comercial’.

O presente trabalho de dissertação não aborda a temática do serviço público, o que iria aprofundar as questões da função dos *media* nas democracias. Razões de espaço assim o impuseram.



## **5. CONCLUSÃO**



Nesta dissertação comprovámos a hipótese de o encerramento da filial do *JN* e da delegação do *Público*, em Coimbra, provocar uma diminuição da cobertura noticiosa local, e uma consequente contração da liberdade de informação, consagrada no artigo 37º/1 da Constituição. O desmantelamento das redes de captura de informação dos órgãos de comunicação social sacrifica um conjunto de direitos fundamentais dos cidadãos, que radicam em valores da comunidade, em favor do direito à propriedade, e de uma iniciativa económica privada das empresas jornalísticas. A componente comercial das empresas jornalísticas sobrepõe-se ao projeto jornalístico, seja em situações de necessidade de redução de despesas, seja por uma estratégia de lucros. A malha de rede estendida no território é a sacrificada, ou a mais sacrificada, e a capacidade produtiva das empresas fica concentrada em uma ou duas redações centrais. Os direitos informativos dos cidadãos são secundarizados, e satisfazê-los depende de uma discricionária vontade de quem é titular dos fatores de produção.

São os interesses e os direitos privados dos detentores das empresas de *media* a sobreporem-se aos interesses coletivos, da comunidade, pondo em evidência a fragilidade da fruição pelo cidadão desses direitos fundamentais envolvidos no direito à informação. Fazendo uma analogia com os bens e serviços essenciais, aparentemente as responsabilidades destas empresas prestadoras estão mais intensamente tipificadas pelo Estado e os direitos dos cidadãos beneficiários melhor acautelados. No entanto, terá de se reconhecer que não há direitos com mais dignidade do que aqueles que foram integrados na Lei Fundamental de um país, mas também será consensual admitir que esses direitos só se cumprem na tangibilidade do quotidiano.

A partir do estudo que desenvolvemos, concluímos que no intervalo de 25 anos a produção informativa das publicações analisadas passou de 128 itens, em 1992, para 77, em 2017. Depois de subtraídos os itens de ‘informação útil’, do cartaz de espetáculos e das farmácias de serviço, verificamos que, em 1992, as publicações noticiosas, resultantes do trabalho jornalístico, no *JN* foram 53 (10,6 por dia), no *Público Edição Porto* 16 (3,2 por dia) e na *Edição Lisboa* do *Público* 14 (2,8 por dia). No mesmo número de dias de 2017 no *JN* apareceram 16 publicações noticiosas (3,2 por dia), no *Público Edição Porto* quatro

(0,8 por dia) e na *Edição Lisboa do Público* uma (0,2 por dia). Passando para a análise global das três edições, concluímos que de uma média de 5,5 publicações noticiosas por dia, em 1992, se passa para 1,4 publicações noticiosas por dia, em 2017.

Ao decréscimo da quantidade da produção noticiosa no segundo período de análise correspondeu um decréscimo da diversidade temática dos acontecimentos que se transformaram em notícia, revelador também de um fechamento da amplitude do olhar do jornalista sobre a realidade do distrito que, em 2017, quase só se limita à cidade de Coimbra. Nas duas edições do *Público* encontramos cinco publicações noticiosas e quatro delas enquadram-se nas temáticas da cultura e lazer. A outra, também publicada pelo *JN*, reporta-se à demissão de um vereador da Câmara de Coimbra. Assuntos da política em geral, da educação, economia, consumo, justiça ou associativismo estudantil, que são acompanhados pelo *Público* em 1992, não aparecem no noticiário do período de 2017. No *JN* regista-se também uma grande contração temática. No período de 2017 um quarto das 16 publicações noticiosas são de justiça, cinco delas são de lazer, outras duas relacionam-se com a vida autárquica, e outras tantas são sobre partidas de futebol júnior. As restantes são de saúde, de um acidente, de um parto de emergência e da última aula de Vital Moreira na Faculdade de Direito de Coimbra. Assuntos de educação, política em geral, cultura ou economia também deixam de aparecer.

A generalidade da produção noticiosa no período de 2017 é de notícia breve, com poucos pormenores. Em algumas delas não se consegue discernir se foram produzidas por um jornalista em Coimbra, ou se resultam da reescrita de “takes” da *Agência Lusa*. As raras exceções de trabalhos jornalísticos mais desenvolvidos que neste período aparecem publicados nos dois jornais aparentam ser, aliás, uma consequência direta do fecho das redações locais, e da extinção dos postos de trabalhos de jornalistas dos quadros. Os substitutos desses foram jovens jornalistas remunerados à peça, que circunstancialmente terão conseguido “vender” ideias de trabalhos aos editores. Esta situação indicia-se numa reportagem sobre visitas temáticas ao Mosteiro de Santa Clara-a-Velha e em duas notícias sobre criações de uma empresa liderada por um antigo reitor da Universidade de Coimbra,

publicadas no *JN*. O mesmo se depreende numa reportagem de duas páginas sobre uma exposição fotográfica no Jardim Botânico de Coimbra, no *Público*.

As fontes oficiais, que eram utilizadas em 87,5% das publicações informativas, em 1992, aumentam mais cinco pontos percentuais, em 2017. Constata-se uma profunda desigualdade no acesso ao espaço público, com consequências muito gravosas nos direitos informativos dos cidadãos. Nas rotinas jornalísticas é dada pouca voz à sociedade civil, e indicia-se que são privilegiadas as fontes dos contactos regulares, das instituições sentinelas e das agendas de acompanhamento da atualidade. Tal comportamento poderá ser o resultado de constrangimentos organizacionais, de se pretender por ordem no tempo, mas também de uma excessiva rotinização da atividade produtiva e de uma ideia entre os jornalistas de maior credibilidade dessas fontes do poder. Observa-se aqui aquilo que Nelson Traquina afirma, de que uma das consequências dessa «dependência sobre os “canais de rotina” é que nem todas as fontes são iguais na sua capacidade de acesso aos meios de Comunicação Social», e que esse acesso «é um bem “estratificado socialmente”» (1999, p. 173).

Os outros dois riscos da “rotinização”, que o académico português aponta, também são perceptíveis a partir de uma análise transversal da produção noticiosa dos dois períodos de referência, que são as consequências das rotinas estabelecidas regularmente entre jornalistas e as mesmas fontes, e a produção de notícias resultantes de informação estrategicamente divulgada por profissionais de relações públicas e de agências de comunicação (Traquina, 1999, p. 173). A primeira consequência da “rotinização” apontada por Traquina, de estratificação das fontes no acesso aos *media*, é notória na produção analisada, de quase silenciamento das vozes da sociedade civil, e é referida por responsáveis pela comunicação em instituições culturais de Coimbra. Ambos afirmaram que após o encerramento das redações dos dois jornais as suas atividades passaram a ficar excluídas das rotinas dos seus jornalistas, forçando-os a procurar formas de comunicação com os públicos sem mediação jornalística, nomeadamente através das redes sociais. Questões associadas ao segundo risco indiciam-se nas peças noticiosas resultantes das rotinas com as fontes das polícias e da autarquia, nomeadamente na produção do *JN* no

primeiro período de referência. O “ardil” dos profissionais de comunicação institucional, no que respeita ao “aproveitamento” do ciclo noticioso das edições *online*, é assumido na entrevista que realizámos, no âmbito desta dissertação, ao diretor da agência *Ideias Consertadas*.

Da análise da produção informativa dos dois jornais e do teor das entrevistas concluímos que após o fecho das duas redações houve mudanças nas rotinas jornalísticas, nas narrativas noticiosas e nos critérios de noticiabilidade, e que se acentuou a tendência para uma fraca atenção às fontes da sociedade civil. Mesmo numa quebra abrupta de produção as fontes oficiais tiveram o seu espaço para aparecer nos *media*, e percentualmente fortaleceram a posição. O acesso ao espaço público está também contaminado por questões económicas. Quem tem capacidade contrata assessorias de comunicação, quem não tem permanece invisível. Numa organização jornalística, com redações reduzidas, perante a tirania do tempo, é mais fácil recorrer aos canais de rotina, às instituições onde há, ou onde houve, sentinelas, pegar num *press release* que chegou ao *email*, que dá pouco trabalho, pois já está em forma de notícia. Estas são ‘ajudas’ que se vão entranhando e minando as boas práticas de uma profissão à qual o cidadão comum muitas vezes se agarra quando já falhou o Estado e a Justiça na reparação do seu dano. Recorre ao saber e aos meios de que dispõe uma classe profissional que se rege por normas deontológicas, que tendencialmente não toma partido, que age de forma desinteressada, e que pela denúncia pública pode pressionar os poderes e a sociedade a não repetir os abusos.

A diminuição da produção noticiosa associada ao fecho das redações tem como consequência um afrouxamento da vigilância dos poderes e dos seus agentes, esbatendo-se assim uma dimensão extremamente importante dos órgãos de comunicação social, de dinamização da esfera pública, da vivência democrática. Os próprios ex-chefes das redações do *Público* e *JN* vincam esse prejuízo nas entrevistas, e alertam para o tendencial afunilamento de uma cobertura noticiosa que quase só atende à tragédia e ao desastre, com notícias curtas e pouco pormenorizadas. Na produção dos jornais do período de 2017 encontrámos, ainda assim, sobretudo no *JN*, situações de vigilância das atividades judicial, policial, autárquica e das disfunções do Serviço Nacional de Saúde. As peças com maior

desenvolvimento relacionaram-se com temáticas de lazer e cultura, em que pelo seu teor o escrutínio das fontes é extremamente difuso.

Normalmente o fecho de uma redação local é precedido de um processo em que a organização jornalística degrada o acompanhamento da realidade, reduzindo a amplitude da cobertura e aligeirando a profundidade no tratamento dos temas. Esta estratégia normalmente é acompanhada por um discreto dismantelamento da equipa redatorial. Assim, quando o fecho se dá, a perda efetiva no acompanhamento da realidade é quase só simbólica, porque o processo foi arditosamente gerido para não provocar “ondas” na comunidade. Estas práticas estiveram presentes no fecho das redações de Coimbra do *JN* e do *Público*, como se depreende das entrevistas aos últimos chefes. A ex-chefe do *Público* chega a afirmar que ela e uma colega já não se dedicavam a acompanhar a realidade do distrito, talvez a quer dizer que o fecho em si não teve impactos sociais na altura.

Como hipóteses secundárias deste estudo pretendíamos avaliar se emergiram outras formas de mediação que pudessem mitigar as lacunas com o fecho das redações dos dois jornais.

A diminuição da intervenção do jornalismo sobre a realidade do distrito de Coimbra, evidenciada no estudo de caso, não foi acompanhada por mudanças positivas nos órgãos de comunicação social locais. Os dois diários do distrito, o *Diário de Coimbra* e o *Diário as Beiras*, ao longo dos anos também foram diminuindo as suas redações, as rádios locais foram perdendo a vertente de informação, transformando-se em estações musicais. A tendência também tem sido de diminuição das existências de jornais impressos e *online*, como evidenciam os registos da ERC. Projetos consistentes de “jornalismo cidadão” também não foram encontrados.

Perante este cenário, concluímos que com o fecho das redações dos jornais se registou uma contração no direito dos cidadãos e das instituições de Coimbra a informarem, e no direito dos cidadãos em geral a informarem-se e a serem informados, consagrados no artigo 37º/1 da *CRP*.

Para um melhor conhecimento destes temas, seria importante desenvolver um estudo aprofundado sobre o encerramento destas, e de outras, redações regionais, e analisar se a diminuição da produção noticiosa e a ténue voz da sociedade civil merecem alguma correção através das edições *online* dos respetivos jornais. No entanto, é uma verdade insofismável de que só há jornalismo com jornalistas. Um estudo desta natureza iria também analisar se existe uma forte indução da produção dos jornais *online* por vida da ação dos produtores primários das agências de comunicação. Uma tal estratégia, de “tapar o sol com uma peneira”, como se comenta, poderá ainda ser mais perniciosa para o jornalismo e para a democracia, por estar a contribuir para a construção de uma realidade à imagem dos interesses das vozes poderosas.

Uma tendência destas do *online* confronta os próprios alicerces do jornalismo, apontando para uma produção informativa, em forma noticiosa, que nos questiona sobre uma sobremodernidade dos não lugares como a apontada por Marc Augé (2016): lugares/realidades construídas nas narrativas jornalísticas, não a partir do conhecimento próprio do jornalista, mas do *press release* que apresenta o lugar/realidade conveniente ao cliente da agência de comunicação.

O próprio ambiente do *online* é de um não lugar de publicação, e as narrativas que aí são tornadas públicas frequentemente incorporam essa lógica nos seus elementos estruturais, suprimindo o ‘onde’, ou o lugar da ação/acontecimento (por exemplo, o lugar onde alguém proferiu as declarações) e o ‘quando’, o lugar histórico/o do tempo do acontecimento, que para os leitores se confunde com o tempo da publicação.

O sociólogo americano Michael Schudson (2011, p. 148 s) acredita que, tal como a poesia, o jornalismo é uma espécie de Olimpo, pois quem se imersa nele é por paixão e prazer, e não para procurar o seu sustento. Esta é uma das razões pelas quais o jornalismo tem sobrevivido sem um modelo de negócio. Crê que, tal como as artes, o jornalismo pode sobreviver com apoios filantrópicos e subsídios de escolas ou de universidades.

No entanto, a “realidade-realidade” apresenta outras nuances. Normalmente quem perde o seu emprego de jornalista vê o seu romantismo ser repellido na fortaleza do mercado, e



tem de procurar outras ocupações, como aconteceu com os dois últimos chefes das redações de Coimbra do *Público* e *JN*, que se tornaram assessores de comunicação institucional.

Como ideia final, poderíamos dizer que o jornalismo hoje é como que uma luz lá ao fundo a tremeluzir. A trama romanesca para esta história sugere duas vias narrativas: alguém a soprá-la, para a apagar, ou alguém a soprá-la, para a avivar. Os direitos dos cidadãos serão sempre o seu esplendor.

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, J. C. (2004). *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Augé, M. (2016). *Não-Lugares - Introdução a uma antropologia das sobremodernidade*. Lisboa: Letra Livre.
- (AAVV) (5 de novembro de 2018). «Declaração Internacional sobre a Informação e a Democracia: princípios fundamentais para o espaço global da comunicação e da informação». Obtido de <https://rsf.org/pt/noticia/declaracao-internacional-sobre-informacao-e-democracia-principios>
- Bentham, J. (1973). *Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação*. S. Paulo: Abril Cultural.
- Bentham, J. (julho - dezembro de 2011). Da Publicidade. (6), 277-294. Obtido em 13 de janeiro de 2019, de <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a11.pdf>
- Berger, P., & Luckmann, T. (2004). *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Berlin, I. (2002). Dois conceitos de liberdade. Em I. Berlin, H. Hardy, & R. Hausheer (Edits.), *Estudos Sobre a Humanidade. Uma antologia de ensaios* (pp. 226-272). São Paulo: Companhia das Letras.
- Borges, S. (2014). Opinião Pública: história, crítica e desafios na era transnacional. *Exedra - Revista Científica*(9), 85-103. Obtido em 15 de janeiro de 2018, de <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/04/n9-B5.pdf>
- Cagé, J. (2016). *Salvar os Média - Capitalismo, financiamento participativo e democracia*. Lisboa: Temas E Debates | Círculo de Leitores.
- Canotilho, J. G., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa Anotada - artigos 1º a 107º* (4ª ed., Vol. I). Coimbra: Coimbra Editora.
- Canotilho, J. J., & Moreira, V. (1978). *Constituição da República Portuguesa Anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Correia, J. C. (2009). *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso*. Covilhã: Livros LabCom.
- Dewey, John. (2008). *Democracia Cooperativa: Escritos Políticos Escolhidos de John Dewey (1927-1939)*. (A. Franco, & T. Pogrebinschi, Edits.) Porto Alegre: Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades.
- Esteves, J. P. (1997). *Opinião Pública e Democracia na Sociedade de Informação*. Obtido em 10 de Janeiro de 2019, de [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt): <http://www.bocc.ubi.pt/pag/esteves-pissarra-opinioao-publica.pdf>
- Esteves, J. P. (2003). *A Ética da Comunicação e os Media Modernos: Legitimidade e Poder nas Sociedades Complexas* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Esteves, J. P. (2005). *O Espaço Público e os Media: Sobre a Comunicação entre a Normatividade e Facticidade*. Lisboa: Edições Colibri.

- Esteves, J. P. (2011). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ferreira, G. B. (2012). *Novos Media e Vida Cívica: Estudos sobre deliberação, internet e jornalismo*. Covilhã: LabCom Books. Obtido em 13 de junho de 2018, de [www.livroslabcom.ubi.pt](http://www.livroslabcom.ubi.pt)
- Habermas, J. (1997). *Direito e Democracia - Entre Facticidade e Validade* (Vol. II). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2000). *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Habermas, J. (2012). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kant, I. (1990). A Paz Perpétua. Um Projeto Filosófico. Em I. Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (A. Morão, Trad., pp. 119-171). Lisboa: Edições 70.
- Kant, I. (1990). Resposta à Pergunta: O que é o Iluminismo? Em I. Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (A. Morão, Trad., pp. 11-19). Lisboa: Edições 70.
- Kant, I. (1990). Sobre a expressão corrente: Isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática. Em I. Kant, *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos* (pp. 57-102). Lisboa : Edições 70.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2004). *Os Elementos do Jornalismo, O que os profissionais do jornalismo devem saber o e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- Locke, J. (1994). *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil e Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Locke, J. (2001). *Carta Sobre a Tolerância*. Lisboa: Lisboa Editora.
- Luhmann, N. (2005). *A Realidade dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Machado, J. (2002). *Liberdade de Expressão*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Machado, J. (2009). Prefácio. Liberdade perdida e liberdade recuperada. Em J. Milton, *Areopagítica: discurso sobre a liberdade de expressão* (pp. 7-18). Coimbra: Almedina.
- Machado, J. (2010). John Stuart Mill V. Richard Dawkins: a liberdade de expressão e a crítica ao paradigma evolucionista dominante. Em C. Camponez, & A. T. Peixinho, *Reflexões sobre a Liberdade: 150 Anos da Obra de John Stuart Mill* (pp. 35-45). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. doi:[http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0204-2\\_4](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0204-2_4)
- Marques, F. E. (1997). As contradições entre a liberdade de expressão e a liberdade de informação. (Labcom, Ed.) *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC)*, 1-14. Obtido em 18 de junho de 2019, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-contradicoes-liberdades.pdf>
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian.
- Mill, J. S. (2010). *Da Liberdade de Pensamento e Expressão*. Alfragide: BIS Leya.
- Mill, S. (1973). *Ensaio Sobre a Liberdade*. Lisboa: Arcádia.
- Milton, J. (2009). *Areopagítica: discurso sobre a liberdade de expressão*. Coimbra: Almedina.

- Miranda, J. (2018). Responsabilidade Social: entre a liberdade de imprensa e o enquadramento do mercado. (Labcom, Ed.) *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC)*, 1-20. Obtido em 18 de junho de 2019, de [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-joao-2018-responsabilidade-social.pdf): <http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-joao-2018-responsabilidade-social.pdf>
- Rousseau, J.-J. (1981). *O Contrato Social*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Schudson, M. (2011). As notícias como um género difuso: a transformação do jornalismo na contemporaneidade. *Comunicação & Cultura*(12), 139-150. Obtido em 24 de setembro de 2019, de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18103/1/08.%20Michael%20Schudson.pdf>
- Silva, A. d. (1996). *Reflexão* (3ª ed.). Lisboa: Guimarães Editores.
- Sousa, F. (1988). *Jornal de Notícias: A Memória de um Século (1888-1988)*. Porto: Jornal de Notícias.
- Sousa, J. P. (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Sousa, J. P. (2002). Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. (L. -U. Interior, Ed.) Covilhã, Castelo Branco, Portugal. Obtido em 10 de agosto de 2019, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>
- Spinoza. (1970). *Tratado Político*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Splichal, S. (2002a). *Principles of Publicity and Press Freedom*. Boston Way: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Splichal, S. (Janeiro de 2002b). The principle of publicity, public use of reason and social control. *Media Culture & Society* , 24, 5-26. doi:DOI: 10.1177/016344370202400101
- Tocqueville, A. d. (2004). *A Democracia na América: Sentimentos e Opiniões*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tocqueville, A. d. (2005). *A Democracia na América: Leis e Costumes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Traquina, N. (1999). As notícias. Em N. (Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias, "Estórias"* (pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (1999). Introdução. Em N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias, "Estórias"* (pp. 19-26). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2007). *O que é Jornalismo*. Forte da Casa: Quimera.
- Tuchman, G. (1985). *La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad*. México: GG MassMedia.
- Tuchman, G. (2002). As notícias como uma realidade construída. Em J. P. Esteves, *Comunicação e Sociedade - Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa* (pp. 91-104). Lisboa: Livros Horizonte.

**ANEXOS**



## Anexo A: Empresas jornalísticas, órgãos de comunicação social, rádios, TV's e programas online

Complementarmente, em anexo, apresentamos de modo sumário as existências e mudanças no espectro mediático do distrito de Coimbra a partir dos registos ativos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), em abril de 1992 e em abril de 2017. Nesta recolha seguiu-se a classificação da própria instituição: ‘Publicações Periódicas’, ‘Empresas Jornalísticas’, ‘Operadores de Rádio’, ‘Operadores de Televisão’ e ‘Serviços de programas difundidos exclusivamente através da Internet’.

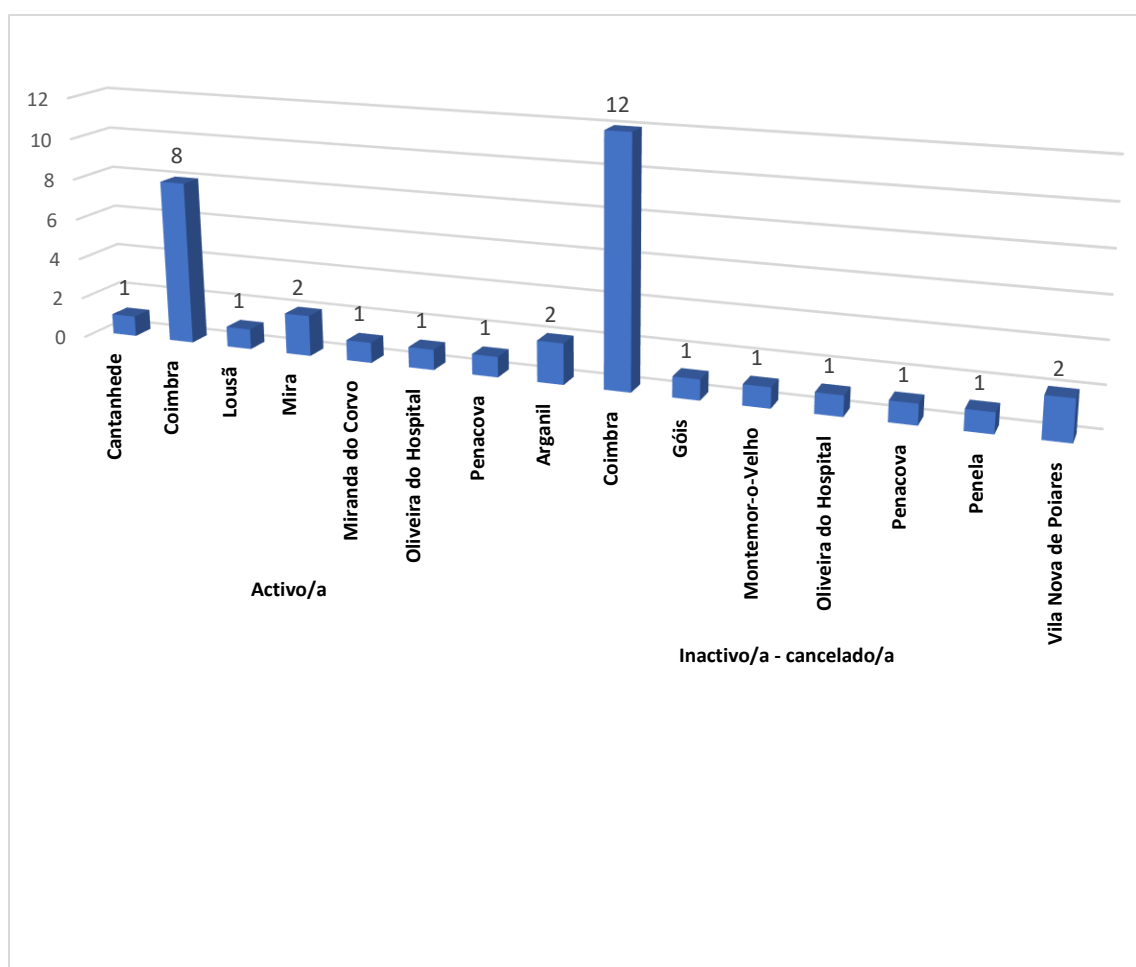
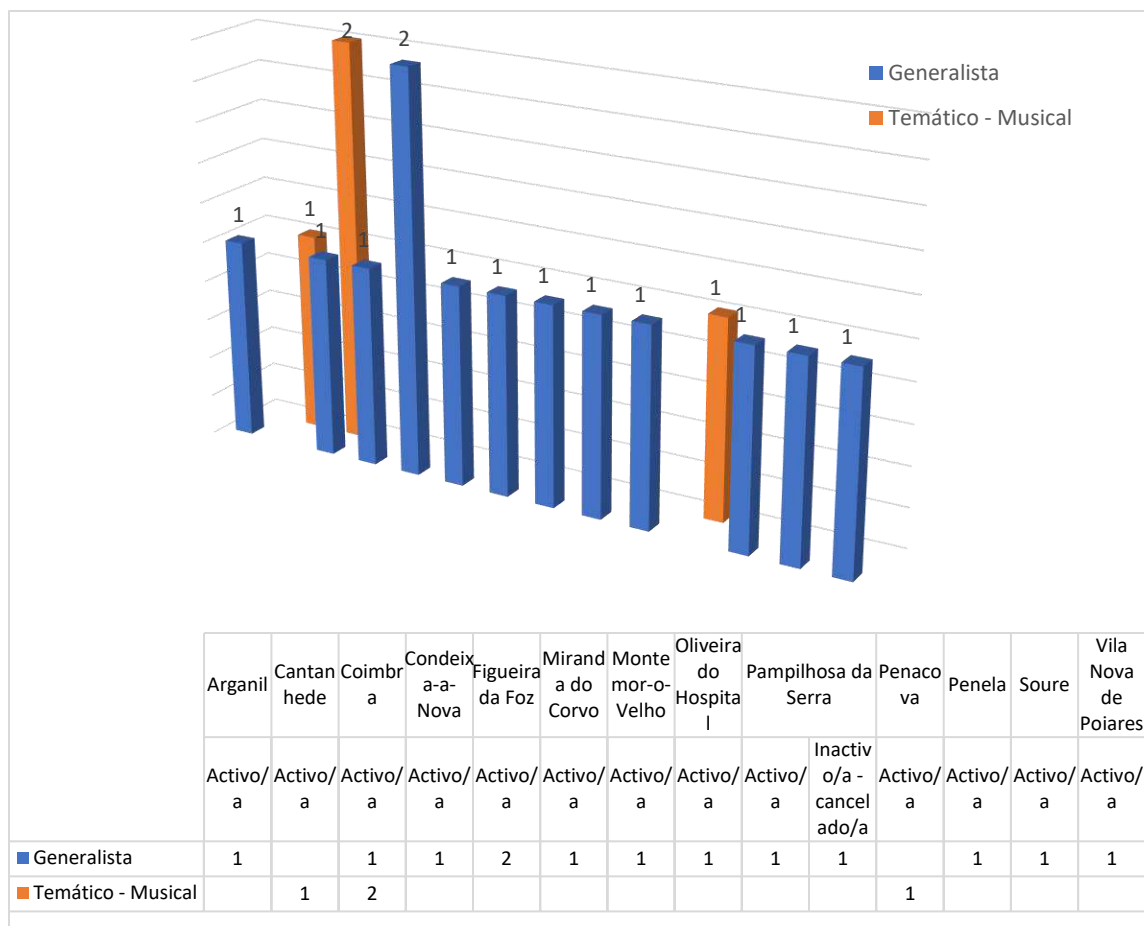


Gráfico 12: Empresas jornalísticas ativas e inativas entre abril 1992 e abril de 2017 (Fonte ERC)

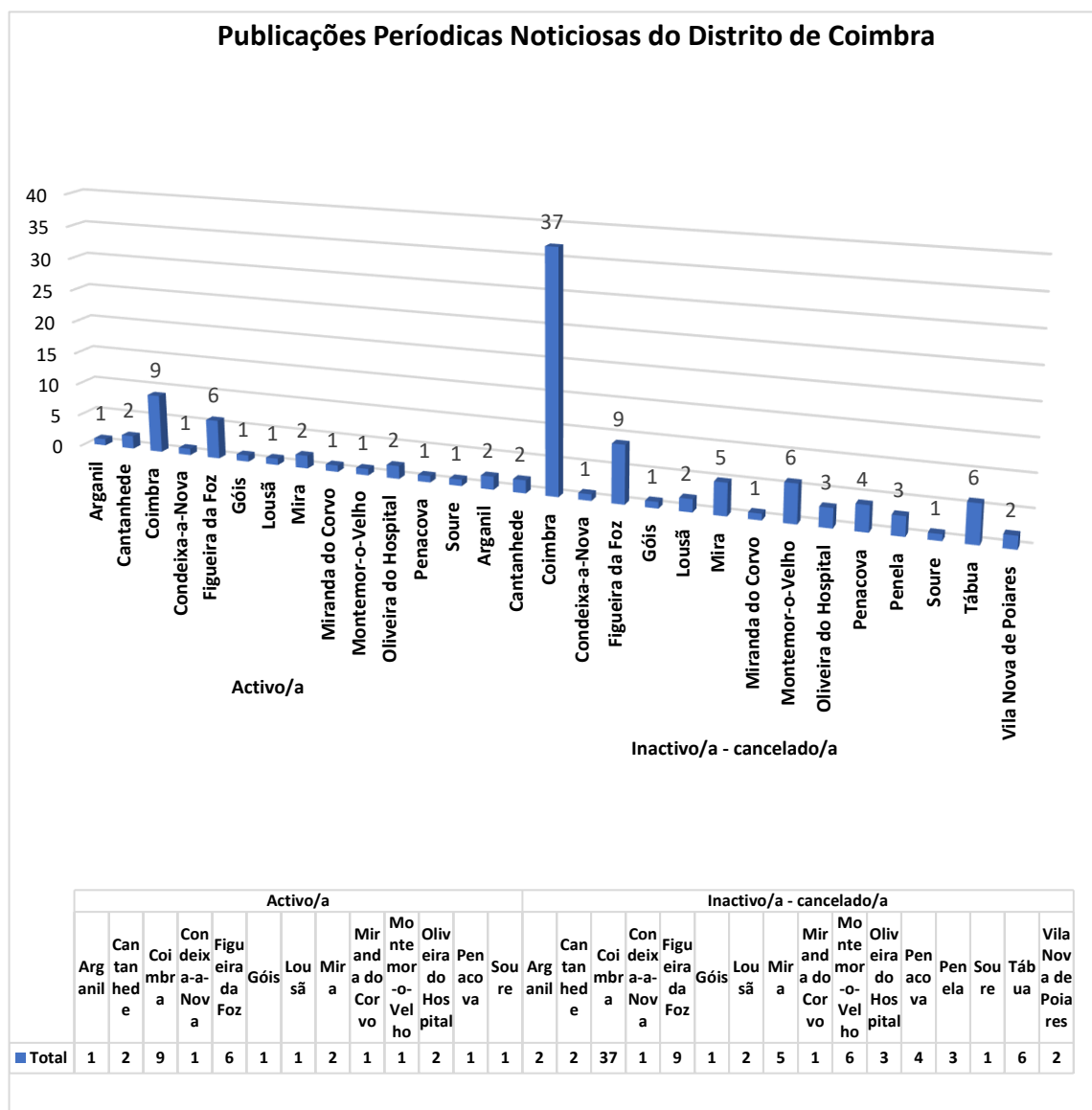
Em abril de 1992, no distrito de Coimbra encontravam-se registadas 36 empresas jornalísticas. Em abril de 2017, encontravam-se com registo ativo na ERC apenas 15 (41,6%), oito das quais no concelho de Coimbra. Nos 17 concelhos do distrito, neste período apenas se mantiveram em Cantanhede (1), Lousã (1), Mira (2), Miranda do Corvo (1), Oliveira do Hospital (1) e Penacova (1).



**Gráfico 13: Operadores de rádio ativos e inativos entre abril 1992 e abril 2017 (Fonte ERC)**

Em 2001, começaram a ser licenciadas as primeiras rádios locais, de carácter generalista. Das 17 registadas no distrito, entretanto apenas não sobreviveu a rádio do concelho da Pampilhosa da Serra, mas quatro delas (duas das três licenciadas no concelho de Coimbra, a de Cantanhede e a de Penacova) transformaram-se em rádios de temática musical.





**Gráfico 14: Publicações periódicas noticiosas do distrito de Coimbra, de abril 1992 a abril 2017 (Fonte ERC)**

No período entre abril de 1992 a abril de 2017 foram identificados os registos de 114 publicações noticiosas, de informação geral e desportiva, com cerca de uma dezena em suporte exclusivamente *online*. Em abril de 2017 apenas 29 (25,4%) se mantinham ativas. Destes órgãos de comunicação social apenas dois são verdadeiramente diários, e ambos da cidade de Coimbra – *Diário de Coimbra* e *Diário as Beiras*.

Desta compilação de publicações noticiosas foram excluídas aquelas cuja sede de registo é Coimbra, por ser o endereço da empresa proprietária, mas que têm o seu espaço de intervenção exterior ao distrito, como são exemplos o *Diário de Aveiro*, o *Diário de Leiria* e o *Diário de Viseu*, todas pertencentes ao grupo do *Diário de Coimbra*.

Designação	Situação	Tipo	Site	Data de registo	Concelho
Rádio Fado de Coimbra	Ativo/a	Radiofónico	<a href="http://www.radioregionaldocentro.coim">www.radioregionaldocentro.coim</a>	27/05/2015	Condeixa-a-Nova
Rádio Saudade Portugal	Ativo/a	Radiofónico	<a href="http://www.radioregionaldocentro.coim">www.radioregionaldocentro.coim</a>	17/06/2015	Condeixa-a-Nova

**Gráfico 15: Serviços de programas distribuídos exclusivamente por *internet* no distrito de Coimbra - abril de 1992 a abril de 2017 (Fonte ERC)**

Segundo os registos da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) existem no distrito de Coimbra dois programas radiofónicos difundidos exclusivamente pela *internet*, ambos associados a uma estação de rádio do concelho de Condeixa-a-Nova.

De abril de 1992 a abril de 2017 não houve qualquer registo na ERC de operadores televisivos do distrito de Coimbra.

O panorama mediático do distrito de Coimbra que se capta da análise da evolução dos registos da ERC, a entidade legalmente competente para a regulação em Portugal das atividades da Comunicação Social, é de diminuição das empresas, dos operadores unipessoais, e dos órgãos de comunicação social.

Nos operadores de rádio a diminuição é de apenas uma estação no período de estudo, mas não deixa de ser muito significativa, já que extinguiu a cobertura radiofónica no concelho mais isolado do distrito, Pampilhosa da Serra, que também não tem qualquer registo de publicação noticiosa na ERC.

Este empobrecimento é mais evidente se recordarmos aquilo que foi sendo comumente reconhecido na sociedade, de que também as rádios locais foram degradando a sua vertente informativa ao ponto de serem poucas aquelas que têm jornalistas ao seu serviço. Nos registos aqui apresentados verificamos que as duas principais frequências de rádio

atribuídas em Coimbra, aproveitando as alterações da legislação, passaram a ser utilizadas como rádios de temática musical, tendo sucedido o mesmo com a rádio de Cantanhede e a de Penacova.

O encerramento de delegações de órgãos nacionais em Coimbra criou crateras na rede de cobertura. Ao invés de um fortalecimento com a ocupação de territórios abandonados, a rede de malha mais estreita dos pequenos órgãos locais também se ‘esburacou’, quebrando também eles, unilateralmente, o compromisso com os leitores /ouvintes, e refutando a função social que lhes tinha sido atribuída.

## **Anexo B: Entrevistas**

### **I - Eduardo Dâmaso (fundador do *Público* e primeiro chefe da Delegação de Coimbra)**

#### **1. Que razões levaram o jornal *Público* a criar uma rede de delegações, em particular a delegação regional de Coimbra?**

O projecto do *Público* assentava numa dupla vocação estratégica, digamos assim. Por um lado, queria afirmar-se como um grande jornal europeu, capaz de estar presente nos lugares e nos tempos onde se escrevia a história e contá-la através do seu olhar, e não pela interposição sucessiva da escrita e da edição de profissionais estranhos ao nosso universo, como acontecia até aí. Ninguém apostava no Internacional, e o *Público* apostou. Ninguém apostava na grande reportagem, e o *Público* apostou. Ninguém tinha correspondentes internacionais do quadro, exceptuando alguns meios públicos, como a RTP e a Lusa, e o *Público* tinha. Mas, por outro lado, o olhar e a ligação para dentro do País eram essenciais e faziam parte da sua génética. O *Público* nasceu com duas redacções – Lisboa e Porto – porque esse era um dos traços essenciais da sua identidade. E as delegações, de Coimbra, Braga, Algarve, eram peças essenciais dessa estratégia. O *Público* queria acompanhar relatar, investigar, a vida e as instituições do País fora de Lisboa. Queria contrariar o tradicional centralismo asfixiante de Lisboa sobre o resto do País. Nesse aspecto, Coimbra teve um papel importante. Era essencial estar numa cidade como Coimbra, ela própria uma centralidade ancestral na Região Centro, mas que estava já, nesses anos 80 e 90, a ser fortemente combatida pelas dinâmicas de cidades como Viseu, Leiria e Aveiro, por exemplo. A amplitude geográfica da região foi, só por si, um elemento muito importante para o *Público* se instalar em Coimbra. Mas a Universidade de Coimbra e as mais novas, que despontavam, como a de Aveiro ou da Beira Interior, também foram decisivas. Desde logo, como meio de chegar a públicos mais jovens. Coimbra foi, aliás, o distrito onde o *Público* mais depressa conquistou a liderança de vendas, batendo, inclusive, o *JN*. Para lá da presença fortíssima que o noticiário regional tinha na edição Norte, a delegação dava,

habitualmente, um bom contributo no noticiário nacional de secções como a Sociedade, Política e Cultura.

**2. Que mudanças observou nos conteúdos jornalísticos no jornal *Público*, e noutros jornais, como o *JN*, após o encerramento das delegações regionais de Coimbra?**

Os conteúdos empobreceram e, com isso, os próprios títulos. A diminuição do fluxo de notícias locais e regionais estrangula a diversidade das publicações e tem um efeito pulverizador da capacidade de escrutínio dos diversos poderes. Por um lado, as oportunidades de a região ser objecto de notícia reduziram-se, praticamente, às tragédias – incêndios, acidentes de viação, etc.; por outro lado, os poderes locais e regionais gozam hoje de maior impunidade. São menos observados, menos escrutinados, abriram caminho a formas alternativas de comunicação para se ‘venderem’ no plano nacional, através de agências de comunicação.

**3. Na sua atividade de jornalista apercebeu-se de reações dos leitores e das fontes em relação ao encerramento de delegações?**

Aqui e ali, fui apanhando um lamento ou outro. Depois, sobretudo quando impulsionei a instalação de uma delegação do CM em Coimbra, percebi melhor a dinâmica negativa que estava a criar-se na região. O CM tem uma estratégia de enorme porosidade geográfica com o País - tem delegações em Coimbra, Aveiro, Viseu, Porto, Leiria, Braga, Faro, Évora e Portimão, para lá de correspondentes em todas as capitais de distrito -, e o avanço para Coimbra fazia parte da sua dinâmica natural. Mas acontece numa altura em que as outras publicações estavam já a avançar em sentido contrário. Aí, percebi a satisfação de muita gente pelo avanço do CM e a tristeza por ver outros a fechar ou a diminuir o número de pessoas.

## **II - Graça Barbosa Ribeiro (fundadora de *Público* e última chefe da Delegação de Coimbra)**

### **1. Quais as principais razões invocadas pela direção/administração para o encerramento da delegação do seu jornal em Coimbra?**

O encerramento da delegação de Coimbra do *Público* – que contribuía para o noticiário de todas as secções do jornal e para as páginas dedicadas à Região Centro - não foi isolado (foram encerradas outras delegações) e também não foi um acontecimento que se possa datar, mas um processo. Fizeram parte dele o fim do caderno do jornal Local Centro (que levou à dispensa ou despedimento de colaboradores) e, noutro momento, o esvaziamento (por despedimentos, justificados com as dificuldades que o jornal atravessava) das redações de Lisboa e Porto e a transferência de pessoas da delegação de Coimbra para a redação do Porto.

Quando a delegação fechou (em 2008) estávamos apenas duas redactoras em Coimbra – uma jornalista da Edição *Online* (que fisicamente podia trabalhar em qualquer lugar) e eu própria – que, também na sequência da diminuição do número de jornalistas nas redações, deixara de ser generalista e passara a especialista – trabalhava para secção de Educação. O contributo para outras secções e, nomeadamente, para as páginas dedicadas ao noticiário local era cada vez mais esporádico.

### **2. Quais as reações dos leitores e das fontes em relação ao encerramento?**

Não houve reações de leitores | sociedade civil (que conheça e me recorde) quer ao fim do caderno Local Centro quer ao fecho da delegação.

### **3. Que consequências identifica na cobertura noticiosa regional derivadas de tal decisão?**

A diminuição do espaço nos jornais dedicados a uma região e do número de jornalistas que escrevem e reflectem (em artigos de opinião) sobre o que acontece nesse espaço é, naturalmente e sempre, empobrecedor, em todos os aspectos.

**4. Acabou por deixar o jornalismo. Porquê?**

Saí do *Público* no início de 2016, por minha vontade e por motivos pessoais, num momento em que foi dada aos jornalistas a possibilidade de proceder a uma “rescisão amigável”.

**5. Recorde-me a data do encerramento da delegação em Coimbra do seu jornal.**

Não sei a data precisa. Foi no decorrer de 2008.

### **III - Miguel Gonçalves (último chefe da Filial do *JN* em Coimbra)**

**1. Quais as principais razões invocadas pela direção/administração para o encerramento da delegação do seu jornal em Coimbra?**

Redução da despesa.

**2. Quais as reações dos leitores e das fontes em relação ao encerramento?**

Negativas e, em alguns casos, muito negativas.

**3. Que consequências identifica na cobertura noticiosa regional derivadas de tal decisão?**

Piorou bastante a cobertura noticiosa de proximidade. Há menos notícias e as que são dadas não oferecem, regra geral, grandes pormenores aos leitores.

**4. Acabou por deixar o jornalismo. Porquê?**

As propostas que me foram apresentadas na área do Jornalismo eram muitíssimo precárias, daí ter de recorrer a um trabalho alternativo. Em boa hora surgiu uma oferta de trabalho na área da assessoria de Imprensa porque acabou por se revelar uma excelente experiência profissional.

**5. Recorde-me a data do encerramento da delegação em Coimbra do seu jornal.**

Eu saí no dia 20 de outubro de 2014 e não restou mais nenhum jornalista do Quadro do *JN*. Ficaram jornalistas que ganhavam à peça e um deles com uma avença fixa mensal e um comercial avençado, que saiu em 2015. Desde essa altura que os correspondentes (nenhum deles no Quadro do *JN*) passaram a trabalhar em casa.



#### **IV - Marisa Santos (diretora de comunicação do TAGV)**

**1. Com o encerramento das delegações regionais de órgãos de comunicação social houve diminuição da cobertura noticiosa das atividades da sua instituição?**

No período/fase de transição para o estado atual - correspondentes - sim, verificámos ausência de notícias nos órgãos de comunicação social nacionais.

**2. Se sim, consegue dar uma ideia da sua dimensão, em termos quantitativos e qualitativos?**

Não mensuramos os dados de *clipping*.

**3. Adotaram estratégias especiais para fazer chegar a informação das suas atividades aos públicos, no sentido de colmatar o défice de cobertura noticiosa?**

Convites aos jornalistas nacionais para momentos âncora da programação; deslocações a Lisboa e ao Porto; entre outras.

**4. Entre essas estratégias incluiu-se a comunicação direta com os públicos sem a mediação jornalística?**

As duas estratégias sempre coincidiram, a par dos *social media*. No nosso entendimento, a mediação de públicos e os *social media* não substituem a ação dos *media*.

**5. Em traços gerais explique desde quando exerce a atividade de comunicação institucional, e em que instituições.**

Desde 1998: Teatro Viriato (Viseu); Capital Nacional da Cultura (Coimbra); Instituto Politécnico de Leiria (Leiria); Teatro Académico de Gil Vicente e Universidade de Coimbra (Coimbra).

**V - Pedro Rodrigues (responsável pela comunicação da companhia de teatro A Escola da Noite e do Teatro da Cerca de S. Bernardo)**

**1. Com o encerramento das delegações regionais de órgãos de comunicação social houve diminuição da cobertura noticiosa das atividades da sua instituição?**

Sim.

**2. Se sim, consegue dar uma ideia da sua dimensão, em termos quantitativos e qualitativos?**

É difícil quantificar, mas notamos, sobretudo no *JN* e no *DN*, que deixámos de ter notícias sobre as nossas actividades, a não ser quando replicam, nas versões *online*, os “takes” da Agência Lusa. A TSF deixou de cobrir as actividades da companhia e do Teatro da Cerca de São Bernardo.

**3. Adotaram estratégias especiais para fazer chegar a informação das suas atividades aos públicos, no sentido de colmatar o défice de cobertura noticiosa?**

Deixámos de realizar ensaios abertos à imprensa, por falta de jornalistas que a eles pudessem comparecer. E substituímos propostas de entrevistas a artistas que acolhemos pelo reforço, nas redes sociais, da informação complementar sobre os nossos espectáculos e outras actividades que dinamizamos.

**4. Entre essas estratégias incluiu-se a comunicação direta com os públicos sem a mediação jornalística?**

Sim. Fomos forçados a reforçar o contacto directo, através das redes sociais e da reformulação (gráfica e em termos de periodicidade) da nossa *newsletter*.

**5. Em traços gerais explique desde quando exerce a atividade de comunicação institucional, e em que instituições.**

Sou responsável desde 2010/2011 pela comunicação institucional d’A Escola da Noite - Grupo de Teatro de Coimbra e do Teatro da Cerca de São Bernardo.

## **VI - António José Silva (diretor da agência de comunicação Ideias Concertadas)**

### **1. Com o encerramento das delegações regionais de órgãos de comunicação social houve diminuição da cobertura noticiosa das atividades da sua instituição?**

O que sentimos, e isso é um dado inquestionável, é que o fecho das redações alterou a nossa forma de trabalhar com os órgãos de comunicação social. Quando havia delegações em Coimbra e queríamos conversar sobre qualquer coisa nós sabíamos quem eram os editores, os jornalistas, e sabíamos com quem falar. Se era de saúde era com um, dois ou três jornalistas. Se era de desporto, era com um, dois, ou três jornalistas. Sabíamos quem eles eram e sabíamos com quem podíamos trabalhar diretamente, mostrar a informação, aquilo que tínhamos para divulgar. Se gostavam publicavam, se não gostavam, não publicavam.

Com esse encerramento, o que sentimos é que a nossa relação com os órgãos de comunicação social deteriorou-se, e porquê? Foi sobretudo numa perspectiva de Coimbra para fora, para os órgãos de comunicação de dimensão nacional. Deteriorou-se porque a partir de determinado momento deixaram de ter as redações em Coimbra, e tivemos de comunicar com as redações em Lisboa. O nosso trabalho tornou-se muito mais difícil porque, primeiro tínhamos de tentar criar empatias e uma relação de confiança, não com três ou quatro jornalistas, mas com as redações inteiras, porque são muito maiores. Mais do que demonstrar que a informação do nosso cliente, que era de Coimbra, era importante ser publicada no jornal, tínhamos primeiro de começar a convencer de que Coimbra tinha importância para que aparecesse nos órgãos de comunicação social. E isso foi algo que não foi conseguido, e dessa perspectiva é uma grande perda para as cidades que tinham redações locais de órgãos de comunicação social. É uma grande perda porque deixam de ter influência, de facto, junto dos órgãos de comunicação nacional.

Com uma redação local tínhamos de convencer um jornalista da importância do assunto, e não preciso estar a contextualizar o que é que é Coimbra e qual a sua importância no panorama nacional. Fazer isso em Lisboa é um ‘cabo dos trabalhos’, até porque da mesma

forma que há assessores de imprensa a fazer isso de Coimbra para Lisboa, também há em Beja para Lisboa, em Évora para Lisboa, em Faro para Lisboa, de Viseu para Lisboa, ou de Leiria para Lisboa.

Se nós dissermos: há aqui um trabalho fantástico no CHUC que é inédito a nível nacional, e se eu digo isso a um jornalista que está numa redação local de um órgão nacional e ele consegue perceber a dimensão disso. Se eu for a Lisboa, porventura, tenho primeiro de começar a explicar o que é o CHUC, quem são os investigadores, tenho de explicar que é o maior hospital do país, e depois é que vou tentar explicar o trabalho de investigação em causa. Com explicação atrás de explicação perdeu-se o que era mais importante, que era a investigação.

Esse trabalho, e essa perda de importância, que de alguma forma acabou por deteriorar um pouco a relação das agências locais com os órgãos de comunicação nacional, fez com que - naturalmente, e aí, sim, eu acho que é a consequência -, as agências de comunicação que estão fora dos grandes centros invistam e diversifiquem mais as suas estratégias de comunicação. Alcançam os objetivos com os órgãos nacionais, mas olham mais para as redes sociais, para outras formas de comunicação para chegar ao público geral.

## **2. Se sim, consegue dar uma ideia da sua dimensão, em termos qualitativos e quantitativos?**

Se há uma perda real de cobertura? Claro que há. Também é uma perda do jornalismo. Nós não podemos dissociar a perda destas redações locais da deterioração do próprio jornalismo.

Há, numa primeira fase, a partir do momento em que começam a fechar as redações, a *Lusa* em Coimbra, o *DN*, o *JN*, o *Público*, e ficam apenas uns colaboradores, o que é que começa a acontecer? A cobertura diminui drasticamente num primeiro momento, mas os órgãos de comunicação social rapidamente começam a fazer uma coisa, que é publicarem nos seus canais *online* tudo o que lhes chega às redações em forma de *press release*.

Desses *press release* só alguns deles têm a possibilidade de chegar ao papel, de chegar às ondas da rádio e de chegar às televisões.

Numa segunda fase parece que as instituições locais passam a ter uma maior visibilidade nos órgãos nacionais por via de *press release* publicados nos seus *sites* noticiosos, e apenas nos *sites*. Isso faz com que aparentemente a cobertura tenha aumentado, mas é uma cobertura aparente, porque depois é interessante ver os resultados nas métricas.

Hoje em dia continua a ter mais impacto uma notícia numa página de jornal ou num minuto e trinta de televisão. Esse impacto nós conseguimos medir, porque se estamos, por exemplo, a fazer uma campanha, a trabalhar com o cliente e monitorizamos as suas redes sociais ou o *site*, o retorno que têm as notícias que saem nas edições *online* é um retorno muito residual. Ou seja, não chega ninguém por essa via. Dos *sites* como *Público*, *DN*, *RTP*, não chegam àquilo que nós podemos mensurar, ao *Facebook*, ao *site*, não chegam. Mas, se temos a sorte de que saia uma notícia muito boa na *RTP* há pessoas que a seguir vão pesquisar e conseguimos medir a diferença. Ou seja, isto é quase esquizofrénico, mas aquilo que aparentemente parece um aumento da exposição noticiosa a nível nacional, de facto não sei se será tão assim, porque essa exposição consegue-se quando estamos nos *media* tradicionais.

Agora chego àquilo que me parece fundamental, que é questionar a qualidade do que é, do que são, hoje em dia, as notícias que saem nos órgãos de comunicação social. Quando falo em qualidade não falo na perspetiva de uma agência de comunicação que está a meter notícias nos órgãos de comunicação. Isso aí é muito simples. Eu sei que pelo menos tentamos que as nossas peças sejam boas peças, e quando chegam às redações *online* está tudo lá. Eles fazem copiar e colar.

É aí que eu, enquanto leitor, questiono o papel do jornalismo, o que das 20, 30, 40, 50 notícias que leio todos os dias – são quantas as que eu leio enquanto leitor - quantas é que foram feitas usando as estratégias daquela que vamos conseguir publicar no mesmo dia enquanto agência de comunicação? Isto é a minha grande preocupação, que é olhar para

a qualidade de jornalismo, em que se limitam a publicar aquilo que chega às redações e não há um trabalho de jornalismo.

Acho que há claramente, sobretudo nos meios *online*, uma perda da qualidade do trabalho do jornalismo. Isso aí eu não tenho dúvidas. Claro que há honrosas exceções e em determinados setores. Se pensarmos apenas num jornal como o *Observador*, exclusivamente *online*, no meio daquelas coisas que são “*press*”, e que são publicadas tal como lá chegam, há também trabalho de jornalismo. Não é isso que estou a pôr em causa. O que estou a pôr em causa, e o que estou a referir, é mais o panorama geral.

É um pouco ridículo aquilo que vou dizer: é procurar ver o que é que vale a pena, mas não o fazemos sempre, mas fazemos às vezes, e com alguma frequência. O que vale a pena é fazer um *press release* para todas as redações, ou garantir que a *Lusa* faz uma peça? Se nós garantirmos e conseguirmos que a *Lusa* nos faça uma peça temos a perceção de que a coisa é trabalhada do ponto de vista jornalístico e depois toda a gente a publica. E temos boas coisas, normalmente se aquilo entra à hora certa na linha. Mas, também fazemos o contrário, e isso aí acho que é pernicioso: se nós dispararmos o *press release*, não hoje às cinco da tarde, mas amanhã às oito da manhã, sabemos que aquilo vai bater na caixa de *email* dos editores da manhã do *online* e todos vão copiar e colar naquele instante porque têm de produzir cinco peças antes das oito da manhã, ou antes das nove da manhã têm de ter na “rua” dez coisas diferentes e novas para refrescar.

Esse lado pernicioso faz-nos isto, que é olharmos e comunicarmos em função dos ciclos noticiosos dos *media online*. O jornalista que está sentado à secretária no turno da manhã tem é de publicar. Eles devem ter de publicar dez peças, e as três primeiras que lá aparecem entram. Mesmo que haja um assunto importante do dia, aquilo não falha. Mesmo na crise dos combustíveis, continuávamos a mandar àquela hora da manhã e sabíamos que aquilo saía, era garantido.

É isto que eu questiono, a qualidade do jornalismo. É claro que eu, como agência de comunicação, fico todo contente. O meu cliente diz: *É pá, isto saiu!*

Deixámos de ter jornalistas a fazer esse trabalho e passámos a ter ali umas máquinas mais ou menos acrílicas que publicam aquilo tudo que lhes aparece à frente. E se publicam as minhas coisas, faz-me perguntar: e as outras? Também é assim? Acho que a questão está aqui.

Eu como agência de comunicação quero transmitir a melhor imagem dos meus clientes, de que são os maiores, os melhores, que não há ninguém como eles, que são absolutamente fantásticos, mas ao mesmo tempo há 300 agências de comunicação a fazer a mesma coisa.

Eu como cidadão não sei se aquilo que estou a ler diariamente é jornalismo, ou se é só trabalho igual ao meu. Quem não tem agências de comunicação por detrás não aparece. Não aparece! Hoje em dia não aparece, a não ser que morda o cão, ou não aparece, porque o jornalista não vai atrás...

Hoje em dia, não sei se grande parte do jornalismo que se lê não é jornalismo de agências de comunicação ou de assessores de imprensa.

As instituições perceberam e entraram na lógica da assessoria, e quem não tiver não consegue furar o esquema, a não ser que seja pelo lado negativo, ou porque houve um acidente, ou porque houve um incêndio, ou porque a funcionária foi despedida, e dá-se ‘pancada’. E isto é o pernicioso, dá-se voz ao funcionário e dá-se ‘pancada’ na empresa, mas não há uma tentativa de se ouvirem os dois lados. Despediu-se, e por isso eles é que são os maus.

Eu quero acreditar que há assuntos de inegável interesse para a sociedade e com valor notícia que são ignorados. Eu não sei se é tudo bom, se é tudo mau, mas daquilo de que se tem perceção, quando se olha para os jornais – eu trabalho nisto há 20 anos – interrogo-me porque é que o jornal o *Público*, o *DN*, abrem com entrevistas no mesmo dia à mesma pessoa. Porquê? Isto é frequente. O *Expresso* faz uma entrevista, e sai ao sábado, e o *Público* tem uma entrevista com essa mesma pessoa ao sábado ou ao domingo. Porquê? Coincidência? Não há coincidências.

Eu não sei se há muitas coisas que se passam neste país, ou nas instituições, que poderiam ser notícia e não o são. Eu acho que toda a gente se está a rodear de agências de

comunicação, ou de assessores de imprensa, para fazerem esse trabalho, e meterem-se em bicos de pés a dizer: nós estamos aqui e temos aqui isto. Há esse trabalho, das instituições mais relevantes às mais pequenas. Em Coimbra todas as instituições, por mais pequenina que seja, procuram os serviços de agências de comunicação.

Ou são casos absolutamente disruptivos, e o jornalismo vai atrás disso. Vai e continua a ir, mas se calhar vai de forma diferente do que ia antes. Lemos depois a reação das instituições envolvidas, o que aparece nas notícias, e vemos que isso é trabalho de agências ou de assessores. Esbarra tudo nas agências, e altamente profissionalizadas.

Por exemplo, o caso das gémeas que aconteceu na Amadora. Amadora é próxima de Lisboa, e o assunto foi logo pegado pelos *media* nacionais. Se tivesse acontecido em Coimbra o ciclo de notícias seria completamente diferente do que foi na Amadora. Temos exemplos nos jornais em que o caso começa hoje num jornal da terrinha e depois vai escalando devagarinho durante três, quatro, cinco dias, até atingir dimensão nacional. Acontece assim porque não há redações locais que peguem na coisa e deem dimensão ao acontecimento naquele momento.

As redações locais faziam as rondas pelas instituições, pelos bombeiros, pelas polícias, pelas suas fontes, e hoje não há ninguém que telefone de Lisboa para Coimbra para saber isso.

Esse jornalismo de proximidade deixou de existir, ao acabarem com as redações locais. O acontecimento do dia-a-dia da sociedade deixou de ter acompanhamento, porque deixou de haver esse jornalismo de proximidade, e, portanto, deixou de chegar aos órgãos de informação nacionais.

Aqueles acontecimentos que se sabiam na espuma dos dias; apanhar coisas, histórias, porque havia um jornalista que descobria, que estava ali no terreno, que conhecia o território, que estava a falar com as pessoas certas, que descobria, ia atrás, e tinha tempo para fazer as coisas, hoje deixou de existir. Hoje ninguém se preocupa com isso.



### **3. Adotaram estratégias especiais para fazer chegar a informação das suas atividades aos públicos no sentido de colmatar o défice de cobertura noticiosa?**

Acho que as coisas são um pouco complementares. Por um lado, não sei se foi uma reação... Eu não consigo cientificamente dizer que começámos a comunicar para as redes sociais porque diminuiu o impacto, ou diminuíram as redações, ou foram extintas. As coisas são mais ou menos coincidentes. Se olharmos para o panorama mais global acho que a crise do jornalismo que estamos a viver surge com o advento das redes sociais. Fizeram os órgãos de comunicação repensar a sua estratégia financeira dentro dos panoramas em que atuavam, a encolher redações, extinguindo também redações locais e, portanto, as coisas são relativamente coincidentes. Não sei se é uma causa ou se é uma consequência, não consigo dizer taxativamente se passámos a comunicar mais para as redes sociais porque acabaram as redações locais, porque foram coisas mais ou menos simultâneas, e sentimos também necessidade de comunicar para aquele canal que estava ali.

### **4. Entre essas estratégias inclui-se a comunicação direta com os públicos sem a mediação jornalística?**

Claramente que sim. Rapidamente começámos a perceber que, com o advento do *Facebook*, das redes sociais, dos *sites*, que as instituições não se podiam limitar a comunicar estritamente pela via do jornalismo. Rapidamente começámos a perceber que as redes sociais iam ter uma grande importância, como estão a ter, na sociedade, e encontrámos nelas uma forma de também chegar a essas pessoas. É curioso, a estratégia que adotámos têm tido alguns resultados porque olhamos para esta comunicação sem mediação numa dupla perspetiva, ou seja: nunca utilizámos a comunicação dirigida sem mediação como um ato isolado. Nunca a desprendemos de uma comunicação com os jornalistas e com os órgãos de comunicação social. Nas nossas estratégias de comunicação foram sempre duas coisas muito concertadas. As nossas estratégias de comunicação estão muito interligadas. As ações de comunicação que desenvolvemos para os jornais não são

independentes das que desenvolvemos sem mediação, nem o contrário. As que desenvolvemos para as redes sociais têm também sempre presente a ideia de que vão ser vistas por jornalistas. Nós não podemos olhar para a comunicação como atos isolados, compartimentados e definidos. Eu quando quero comunicar alguma coisa da organização para quem trabalho comunico a pensar em todos os públicos e que todos os públicos vão ter acesso a toda a comunicação que eu faço. Ou seja, se eu envio um ‘*press*’ para chegar às redações dos jornais, das rádios e das televisões, eu tenho de ter consciência de que o jornalista vai procurar mais informação sobre aquilo que estou a comunicar naquele momento, e uma das maneiras que temos para fazer isso é colocar nas redes sociais informação complementar ou acessória, ou informação que de alguma forma ajude a completar, a enquadrar, a dar alguma dimensão e enquadramento àquilo que é o nosso objetivo primeiro, que é divulgar aquilo que pretendemos divulgar.

Nesta perspetiva, sabemos que comunicamos de formas diferentes para diferentes públicos, e que os jornalistas são um público, que as redes sociais são outro público, que os *sites* do nosso cliente onde vamos publicar são para outro público. São tudo públicos muito diferentes. Temos de ter sempre essa perspetiva, e isso está muito incutido no nosso trabalho, esta ideia de comunicação, atrever-me-ia a dizer: comunicação 360, para todos os públicos, e de forma a que todos possam saber tudo, ou o máximo possível, sobre aquilo que queremos comunicar.

##### **5. Em traços gerais, explique desde quando exerce a atividade de comunicação institucional, e em que instituições.**

Eu começo a trabalhar na área da comunicação em 1997 quando ainda não tinha acabado o curso de jornalismo. Fiz um estágio na RTP, na secção de desporto, mas não gostei muito da ideia de ser jornalista. Gostei mais da comunicação, pois tinha a ver mais com aquilo que fiz durante a faculdade, que foi organizar coisas, apoiar as atividades. Achei que isso era muito mais interessante para mim. Cheguei a fazer parte da comunicação de duas Latadas durante os meus anos de estudante e achei muita piada à ideia de pegar num

projeto e fazer chegar informação aos jornalistas. Foi isso, um pouco, o que fez com que no final do estágio me tenha surgido a oportunidade de ir trabalhar para uma instituição que era a Cena Lusófona, precisamente a fazer aquilo que eu achava que iria gostar, que era assessoria de comunicação.

Foi aí que, em 1997, comecei a dar os primeiros passos e olhar para um grande desafio, que era olhar para uma instituição de teatro, na área da cultura, que é sempre uma área muito difícil de comunicar. Comecei a trabalhar nessa área, em que não só fazia a comunicação institucional *tout court* mas também fazia produção de conteúdos. Estávamos no limiar daquela era digital em que as instituições começavam a aparecer com os primeiros *sites*, e, portanto, eu estava a começar a entrar nessa nova dimensão, nessa fronteira.

De alguma forma, é desde essa altura em que começo a exercer na Cena Lusófona. Estive aí a trabalhar de 1997 até 2006, com uma interrupção de um ano, pois resolvi fazer um mestrado, e consegui uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Trabalhei um pouco o jornalismo na era digital. Ainda não se estavam a dar os primeiros passos no jornalismo da era digital, mas estavam a começar as grandes questões: jornalismo gratuito, jornalismo não gratuito, que tipo de páginas é que os jornais devem ter, e trabalhei muito nessa área, mas sempre com a ideia: era um trabalho académico, mas tinha sempre a vontade de regressar à comunicação institucional. Por razões várias, em 2006, ou em final de 2005, deixo de trabalhar na Cena Lusófona e olho para o panorama de Coimbra e acho que há uma oportunidade de criar uma agência de comunicação. Uma agência de comunicação que cruzasse dois ou três universos, por um lado o da comunicação pura e dura, a comunicação institucional, a ligação das instituições com os órgãos de comunicação social e ao mesmo tempo, decorrente daquilo que tinha feito na Cena Lusófona, poder incluir na carteira de serviços a produção de conteúdos: textos brochuras, um conjunto de conteúdos escritos e televisivos. Produzir conteúdos para essas instituições porque já estavam em força nas páginas da *internet* e era cada vez mais uma necessidade dessas instituições encontrarem meios alternativos de comunicarem para além da comunicação institucional junto dos *media*.

Neste percurso, como agência a *Ideias Concertadas* tem uma carreira consolidada de clientes tão díspares como a Liga Portuguesa contra o Cancro, o Centro Hospitalar de Coimbra, o Museu da Ciência, várias sociedades médicas, da Medicina da Reprodução, da Contraceção, Patologia da Coluna Vertebral e, também, mais recentemente, na área da Cultura, com a Bienal do Ano Zero, com clientes em Viseu, com redes culturais também. Temos alargado a vários setores de atividade, como o Instituto Pedro Nunes. Onde não somos fortes é na comunicação política e na desportiva. Na política é uma opção, não queremos estar ligados a nenhum partido.

Esta diversidade tem sido uma forma de nos capacitar internamente para um conjunto diferenciado de trabalho, de formas de estar, e sobretudo como as organizações não comunicavam, ou comunicavam mal, e como podemos aprender com todas e pôr ao serviço de todas aquilo que vamos aprendendo com cada uma.